

**A Difusão Cultural do Património Arquivístico da Educação e
Ciência: A Criação da Exposição Virtual “A Educação Física na Escola”**

Catarina de Jesus Guerra Rodrigues

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e
Documentação – Área de Especialização em Arquivística**

Abril, 2016

Relatório de Estágio apresentado para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e Documentação realizado sob orientação científica da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Co-Orientador:

Dr. Pedro Penteado

Orientadora Local de Estágio:

Dr.^a Françoise Le Cunff

*Aos meus avôs,
Francisco e Messias.*

AGRADECIMENTOS

Apesar deste trabalho constituir um último momento de avaliação individual, sabemos que o mesmo seria impossível sem a ajuda e apoio das pessoas que aqui iremos mencionar. Deste modo, e em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer aos nossos orientadores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa e o Professor Dr. Pedro Penteado pela orientação científica, pelas críticas e sugestões que modelaram o nosso trabalho e também pelo incentivo à sua conclusão, acreditando nas nossas capacidades para terminar esta etapa do nosso percurso académico.

Não menos importante foi a abertura ao nosso acolhimento por parte da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, em especial da equipa da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo (DSDA), a qual nos recebeu sempre de braços abertos, fazendo-nos sentir verdadeiramente em casa. Desta mesma equipa queremos destacar o papel do seu Diretor de Serviços, Dr. Miguel Infante, agradecendo o seu profissionalismo, compreensão, simpatia e bom humor que fizeram com que a nossa estadia na DSDA corresse da melhor forma possível.

Queremos especialmente agradecer à Dr.^a Françoise Le Cunff, nossa orientadora local, cuja orientação, apoio e amizade são difíceis de quantificar. Todos os dias do nosso estágio aprendemos algo novo e por isso estamos eternamente gratos pelas lições, pelos conselhos, pelas conversas, pelos sorrisos e, claro, pelo nosso trevo de quatro folhas. Desde o início da nossa Prática Profissional que se preocupou com a nossa integração na DSDA e com a evolução do nosso trabalho. Por isso sentimos aqui a necessidade de registar a nossa gratidão por sempre ter acreditado nas nossas capacidades, incentivando-nos a fazer um último esforço para terminar esta etapa quando aquilo que mais queríamos fazer era desistir.

Os restantes agradecimentos vão também para os nossos pais, avó e irmão que sempre nos apoiaram apesar do mau feitio e do cansaço que nos caracterizaram ao longo destes trabalhosos meses. Um enorme obrigado por sempre nos terem dado a oportunidade de ir um pouco mais longe e de nos dar a liberdade e o sustento emocional para alcançarmos a nossa meta. Um obrigado também ao Mike, o nosso pastor alemão de

três patas, por nos demonstrar, através do seu exemplo muito particular, que é possível vencer todas as adversidades, quaisquer que elas sejam.

Aos colegas do mestrado de Ciências da Informação e Documentação da FCSH, tanto os que terminaram quanto os que se ficaram pela pós-graduação e com os quais criámos fortes amizades. Obrigado por estarem sempre do nosso lado e pelo espírito de camaradagem durante e após o curso. Obrigado por aquele almoço de turma ou por aquele cafezinho para descontrair e não pensar na tese. Foram meses trabalhosos que custaram a todos, mas que valeram a pena por nos termos conhecido.

Queremos também reconhecer aqui o apoio dos colegas da Fundação Calouste Gulbenkian que foram verdadeiramente incansáveis durante o período de escrita do nosso relatório. Desejaram-nos sempre um bom trabalho quando a hora de ir para casa se aproximava, ouviram pacientemente as nossas lamúrias e, acima de tudo, torceram por nós até ao último instante da entrega. Queremos agradecer aqui toda a preocupação e os conselhos que nos deram, de tornarem os dias no Arquivo mais divertidos e ainda por nos acompanharem durante os nossos intervalos de lanches, maçãs e muito café.

Por último, mas não menos importante, ao Telmo, que sabendo por experiência própria o que é dedicar-se a um trabalho desta natureza, nos acalmou o espírito e o coração sempre que a pressão tomou conta de nós, que nos aconchegou a alma quando mais precisámos e que, acima de tudo, acreditou em nós e não nos deixou desistir quando tudo parecia incerto. Um imenso e sincero obrigado pelo amor, pela paciência e amizade, enfim, por tudo o que não conseguimos expressar por não existirem palavras suficientes para o descrever. Que esta seja apenas mais uma etapa conquistada das muitas que o futuro nos guarda.

A DIFUSÃO CULTURAL DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: A CRIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO VIRTUAL “A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA”

Catarina de Jesus Guerra Rodrigues

RESUMO

Uma das funções primordiais do serviço de arquivo, para além de assegurar o tratamento documental, consiste na comunicação e difusão do seu património. Ambos os conceitos pressupõem a disponibilização de informação com o propósito de partilhar aquilo que se encontra à guarda dos arquivos e, deste modo, promover a utilização dos documentos. Com a realização do estágio no arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, refletimos sobre os conceitos de comunicação e difusão cultural e aprofundámos a sua aplicação sendo que um dos produtos finais deste trabalho foi a conceção de um guião para uma futura exposição virtual intitulada “A Educação Física na Escola”.

O presente trabalho procura contribuir para a função de difusão cultural desta instituição que, de uma forma geral, costuma ser a função mais descurada dos arquivos. Isto é especialmente visível nas Secretarias-Gerais que, desde a implementação do modelo PRACE de gestão dos arquivos, se tiveram de adaptar a novas atribuições no que respeita à avaliação de documentos dos diferentes organismos dos respetivos ministérios.

PALAVRAS-CHAVE: Difusão Cultural; Exposição Virtual; Arquivo; Educação Física; Escola; Estágio;

A DIFUSÃO CULTURAL DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: A CRIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO VIRTUAL “A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA”

Catarina de Jesus Guerra Rodrigues

ABSTRACT

One of the primary functions of archives, as well as guaranteeing the documentation's treatment, is also ensuring communication and dissemination of its cultural heritage. These two concepts require the provision and access of information for the promotion and use of documents. With our internship at Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, we reflected on these concepts and, as the final product, we created a script for a future virtual exhibiton entitled “A Educação Física na Escola”.

This work seeks to contribute to the outreach of this institution which, in major aspects, is often the most neglected function in the archives. This is especially noticeable with Secretarias-Gerais in Portugal because, since the PRACE model concerning archival management, these organizations had to adapt to new responsibilities in terms of document appraisal and management within the various departments across their own institutions.

KEYWORDS: Outreach; Virtual Exhibition; Archive; Physical Education; School; Internship;

SIGLÁRIO:

ACE — Administração Central do Estado

BHE — Biblioteca Histórica da Educação

DGEFDSE — Direção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar

DSDA — Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

IHE — Instituto Histórico da Educação

MEC — Ministério da Educação e Ciência

MEN — Ministério da Educação Nacional

MIP — Ministério da Instrução Pública

PRACE — Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

PREMAC — Plano de Redução e Melhoria da Administração Central

SG — Secretaria-Geral

SGMEC — Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência

TIC — Tecnologias de Informação e Comunicação

Índice

Introdução	1
1. Problemática e metodologia	4
2. O Estágio	7
2.1 Instituição de Acolhimento	7
2.1.1 O Arquivo da Secretaria-Geral	10
2.1.2 A DSDA e a difusão cultural	12
2.2 Trabalho desenvolvido	13
2.3 Problemáticas	18
3. Revisão da Literatura	25
4. Ferramentas de análise e apresentação de dados	39
4.1 Quadro comparativo de Secretarias-Gerais (PREMAC)	39
4.2 Questionários aos utilizadores (internos e externos)	41
4.3 Entrevista ao Diretor de Serviços da DSDA	44
5. Análise do produto realizado no estágio	46
6. Exemplos de exposições virtuais	49
6.1 Digital Vaults	49
6.2 Unplace. Arte em rede: lugares-entre-lugares	51
6.3 Vidas Poupadas. A ação de três diplomatas portugueses na II Guerra Mundial	52
6.4 We Know This War By Heart. Portugal and the Great War	53
6.5 Pierre Savorgnan de Brazza	54
6.6 New York's Other Bridges. Then + Now	56
7. Recomendações	57
Conclusão	64

Bibliografia	66
Apêndice A – Cronograma de atividades	76
Apêndice B – Organograma SGMEC (2015)	77
Apêndice C – Quadro de exposições virtuais realizadas pela SGMEC	78
Apêndice D – Versão Final do Guião	79
Apêndice E – Quadro comparativo de Secretarias-Gerais (PREMAC)	118
Apêndice F – Questionário ao público interno	124
Apêndice G – Questionário ao público externo	141
Apêndice H – Entrevista do Diretor de Serviços da DSDA	159

Introdução

No seguimento dos semestres curriculares do Mestrado em Ciências da Informação e Documentação na sua vertente de arquivo, e tendo em conta as modalidades de componente não letiva oferecidas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, optámos pela realização do estágio de cento e vinte horas (120h) com relatório. Esta opção pareceu-nos a mais adequada ao nosso perfil pois permitiu-nos lidar mais de perto com uma instituição, neste caso a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência (SGMEC)¹, e ainda ter a oportunidade de aprofundar os conhecimentos teóricos obtidos num ambiente mais prático que nos habilitasse ao mercado de trabalho.

Decorrendo das aulas e de um trabalho realizado no âmbito da unidade curricular “Descrição e Comunicação da Informação Arquivística II” — no qual era proposto analisar uma iniciativa de comunicação e difusão de um arquivo internacional para aplicar, ainda que num plano teórico, num caso português —, adquirimos assim um particular interesse pelas atividades de difusão realizadas em arquivos. Como tal, o tema principal do nosso trabalho, a criação de um guião para uma exposição virtual insere-se no âmbito da difusão cultural da SGMEC, serviço central da administração direta do Estado. Por sua vez, a escolha da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, mais especificamente a Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo (DSDA), enquanto instituição de acolhimento resultou igualmente de uma unidade curricular do Mestrado, intitulada Prática Profissional, na qual tivemos a oportunidade de realizar cento e cinquenta horas (150h) de trabalho *in locu* acompanhado de um relatório de prática. A familiaridade com a DSDA, bem como o recente interesse pela difusão cultural constituíram assim as duas principais razões para a realização do estágio e do presente relatório.

O estágio na DSDA teve como objetivos gerais abordar e refletir sobre os conceitos de comunicação, difusão e difusão cultural considerando, à *posteriori*, a sua aplicação no arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência. Com a

¹ Iremos sempre referir-nos à instituição de acolhimento enquanto Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência pois o nosso estágio foi realizado ainda no âmbito do PREMAC, período que correspondeu à fusão dos dois ministérios (Educação e Ciência). Contudo, estamos cientes da recente mudança do Governo de António Costa, da independência institucional desses ministérios e do funcionamento conjunto da Secretaria-Geral da Educação e Ciência que apoia esses dois ministérios.

realização de uma entrevista exploratória ao atual Diretor de Serviços da DSDA, o Dr. Miguel Infante, e ainda através da elaboração de inquéritos aos utilizadores internos e externos da SGMEC, pretendemos perceber de que forma a difusão cultural está a ser concretizada na Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo e se existem exigências e/ou limitações a que estes órgãos da Administração Central do Estado (ACE) estejam sujeitos.

Como objetivos específicos procurámos:

- Conhecer o funcionamento do serviço de arquivo e identificar o papel da difusão desenvolvida pela SGMEC;
- Identificar os diferentes meios e ferramentas disponíveis para difundir os arquivos;
- Reconhecer os vários públicos que recorrem ao serviço de arquivo e identificar as suas necessidades;
- Elaborar um produto de difusão cultural (exposição virtual) a ser aplicado pela SGMEC;

A nossa presença na Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, decorrendo de segunda a quinta das 9:00 às 17:00, e cujo término estava previsto para dia 8 de maio de 2015, prolongou-se até à primeira semana de junho². Este prolongamento foi necessário pois a elaboração dos questionários, a seleção de documentos e a redação do guião para a exposição virtual ocuparam mais tempo do que inicialmente tínhamos considerado.

O presente relatório está organizado em oito capítulos. No primeiro encontramos a problemática, bem como a metodologia que orientaram todo este relatório. No segundo, relatamos a nossa experiência durante o estágio na DSDA, fazendo uma primeira caracterização da instituição de acolhimento, seguido da descrição do que foi realizado durante o estágio e, por fim, apresentamos alguns aspetos que exigem uma reflexão mais demorada. No terceiro capítulo encontramos a Revisão de Literatura, no qual refletimos sobre a função cultural dos arquivos e a sua importância para este tipo de instituição. Aqui também consideramos e refletimos sobre conceitos como comunicação, difusão e difusão cultural. Dentro da difusão cultural abordaremos o conceito de exposição,

² Ver apêndice A – Cronograma de atividades.

reconhecendo-o como um dos principais produtos que melhor concretiza a função de difusão cultural. Por sua vez, dentro do conceito de exposições, dedicamos maior atenção aos benefícios e contrapartidas da construção de exposições virtuais. Posteriormente, apresentamos um pequeno capítulo dedicado às ferramentas de análise utilizadas durante este trabalho por forma a recolher informação. Nomeadamente, a elaboração de um quadro comparativo entre Secretarias-Gerais, a realização de dois questionários para os dois públicos do arquivo da SGMEC, o interno e o externo, e por último uma entrevista ao Diretor de Serviços da DSDA. No seguimento deste capítulo iremos analisar o produto final que foi elaborado no âmbito do estágio na Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo e, por fim, iremos apresentar e refletir sobre alguns exemplos de exposições virtuais que, no nosso entender, correspondem a boas práticas. Antes das conclusões finais, apresentamos ainda um capítulo de recomendações elaboradas à luz das boas práticas observadas ao longo da realização deste trabalho. Finalmente, apresentamos um capítulo de conclusões, onde ponderamos e refletimos sobre o presente relatório.

1. Problemática e metodologia

A conceção dos arquivos como lugares que são especialmente utilizados por historiadores e genealogistas é ainda bastante comum nos nossos dias. A motivação para a escolha do nosso tema de estudo consiste precisamente em mostrar como a difusão, associada às novas tecnologias, pode dinamizar este espaço, abrindo-o à comunidade em geral e não somente a um grupo restrito de utilizadores.

Os arquivos não foram as primeiras instituições a perceber as potencialidades das novas tecnologias aliadas à comunicação e à difusão de informação. Aliás, alguns dos exemplos aos quais iremos recorrer tratam-se de instituições museológicas que, desde cedo, perceberam a utilidade destas novas ferramentas, utilizando-as não só para “dar a conhecer as suas exposições permanentes, mas igualmente, no caso daqueles que se situam em monumentos nacionais, apresentarem o seu património arquitetónico e artístico” (PEREIRA, 2014, p. 2).

Contudo, e tendo em conta que o nosso tema é focado nas instituições de arquivo, mais especificamente dos arquivos das Secretarias-Gerais dos vários ministérios portugueses, temos a preocupação de avaliar as práticas atuais existentes nestes serviços no âmbito da sua difusão cultural.

A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho vai ao encontro do *Manual de Investigação em Ciências Sociais* e das suas sete etapas propostas por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2008). Este método estrutura-se em três momentos essenciais para o desenvolvimento do trabalho científico, identificados pelos autores como “rutura”, “construção” e “verificação”. O primeiro grande momento desta metodologia, definida enquanto “rutura”, é o ponto de partida de toda a investigação. É neste momento que devemos perceber o que queremos responder e, para tal, necessitamos de formular uma questão de partida que irá orientar a posterior investigação. A nossa questão de partida consiste em saber *porquê e como realizar uma exposição virtual com vista a melhorar a difusão cultural da SGMEC?*

Após a definição da pergunta de partida seguiu-se a etapa de exploração na qual se inserem todos os momentos de recolha de informação, quer sejam leituras de literatura científica relevante para o tema ou entrevistas exploratórias. Nesta etapa foram feitas leituras mais gerais relacionadas com a função de comunicação e de difusão deste tipo de

instituições. Já as leituras mais específicas centraram-se na bibliografia relacionada com a criação de exposições e de exposições virtuais bem como o seu planeamento para construir uma boa estratégia de difusão cultural, especificamente no que respeita à criação de exposições virtuais. Ainda nesta etapa ambicionou-se realizar pelo menos duas entrevistas exploratórias para recolha de informação. Porém, apenas se concretizou uma delas, ao Diretor de Serviços da DSDA.

Quanto à terceira etapa, a da problemática, os autores referem que é necessário “elaborar uma nova forma de encarar o problema e propor uma resposta original à pergunta de partida” (2008, p. 91). Tendo em conta a questão inicialmente formulada, como criar uma exposição virtual com vista a melhorar a difusão cultural da SGMEC, percebe-se que não existe uma resposta simples para esta pergunta. Neste sentido, implica perceber quais os objetivos da instituição e também que recursos se encontram à sua disposição. Implica igualmente perceber a orientação que a gestão de topo pretende dar à instituição, neste caso à unidade orgânica responsável pelo arquivo da SGMEC, e se nessa orientação a difusão cultural está incluída e contemplada. Sem este apoio por parte da gestão de topo não se conseguirá facilmente elaborar uma estratégia de difusão que produza os efeitos pretendidos: captar novos públicos, aguçar a curiosidade dos já existentes e, principalmente, tornar a instituição visível, presente e ativa no âmbito da sua atividade cultural.

É também necessário perceber as potencialidades protagonizadas pelas novas tecnologias e pela internet e a forma como estas são atualmente essenciais na difusão da informação num momento em que cada vez mais a informação se torna ubíqua. Ainda relativamente à problemática, é também preciso ter em conta que os arquivos de Secretarias-Gerais, apesar de terem funções de comunicação, como qualquer outro serviço de arquivo, muitas não conseguem providenciar produtos de difusão cultural de forma sustentada e contínua. Estas dificuldades podem ser respondidas pelas novas atribuições conferidas às Secretarias-Gerais e que derivam dos modelos PRACE e PREMAC³, atribuições essas que têm ocupado cada vez mais o tempo das equipas dos

³ Ambos os modelos, PRACE e PREMAC, são reformas da Administração Central. No que à gestão do património documental diz respeito, o PRACE atribuiu responsabilidades às Secretarias-Gerais que outrora estavam destinadas ao então órgão coordenador, a Direção Geral dos Arquivos, reforçando assim o seu papel no âmbito das competências arquivísticas nomeadamente nas funções de entidade gestora da documentação das entidades sob a alçada de cada ministério. O PREMAC, por sua vez, assume-se com o objetivo de reduzir custos e procurar modelos mais eficientes de funcionamento da ACE. Essa intenção

arquivos de Secretarias-Gerais na gestão da informação dos arquivos de organismos do Ministério de que dependem.

A etapa seguinte, constituída pela construção do modelo de análise, surge na sequência da etapa anterior. A partir daquilo que consideramos ser fundamental na missão de um arquivo — fornecer, comunicar e difundir informação ao seu utilizador —, procurámos analisar as práticas realizadas pelos serviços de arquivo das Secretarias-Gerais no âmbito da difusão cultural. Para tal, elaborámos uma tabela que nos permitisse avaliar e comparar não só os serviços oferecidos e referenciados em cada *website* das Secretarias-Gerais mas também, mais especificamente, que tipo de produtos de difusão cultural são disponibilizados ao público que visita os mesmos *sites*. Ainda nesta etapa e uma vez que o nosso estágio foi realizado na DSDA, entendemos que também seria útil avaliar o nível de conhecimento que os utilizadores externos e os colaboradores internos têm acerca das atividades de difusão realizadas pela Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo. Para tal, recorremos a inquéritos que, de uma forma geral, indagavam sobre três principais assuntos: o perfil do utilizador/colaborador, avaliação do conhecimento e interesse por atividades/produtos de difusão cultural e, por último, o interesse por tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O terceiro e final momento da metodologia criada por Quivy e Campenhoudt consiste na observação e verificação dos resultados. A partir dos modelos de análise realizados, passámos às etapas de observação, análise e conclusões, etapas estas que serão apresentadas nos capítulos apropriados deste trabalho.

manifestou-se em eliminar estruturas redundantes, reduzindo assim o número de organismos e entidades. No que respeita às competências das Secretarias-Gerais o PREMAC manteve a linha orientadora deixada pelo PRACE.

2. O Estágio

2.1 Instituição de Acolhimento

A configuração do Ministério da Educação e Ciência, instituição “que tem por missão definir, coordenar, executar e avaliar as políticas nacionais dirigidas ao sistema educativo, ao ensino superior, à ciência e à sociedade da informação”⁴, resultou de duas ainda recentes reestruturações do Estado, nomeadamente o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE, 2006) e do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC, 2011). Dado que estas duas reestruturações conferiram uma nova faceta não só à nossa instituição de acolhimento, mas também a toda a Administração Pública, importa aqui referir alguns pontos que melhor nos ajudarão a compreender a situação atual da SGMEC.

O objetivo das reformas aqui mencionadas consiste em abandonar progressivamente o modelo burocrático e as “pesadas estruturas tradicionais”, preocupando-se com “as exigências dos cidadãos [de modo a] obter melhorias significativas dos serviços prestados pelo Estado” (PENTEADO, 2006, p. 15). Para chegar a esta meta, o Estado procurará primar pela qualidade e também pela simplificação e celeridade desses mesmos serviços. Mais recentemente, os XVIII e XIX Governos Constitucionais criaram, respetivamente, o PRACE e o PREMAC, fornecendo cada um, conforme a visão estratégica de cada governo, um modelo de funcionamento do Estado. Com o PRACE, os grandes objetivos prendiam-se não só com a modernização e racionalização da ACE, melhorando significativamente a qualidade dos serviços prestados, mas também com a redução da distância entre a Administração Central e os cidadãos (COMISSÃO TÉCNICA DO PRACE, 2006, p. 6). No que respeita às Secretarias-Gerais, o PRACE veio reforçar o seu papel de “coordenação e concentração de informação relativa às atividades de suporte à gestão de recursos humanos, materiais e patrimoniais”, incluindo também competências arquivísticas, designando-lhes funções de “entidade gestora da sua documentação, bem como da produzida, recebida e guardada por outras entidades sob alçada dos respetivos ministérios”. Para tal, as SG deverão proceder à “recolha, tratamento, conservação e comunicação dos arquivos que deixem de ser de

⁴ Decreto Lei n.º 86-A/2011. *Diário da República. I Série*, 132 (2011-07-12).

uso corrente por parte dos organismos produtores” (PENTEADO, 2006, p. 18). O PREMAC, por sua vez, assume-se com o objetivo de reduzir os custos do Estado, procurando modelos de funcionamento mais simples e eficientes no que respeita à Administração Central. Esta intenção manifestou-se em eliminar as “estruturas sobrepostas na estrutura do Estado, reduzindo o número de organismos e entidades, mantendo a qualidade na prestação do serviço público” (DGAEP, 2013, p. 5). Seguindo a linha orientadora deixada pelo PRACE no que respeita à gestão de documentação de uso não corrente, também o PREMAC pretendeu que as Secretarias-Gerais continuassem a assumir funções de órgão coordenador.

O Ministério da Educação e Ciência, de acordo com o PREMAC⁵, nasceu da fusão de dois ministérios: o ex-Ministério da Educação (1987-2011) e o ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2005-2011). Esta junção de serviços e organismos traduziu-se na redução “em mais de 50% das suas estruturas” (DGAEP, 2012, p. 73) das quais salientamos, por conveniência ao nosso trabalho, a extinção por fusão das respetivas Secretarias-Gerais. A recente Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência é, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 18/2012⁶, um “serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa”. Tem como missão “assegurar o apoio técnico especializado aos membros do Governo do MEC e aos demais órgãos, serviços e organismos nele integrados, nos domínios do apoio jurídico, da resolução de conflitos e do contencioso, dos regimes de emprego e de relações de trabalho, da gestão de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e patrimoniais, da contratação pública, dos assuntos europeus e das relações internacionais, bem como da política da qualidade, da informação e da comunicação”. A sua estrutura orgânica, definida pela Portaria n.º 150/2012⁷, é composta por duas unidades orgânicas flexíveis e dez unidades orgânicas nucleares, entre as quais a Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo⁸. À DSDA são designadas as seguintes competências:

⁵ Decreto-Lei n.º 125/2011. *Diário da República, I Série*, 249 (2012-12-29).

⁶ Decreto Regulamentar n.º 18/2012. *Diário da República, I Série*, 22 (2012-01-31).

⁷ Portaria n.º 150/2012. *Diário da República, I Série*, 95 (2012-05-16)

⁸ Ver apêndice B – Organograma da SGMEC.

- Preservar e valorizar, de acordo com as orientações da política do património cultural, o património histórico da Educação e da Ciência, nas componentes arquivística, bibliográfica e museológica;
- Promover as boas práticas de gestão de documentos nos gabinetes dos membros do Governo, na SG e nos órgãos, serviços e organismos do MEC e proceder à recolha, ao tratamento, à conservação e à comunicação dos arquivos que deixam de ser de uso corrente por parte dos serviços produtores;
- Desenvolver o modelo de organização e gestão dos arquivos correntes e intermédios do MEC, coordenando e apoiando a concretização do mesmo;
- Organizar, gerir e tratar a documentação do MEC, mantendo-a atualizada e disponível;
- Promover as boas práticas nos órgãos, serviços e organismos do MEC, no âmbito da recolha, tratamento, conservação e comunicação dos espólios biblioteconómico e museológico;
- Recolher, selecionar, conservar, inventariar, catalogar, digitalizar e estudar as coleções, nas componentes bibliográficas e museológicas existentes na SG e que se encontram à sua guarda;
- Assegurar a manutenção e o desenvolvimento do Museu Virtual da Educação e fomentar o papel educativo e comunitário na colaboração com o público escolar de todos os níveis de ensino, bem como do público em geral;
- Assegurar o atendimento e o apoio especializado aos utilizadores;
- Assegurar a gestão de conteúdos expositivos do Teatro Thália;

A Secretaria-Geral, contando com mais de quinze mil metros lineares (15 000 ml) de documentação, tem a responsabilidade de acolher e tratar “documentos que compreendem uma baliza temporal que vem desde 1836 à atualidade” resultantes da “informação gerada, recebida ou acumulada no âmbito das atividades dos organismos tutelados pelo Ministério da Educação e Ciência ao longo do tempo”⁹. Além da área arquivística, o património cultural da SGMEC reparte-se também pelas áreas bibliográfica, composta pelo Fundo Geral e por coleções especializadas, e museológica, formada a

⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA. Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência (2014) – *Guia de fundos*, p. 8.

partir material didático originário das várias instituições de ensino — escolas primárias, liceus, escolas técnicas e instituições especializadas ¹⁰.

Situada na Avenida 5 de Outubro, edifício no qual se encontra tanto a Sala de Leitura (biblioteca/arquivo) como as instalações de arquivo corrente e parte do arquivo intermédio, a SGMEC tem ainda um outro depósito, em Camarate. Neste está armazenada grande parte da documentação de carácter histórico. Não havendo um espaço único de depósito, são feitas visitas quinzenais a este local, para satisfazer os pedidos de informação e requisitos de documentação por parte dos utilizadores e para dar continuidade aos trabalhos de limpeza e organização da documentação, trabalho esse de dimensões hercúleas dada a quantidade de documentação por tratar existente neste depósito.

2.1.1 O Arquivo da Secretaria-Geral

Durante muito tempo os arquivos foram encarados como meros depósitos de documentação enviada e recebida pelos serviços de uma determinada instituição. Não é de estranhar que no antigo Ministério da Educação Nacional o mesmo tenha acontecido. O Arquivo Geral do Ministério foi institucionalizado em 1972 e a lei previa que “todos os órgãos e serviços, permanentes ou eventuais, da administração central do Ministério, estabelecimentos de ensino público, bem como estabelecimentos privados, desde que subsidiados pelo Estado, e quaisquer outros órgãos ou serviços externos [enviassem] obrigatoriamente à Divisão de Documentação dois exemplares de todas as suas publicações, periódicas ou não, ou quaisquer outros documentos, textos ou dados de interesse nos setores da cultura e do ensino” ¹¹. Rapidamente começaram a surgir problemas de espaço pelo que, em 1977, se dá início ao transporte da documentação para o Depósito de Camarate, alugado ao Ministério desde 1972. No rés-do-chão deste grande depósito instalou-se a documentação entregue pelos diversos serviços numa zona “devidamente referenciada constituindo o arquivo semi-dinâmico e uma outra que constituía o arquivo inativo ou morto. No primeiro andar do referido depósito foram

¹⁰ *Idem*, p. 9.

¹¹ Decreto-Lei n.º 201/72. *Diário da República*, I Série, 141 (1972-06-19).

colocados em monte, um grande número de caixas de cartão, de diferentes tamanhos, com um volume de cerca de 100 m³” (ANTUNES, p. 4).

Entre 1977 e 1984 a documentação foi sendo transportada para Camarate e, conseqüentemente, deslocada dos sítios onde inicialmente tinha sido colocada. Durante este período, coincidindo também com a criação da primeira Escola Superior de Educação e durante o qual se foi ganhando maior consciência do património documental da educação, deu-se início a uma grande vaga de microfilmagem de documentação. Ao iniciar-se este processo de triagem e levantamento para posterior microfilmagem, os técnicos perceberam que era necessário seleccionar, tratar e organizar esta documentação para que se pudesse conservar e, no futuro, torna-la acessível aos utilizadores. De igual modo também se concluiu ser necessário criar e oficializar uma estrutura especializada que se responsabilizasse pelo património documental e museológico da educação, algo que só viria a acontecer efetivamente em 1989 embora já funcionassem, ainda que informalmente, estruturas responsáveis pelo património documental.

A partir da década de 90 o Arquivo Histórico da Educação ficou responsável pelo levantamento, inventariação e tratamento do espólio documental e museológico, pela conservação das espécies documentais e pela elaboração de instrumentos de trabalho que facilitem o acesso e a consulta da documentação. Entre as competências que acabámos de enumerar, encontramos ainda a difusão. Contudo, o diploma que oficializa o funcionamento do Arquivo Histórico apenas contempla a “difusão do espólio classificado através de guias e roteiros”¹², não havendo qualquer referência a potenciais produtos e atividades relacionadas com difusão cultural. E o mesmo se verifica com o primeiro diploma que reconhece a efetiva existência do Arquivo Histórico na estrutura orgânica; apenas é mencionada a responsabilidade de “assegurar um eficaz sistema de divulgação de estudos, publicações e informações, bem como divulgar junto dos restantes serviços do Ministério da Educação das normas e instruções emanadas deste”¹³.

¹² Diário da República n.º 148/1989, Série II de 1989-06-30.

¹³ Decreto-Lei n.º 134/93. *Diário da República. I Série-A*, 97 (1993-04-26).

2.1.2 A DSDA e a difusão cultural

De facto, o primeiro diploma orgânico da SG a demonstrar algum interesse e consideração pelo património da Educação é precisamente o Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de outubro. Este Decreto-Lei decorre da extinção do antigo Instituto Histórico da Educação (IHE), criado em 1998, e que tinha a responsabilidade de “promover e ampliar a exploração do património arquivístico pelas respetivas entidades produtoras, para além de uma utilização para fins primários ou administrativos, no sentido de apoiar a definição de políticas, o planeamento e controlo de atividades técnicas, ação pedagógica, a investigação científica e a divulgação cultural”¹⁴. Percebemos assim que após a extinção do IHE a SG herda as suas competências, ficando então responsável por “preservar e valorizar, de forma sistemática e planeada e de acordo com as orientações da política do património cultural da educação, diretamente ou mediante coordenação e apoio de iniciativas e projetos específicos, o património histórico do ensino e da educação, de natureza arquivística, bibliográfica, museológica e arquitetónica, sob responsabilidade do Ministério da Educação ou, nos termos acordados, de outras entidades, prosseguindo funções de recolha, tratamento, recuperação, conservação, divulgação e apoio à investigação, em estreita articulação com as entidades nacionais responsáveis pelo património arquivístico, bibliográfico, museológico e arquitetónico”¹⁵.

Portanto, é a partir de 2002 que se verifica uma intensificação na criação de produtos relacionados com a difusão cultural deste património, nomeadamente no planeamento e criação do Museu Virtual da Educação, do inventário *online* do Património Museológico da Educação, do Repositório Digital da História da Educação¹⁶ e ainda do blogue “Património Cultural do Ensino & da Educação”¹⁷. Também no âmbito dos vários produtos de difusão cultural realizados pela Secretaria Geral do Ministério da Educação e

¹⁴ Decreto-Lei n.º 206/98. *Diário da República. I Série-A*, 159 (1998-07-13)

¹⁵ Decreto-Lei n.º 208/2002. *Diário da República. I Série-A*, 240 (2002-10-17)

¹⁶ Inicialmente o Repositório era partilhado pelo Centro de Informações e Relações Públicas (CIREP) e a DSDA. Atualmente o Repositório é da inteira responsabilidade do CIREP.

¹⁷ Disponível em URL: < <http://projectobame.blogspot.pt/> >.

Ciência, contamos com uma série de exposições virtuais cujo âmbito cronológico abrange, de forma irregular, os anos de 2002 a 2012¹⁸.

2.2 Trabalho desenvolvido

Tendo sido iniciado no princípio do mês de abril de 2015, o trabalho desenvolvido durante a componente não-letiva do estágio prolongou-se até ao início do mês de junho do mesmo ano. Nos primeiros dias do estágio o tempo foi ocupado a elaborar um questionário aos colaboradores internos e aos utilizadores externos sobre os produtos de difusão cultural produzidos pela Secretaria Geral do Ministério da Educação e Ciência. Este instrumento, como veremos mais aprofundadamente no capítulo das “Ferramentas de análise e apresentação de dados”, permitiu fazer uma primeira avaliação do conhecimento dos inquiridos sobre estes produtos de difusão da SGMEC. Permitiu igualmente perceber quão receptivo o público se encontra em relação à ideia de um produto como aquele que nos propusemos realizar e ainda até que ponto estaria interessado em iniciativas semelhantes e de forma regular por parte do arquivo da SGMEC.

Após os resultados positivos dos questionários quanto à possibilidade de criação de produtos de difusão cultural com uma vertente mais virtual, o passo seguinte foi a escolha do tema para a futura exposição virtual: a Educação Física na Escola. Essa escolha devemos-la a várias razões. A primeira, e talvez a mais importante, foi a candidatura por parte da DSDA ao concurso de “Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais” da Fundação Calouste Gulbenkian. Este concurso, a funcionar em pleno e de forma anual desde 2008, permite às entidades beneficiárias — pessoas coletivas, entidades públicas e/ou privadas sem fins lucrativos — receber um financiamento de 15.000€ para, tal como o nome o indica, tratar, recuperar e organizar “acervos documentais com relevante interesse histórico, cultural e científico”¹⁹. A DSDA concorreu a este concurso com a coleção fotográfica dos Edifícios e Construções Escolares. Para tal foi necessário elaborar um pré-inventário por forma a apresentar uma

¹⁸ Ver apêndice C – Quadro de exposições virtuais realizadas pela SGMEC.

¹⁹ FUNDAÇÃO CALOUSE GULBENKIAN (2014) – *Regulamento do Concurso Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais*. Disponível em URL: <http://newgulbenkian.mrnet.pt/mediaRep/gulbenkian/files/institucional/actividades/bolsas_subsidios/2014/2014_PGQNG_AcervosRegulamento.pdf>

candidatura na qual estivessem estipulados os detalhes do projeto, nomeadamente a informação relevante sobre a coleção fotográfica, o possível orçamento para o seu tratamento e outras informações que atestassem a responsabilidade pelo projeto. Embora a candidatura não tenha sido aprovada, foi ao manusear esta coleção que se percebeu o potencial da mesma: os registos fotográficos de diversas instituições de ensino secundário e técnico, nomeadamente pátios, recreios, salas de aula, balneários, bibliotecas, museus escolares, ginásios e outras instalações desportivas. Essas provas fotográficas, algumas de fotógrafos de renome, ilustram bem a riqueza do património arquitetónico escolar do nosso país.

Outra das motivações para a escolha deste tema assenta no facto de um dos principais fundos sobre a educação física em Portugal, a documentação da antiga Direção Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar (DGEFDSE), ainda estar pouco estudada e, inevitavelmente, difundida, algo que também se encontra dependente do tratamento arquivístico prévio dessa mesma documentação (atualmente em curso pela DSDA²⁰). Desta forma a criação de uma exposição virtual com o tema escolhido pretendia chamar à atenção para esta matéria, podendo assim aguçar a curiosidade do público e mostrar que é uma área com muito ainda para descobrir e, para quem o faz enquanto profissão ou simplesmente por iniciativa pessoal, por investigar.

Após a definição do tema, com vista a comemorar o Dia Mundial da Atividade Física (6 de abril) e com o objetivo de dar a conhecer à comunidade escolar e a todos os interessados as peripécias pelas quais a disciplina passou, passamos ao ponto seguinte. Assim, foi explicado sumariamente que a exposição resultante do estágio poderia envolver as três vertentes de atuação da DSDA — arquivística, biblioteconómica e museológica —, por forma a potenciar o nível de interesse dos conteúdos apresentados. Foi também explanado que a exposição seria semelhante, em termos de estrutura e apresentação de conteúdos, ao que anteriormente já tinha sido criado pela DSDA. Este mesmo modelo de exposição virtual, páginas *web* com texto e imagens, podemos

²⁰ A Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo encontra-se a tratar do grupo de fundos do Ministério da Instrução Pública/Ministério da Educação Nacional (MIP/MEN), fundo esse vital para a compreensão do arquivo histórico por serem os maiores e dois dos mais importantes fundos documentais do património arquivístico do MEC, englobando o período cronológico do funcionamento da DGEFDSE.

encontra-lo nas exposições virtuais do *site* do Arquivo Nacional Torre do Tombo²¹, ao qual teceremos algumas considerações um pouco mais adiante neste trabalho.

O planeamento da exposição foi pensado para ser concretizado em sete etapas consecutivas, tendo sido cinco delas concluídas. Estas etapas encontram-se simplificadas pelo seguinte esquema:

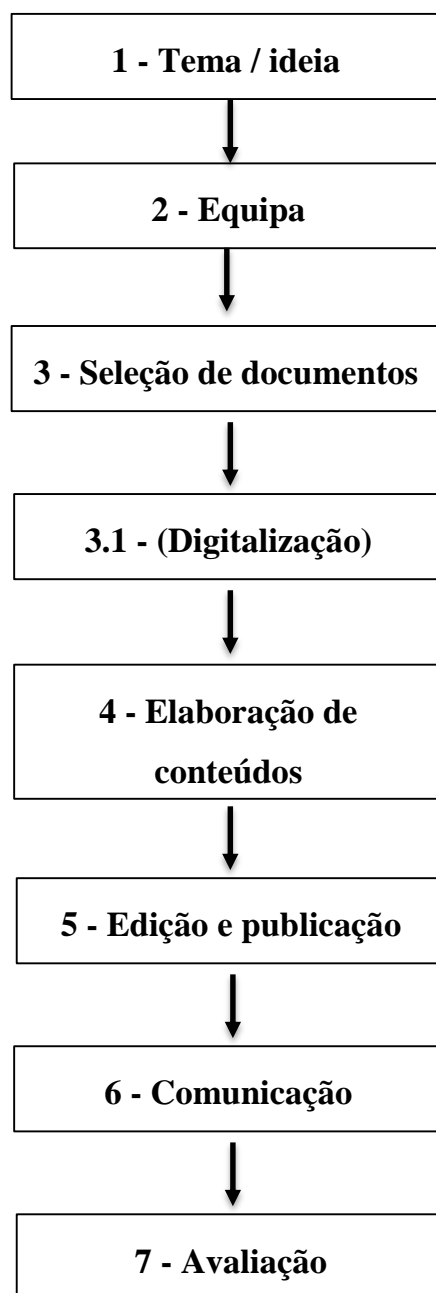


Figura 1 - Esquematização de etapas por Françoise Le Cunff

²¹ Acessíveis através do menu “Exposições Virtuais” da página oficial do Arquivo Nacional Torre do Tombo, disponível em URL: < <http://antt.dglab.gov.pt/> >.

Tendo em conta que o tema fora previamente escolhido, o passo seguinte na estratégia de elaboração da exposição virtual foi a escolha da equipa. Para além do nosso envolvimento, a nossa orientadora local, a Dr.^a Françoise Le Cunff, ficou igualmente encarregue da criação de alguns conteúdos bem como da supervisão global da criação do guião de exposição. Esta mesma equipa decidiu que a exposição virtual deveria dar uma perspetiva mais geral sobre o ensino da Educação Física nas escolas técnicas e liceus portugueses, entre o início do século XX e o pós 25 de Abril de 1974. Ao longo deste século a disciplina foi palco de vários conflitos, debates e oposições metodológicas por parte dos teóricos existentes. Como tal, a etapa de seleção de documentos pretendeu mostrar isso mesmo por forma a observar a trajetória desta disciplina ao longo das décadas que se pretenderam representar.

Partindo da temática da Educação Física em Portugal, decidiu-se organizar a exposição virtual em cinco principais núcleos. O primeiro representa uma vista cronológica sobre os acontecimentos mais marcantes da Educação Física, assinalando os principais momentos da consolidação da disciplina em Portugal. O segundo apresenta uma síntese das várias linhas pedagógicas que influenciaram a disciplina e a forma como esta era vista pelos seus representantes — nomeadamente as vertentes militar, dos médicos e dos pedagogos do século XX. Os terceiro e quarto núcleos permitem verificar, respetivamente, as instalações e o mobiliário/aparelhos necessários ao exercício da disciplina. Por último, abordam-se três vertentes essenciais na consolidação da Educação Física — a ginástica, os jogos e os desportos.

Para o terceiro passo da estratégia, a seleção de documentos, leram-se vários artigos sobre Educação Física. Após esta primeira aproximação ao tema, foi feita uma pesquisa bibliográfica no Sistema Integrado de Bibliotecas do Ministério da Educação e Ciência (SIBME)²², o catálogo *online* da rede de bibliotecas do MEC. Neste catálogo, a pesquisa foi realizada por várias palavras chave — “ginástica”, “desporto” e “educação física” —, por forma a identificar obras bibliográficas que fizessem parte do património da Biblioteca Histórica da Educação. Procuraram-se objetos museológicos que já tivessem sido descritos no inventário *online* do Património Museológico da Educação²³ e

²² Disponível em URL: < <http://sibme.sec-geral.mec.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=> >.

²³ Disponível em URL: < <http://www.sec-geral.mec.pt/iframe/museu-virtual-da-educacao> >.

pesquisaram-se fontes documentais pertencentes ao Arquivo Histórico, essencialmente documentos fotográficos das seguintes coleções:

- Coleção de fotografias da Mocidade Portuguesa;
- Coleção de fotografias de Edifícios Escolares do Ensino Técnico e Secundário;
- Coleção de fotografias de Mobiliário Escola;
- Coleção de fotografias do arquivo Escola Secundária Mourão Ferreira;
- Coleção de fotografias do Liceu Passos Manuel (Lisboa);

Após a seleção de documentos, especialmente no caso das fotografias da Coleção das Construções Escolares do Ensino Técnico e Secundário e dos documentos bibliográficos selecionados, foi necessário proceder à sua digitalização. Esta etapa opcional, considerada integrante da etapa 3, deve-se ao facto de se tratarem de documentos físicos que necessitam de uma representação digital para poderem ser integrados numa exposição virtual. Se, pelo contrário, estes documentos tivessem já sido criados e mantidos em ambiente digital, esta etapa seria considerada dispensável para o objetivo final de construção de uma exposição virtual. Para a digitalização das fotografias foi utilizado um *scanner* de mesa, o qual permitia a digitalização de documentos até ao formato A4. Para os documentos que ultrapassassem esse formato, como foi o caso das publicações bibliográficas e de legislação — exemplo do Decreto n.º 21 110, de 16 de abril de 1932 sobre o Regulamento da Educação Física dos Liceus — foi utilizado um *scanner* planetário que, possibilitando a estabilização dos documentos através da sustentação das lombadas, permitiu uma digitalização total destes formatos de maiores dimensões. Sobre as fotografias da Mocidade Portuguesa, que constituíram grande parte dos documentos fotográficos desta exposição virtual dada a riqueza informacional dos registos preservados, não foi necessário digitalizá-las pois a DSDA possui um CD com cópias digitais (formatos TIFF e JPEG) das respetivas provas físicas. Ainda relacionado com a digitalização e utilização das fotografias, tivemos a oportunidade de atribuir títulos às provas que não os tivessem. Esta decisão foi tomada em conformidade com a orientadora local, preferindo-se dar uma interpretação ao que estava representado em vez de aparecer, vezes sem conta, a designação “Sem título”.

No seguimento desta terceira etapa mais aprofundada, digitalizaram-se os artigos selecionados e compilaram-se em ficheiros em formato PDF. A par desta compilação,

estes ficheiros foram submetidos a uma camada de OCR (*Optical Character Recognition*) utilizando *software* da Adobe Acrobat Professional. Posteriormente, procedeu-se à correção gramatical para que os documentos, uma vez publicados no âmbito da exposição virtual no *site* da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, pudessem ser acessíveis e pesquisáveis e não fossem somente uma compilação de imagens digitais dos artigos e textos sobre educação física.

Tendo reunido todos os componentes iconográficos, arquivísticos e bibliográficos para a exposição, a etapa seguinte foi a elaboração de conteúdos para o guião de exposição. Este guião foi estruturado segundo os capítulos anteriormente mencionados, constituindo assim as várias secções pelas quais a exposição virtual se organizaria. Foi este trabalho de escrita e a sua consequente edição estrutural e gramatical que constituiu grande parte do trabalho realizado no âmbito do estágio no arquivo da Secretaria-Geral do MEC. Após esta primeira elaboração do conteúdo e da sua edição, a versão final do guião²⁴ foi armazenada num CD para aprovação superior, não só por parte do Diretor de Serviços da DSDA mas também por parte do Secretário-Geral da SGMEC. A aprovação para a integração destes conteúdos no *site* da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência foi obtida no dia 8 de outubro de 2015. Porém, até ao momento, não obtivemos nenhuma informação sobre a sua publicação.

2.3 Problemáticas

Ao longo do período de realização do estágio na DSDA deparamo-nos com variadas questões que nos obrigaram a pensar sobre qual o melhor caminho para avançar. Uma dessas questões ocorreu durante o processo de seleção de documentos, mais propriamente de algumas provas da coleção fotográfica da Mocidade Portuguesa. Ao longo deste procedimento, para o qual o critério de seleção escolhido era aquele que melhor representasse o que pretendíamos abordar, percebemos que existiam muitas fotografias que representavam jovens menores de idade durante a prática destas atividades. Perante esta situação questionámo-nos sobre a sua possível publicação no âmbito da exposição virtual e de que forma poderíamos publicar estes conteúdos sem ir contra os direitos de quem se encontra representado.

²⁴ Ver apêndice D – Versão final guião.

Ao lermos a Constituição da República Portuguesa conseguimos reconhecer que os “direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação”²⁵ estão garantidos a todos os portugueses. Contudo, perante a possibilidade de publicar estes conteúdos no âmbito de uma exposição virtual percebemos que, através do Parecer n.º 95/2003 da Procuradoria-Geral da República sobre o direito à imagem pessoal, é possível publicar estas imagens sem potenciais constrangimentos para os representados ou para a instituição que os partilha, neste caso a SGMEC. Neste parecer é explícito que “o retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem consentimento dela, não carecendo desse consentimento quando assim o justifique a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente, salvo se do facto resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decore da pessoa retratada”²⁶. Neste sentido, e estando enquadrado no âmbito de atividades didáticas e/ou culturais em espaços públicos como são as escolas, parece-nos ser legítima a publicação destes conteúdos fotográficos no âmbito da exposição virtual.

Outra das questões com que nos deparamos no decorrer do nosso estágio na DSDA foi a do tratamento dos fundos documentais. Percebemos que para uma eficaz difusão cultural dos arquivos das instituições é necessário um prévio tratamento documental, ainda que mínimo, por forma a conseguir identificar e escolher boas fontes e, consequentemente, criar conteúdos significativos para o que se pretende publicar. No caso da DSDA lidámos de perto com esta mesma realidade uma vez que um dos mais importantes fundos documentais para a história da Educação Física, o fundo da Direção-Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar, integrante do Fundo do Ministério da Instrução Pública/Ministério da Educação Nacional, se encontra atualmente em processo de descrição. Este processo, que ocupa grande parte do tempo dos técnicos arquivistas, condiciona em muito aquilo que se pode ou não utilizar no âmbito da difusão

²⁵ PORTUGAL. Assembleia da República (2005) — *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em: < <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf> >.

²⁶ Disponível em URL: < <http://www.gmcs.pt/pt/parecer-da-pgr-n-952003-direito-a-imagem-direito-a-informar-recolha-de-imagem-intimidade-da-vida-privada-direitos-liberdades-e-garantias-conflito-de-direitos-fotografia-ilicita-medida-de-policia> >.

cultural do arquivo da SGMEC. Aquando da escolha do tema para a exposição virtual este risco foi assumido desde início e esta condicionante veio confirmar que, mesmo não havendo tanta documentação arquivística quando a que desejaríamos para explorar devidamente o tema, foi possível selecionar documentos por forma a mostrar ao público interessado que ainda existe muito por descobrir e investigar no arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

Outro fator relevante e que importa ter em atenção quando se abordam temáticas de difusão cultural através de exposições virtuais refere-se à construção consolidada e bem definida de canais de comunicação na *web*. E este ponto, no nosso entender, pode desdobrar-se em dois aspetos interligados e essenciais que importa aqui mencionar. O primeiro é a existência de um *site* institucional em pleno funcionamento e que seja de simples utilização e compreensão para o utilizador. Se, pelo contrário, este sítio não for *user friendly* é provável que o utilizador se sinta confuso durante a sua navegação e que aquilo que a instituição pretendia partilhar com o seu público acabe “escondido” no *site* sem que esse mesmo público saiba da sua existência. O segundo aspeto refere-se à relevância atual e indiscutível das ferramentas de comunicação *online*, nomeadamente a utilização das plataformas e redes sociais. É sabido que a utilização deste tipo de ferramentas permite um diferente nível de acesso que outrora não existia ²⁷. Ao fazer uso das redes sociais como são o Facebook, o Twitter e outras de natureza similar como os blogues, estamos a proporcionar novas possibilidades de difusão do património arquivístico e a criar uma presença e uma ligação, ainda que virtuais, com os nossos utilizadores. Contudo, é necessário que estas ferramentas sejam utilizadas com algum rigor e dedicação, especialmente quando se trata de páginas e/ou perfis institucionais, de modo a publicar conteúdos interessantes de forma regular, criando assim uma possível empatia com o nosso público.

Durante o nosso estágio na Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo pudemos constatar que existem alguns detalhes que nos pareceram menos conseguidos no que às tecnologias de informação e comunicação dizem respeito. Relativamente ao sítio institucional da SGMEC, obtivemos informação de que tinha sido recentemente reestruturado e redesenhado, registando assim uma melhoria significativa em termos de

²⁷ SINCLAIR, Joan Margarite (2012) - “Use of 2.0 media such as Twitter, Facebook and Historypin has allowed institutions to push content into the virtual world, providing 24/7 access to interested researchers around the world” in *The Interactive Archive: Social Media and Outreach*, p. 33.

design e de facilidade de navegação comparativamente ao anterior *site*. Porém, até ao momento de escrita deste relatório, percebemos também que ainda não se encontra totalmente operacional, existindo algumas funcionalidades que podem confundir o utilizador ou que simplesmente não existem apesar de aparecerem identificadas no próprio *site*. É o caso da zona dedicada ao “acervo documental de interesse para a História da Educação, Património Museológico da Educação e Catálogo da Rede de Bibliotecas” disponível na *homepage* do sítio²⁸. Referimo-nos, mais especificamente, aos menus dedicados ao “Repositório Digital”, ao “Museu Virtual da Educação” e ao “Arquivo Histórico da Educação”.

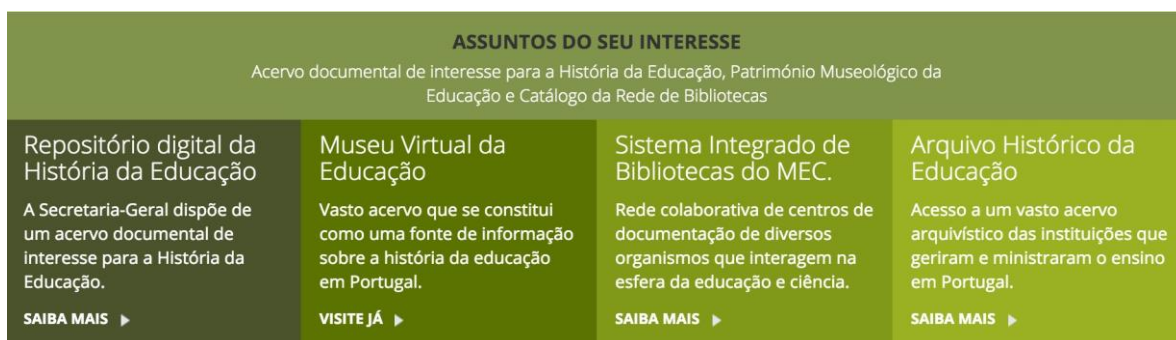


Figura 2 – Secção da *homepage* do sítio da SGMEC

Quando clicamos na opção “Saiba mais” do menu Arquivo Histórico da Educação, somos remetidos para uma nova página que nos informa sobre como podemos aceder aos documentos de arquivo. Nesta página existem hiperligações para o Arqhist (software utilizado para descrição documental) e Infogestnet (“rede colaborativa de utilizadores do ArqHist”) que não funcionam, o que do ponto de vista do utilizador pode causar alguma frustração para quem pretende realmente saber mais sobre o arquivo da SGMEC.

Os menus do “Repositório Digital” e do “Museu Virtual” podem igualmente gerar alguma confusão no que respeita à utilização do conceito “Museu”. Quando clicamos no menu “Repositório Digital”, somos direccionados para uma nova página com um menu do lado esquerdo do ecrã. Nas opções deste menu conseguimos observar um submenu intitulado “Museu Virtual”. Ao clicarmos nesta hiperligação, somos novamente remetidos para uma nova página onde se encontram todas as “exposições virtuais” criadas pela

²⁸ Disponível em URL: < <http://www.sec-geral.mec.pt/> >.

DSDA²⁹. Por outro lado, se na *homepage* clicarmos no menu intitulado “Museu Virtual da Educação”, somos remetidos para uma outra página que, apesar de também se intitular “Museu Virtual da Educação” é, na verdade, o inventário *online* do património museológico da educação. Neste inventário podemos ter acesso a várias exposições virtuais que figuram unicamente peças do espólio museológico do Ministério da Educação e Ciência.



Figura 3 - Menu "Museu Virtual da Educação"/Inventário museológico *online* do sítio da SGMEC

Esta utilização de conceitos iguais para designar produtos virtuais diferentes pode ser bastante confusa para o utilizador. Este fica sem saber exatamente por onde está a navegar e ao que corresponde cada núcleo de atuação da DSDA. Neste sentido importava clarificar melhor os conceitos que a instituição quer passar para o exterior e, se possível, resolver a questão das hiperligações em falta e que são certamente úteis para o público que procura mais informações sobre este serviço.

²⁹ Quando nos referimos à Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo neste contexto, utilizamo-lo de forma a englobar as várias unidades orgânicas responsáveis pela área da documentação e pela criação das exposições virtuais ao longo dos anos 2000. Sabemos que estas exposições não foram criadas unicamente pela atual DSDA, mas sim pelas várias unidades orgânicas que anteriormente existiram com outras designações e cujas leis orgânicas estiveram dependentes das reformas políticas e institucionais da primeira década do século XXI.

Relativamente à utilização das TIC podemos constatar, ainda durante a realização da unidade curricular “Prática Profissional”, que a DSDA utiliza o Blogger³⁰ desde 2008. A utilização desta plataforma, bastante útil na difusão cultural do património da SGMEC e bastante meritória pelo esforço envolvido na sua atualização semanal, ainda carece de alguns ajustes que poderiam aumentar o tráfego de visitantes e, possivelmente, melhorar a própria interação com o público. Uma das primeiras sugestões que queremos fazer a esse respeito é a necessidade de criar pontos de acesso a esta plataforma. A simples existência do blogue e a sua atualização regular não são suficientes se o utilizador não tiver nenhuma forma de aceder a esta página. Por outras palavras, se no *site* oficial da SGMEC não houver nenhuma informação ou *link* que encaminhe os utilizadores interessados para o blogue, como existia no anterior *site* da SGMEC, estes dificilmente saberão da sua existência. Sem este primeiro ponto de acesso, em nosso entender essencial no que à difusão diz respeito, consideramos que a própria existência do blogue se encontra comprometida e o propósito para o qual foi construído, o de dar a conhecer à sociedade aquilo que o serviço tem para oferecer, é derrotado.

Uma outra questão relativamente à atualização do blogue é a necessidade de interação com o público. Não é só a publicação de novos conteúdos semanalmente que torna a metodologia atual de difusão eficaz. É importante que a DSDA consiga dinamizar o tráfego de utilizadores físicos que já possui e encaminhá-los para o blogue, uma vez que esta é a única ferramenta, para além do sítio institucional, atualmente responsável pela difusão cultural da SGMEC.

Outra sugestão que gostaríamos de propor no âmbito da difusão cultural é a utilização de outros recursos tecnológicos enquanto ferramentas de difusão, nomeadamente o aproveitamento do potencial já comprovado das redes sociais. Um dos argumentos mais utilizados sobre esta questão e que para nós é enquadrável no âmbito da difusão cultural da DSDA, é a necessidade de criar uma presença onde quer que o público se encontre. Se os utilizadores estão presentes nas redes sociais, faz sentido que o arquivo também aí esteja presente³¹. Ao criar uma presença ativa neste tipo de plataformas, tal

³⁰ O Blogger é um serviço oferecido pela empresa Google que permite a criação, edição e partilha de conteúdos sob a forma de blogues. Todos os blogues hospedados nos servidores da Google possuem o termo *blogspot* enquanto denominador comum. No caso da DSDA, o blogue está disponível em URL: < <http://projectobame.blogspot.pt/> >.

³¹ SINCLAIR, Joan Marguerite (2012) – “If users are now looking for content in the digital world, it would make sense for archives to have a presence there. The more an archive can show support through use, the

como já o faz com o blogue mas ainda sem o *feedback* esperado, o arquivo da SGMEC poderia utiliza-las como recurso à difusão cultural do seu próprio património, complementando assim o papel e o carácter de difusão que o blogue atualmente já possui.

more relevant to the public and stakeholders it appears, and the more case for funding to support archival activities can be made” *In The Interactive Archives: Social Media and Outreach*, p. 34.

3. Revisão da Literatura

*«We must continually remind ourselves that ultimately we preserve archival materials so that they will be used. We employ arrangement and description in order to make historical records **easier** to use. Security and conservation measures ensure that historical records will be preserved so that they **can** be used. Outreach ensures they are **used**.»³²*

O acesso à informação e a utilização de documentos justifica a existência e a atuação dos arquivos perante a sociedade. A sua adaptação aos tempos que correm e a sua sobrevivência é imperativa num momento de revolução social e tecnológica como aquela em que vivemos atualmente. Esta mesma revolução caracteriza-se pela necessidade e consumo constantes de informação, sendo que a sua disponibilidade, num momento em que quase tudo se rege pela ubiquidade da internet, tem de ser acautelada pelos responsáveis da informação, independentemente do seu suporte ou formato. Esta democratização do acesso e utilização da informação veio trazer novas preocupações aos arquivos e aos arquivistas, no sentido em que estes perceberam a importância dos seus utilizadores e da angariação de novos públicos. Esta preocupação reflete-se na “procura da satisfação das necessidades dos utilizadores, através do aumento da qualidade dos serviços prestados” e também do alargamento de ofertas destes mesmos serviços (VAZ, 2012, p. 14).

Duas das funções arquivísticas que podem ser enquadradas no âmbito do alargamento da oferta de serviços por parte dos arquivos são a comunicação e a difusão, tornando-se cada vez mais relevantes no âmbito de qualquer serviço de arquivo³³. É legítimo afirmar que em Portugal só recentemente se tem desenvolvido uma maior preocupação com a definição destes conceitos e funções arquivísticas, ao passo que num contexto internacional a literatura científica sobre estes conceitos começou a ganhar

³² ERICSON, Timothy L. (1990-1991) – “Preoccupied With Our Own Gardens”: Outreach and Archivists. *In Archivaria*, N.º 31, p. 114.

³³ Embora designado como “Serviço de Extensão Cultural e Educativa”, designação que implicitamente remete para uma atividade extra à rotina tradicional do serviço de arquivo, veja-se o exemplo do Arquivo Distrital do Porto em URL: < <http://www.adporto.pt/index.php/styling/atribuicoes> >.

ímpeto a partir dos anos oitenta do século XX. Um dos muitos exemplos desta afirmação é o de Elsie T. Freeman que, até à data da sua aposentação em 1991, fora *Chief of the Education Branch* dos *National Archives and Records Administration*. No seu artigo, *Buying Quarter Inch Holes: Public Support Through Results*, Freeman relata-nos a sua experiência profissional aquando da publicação do mesmo. Originalmente publicado em 1985, a autora descreve como se sentia incapaz ao tentar convencer os seus colegas de que a comunicação com o público e a difusão são funções tão importantes quanto as de organização, descrição ou o serviço de referência (2000, p. 91). Ao entrarmos no presente século e volvidas quase duas décadas após a publicação inicial do artigo, Freeman afirma que os programas de ensino superior da nossa área de formação ainda não abordam convenientemente esta temática, ou se o fazem é de forma superficial, não chamando a atenção para a real importância desta função e como é que ela pode ser implementada e desenvolvida a par de outras funções consideradas mais “tradicionais”.

Pela referência a “funções mais tradicionais” pretendemos demonstrar que desde cedo e ao longo da história da nossa área de estudo foi dada mais atenção a funções arquivísticas como são a avaliação, a organização e a descrição de fundos documentais dado que são funções que têm implicações diretas nas atividades diárias dos arquivistas. Consequentemente, a literatura e teoria científicas desenvolveram-se em torno destas matérias por fim a resolver estes problemas (BLAIS; ENNS, 1990, p. 101). De facto, ganhar o controlo físico e intelectual sobre os fundos que estão à guarda de uma instituição sempre foi, e continua a ser, uma das maiores preocupações da profissão arquivística. No entanto, isso não significa que os arquivos tenham de fechar as portas ao público ou que os profissionais tenham de abandonar o seu trabalho para se dedicarem por completo às atividades de difusão. Antes pelo contrário, para enquadrar devidamente todas as áreas pelas quais o arquivista tem de se “desdobrar”, será necessário reavaliar os seus objetivos e, se possível, alterar as suas atuais rotinas de trabalho para conseguir corresponder às expectativas, não só por parte das chefias, mas também por parte do público interessado. Desta forma, ao promover a instituição através de atividades de difusão, mostra-se que os arquivos são instituições que se encontram envolvidas “no tecido administrativo, social e cultural da sociedade em que est[ão] inserid[as]” (BARROS, 2007, p. 1).

Apesar de existir atualmente alguma vontade por parte dos arquivistas em fazer notar o seu trabalho e mostrar a sua instituição com os meios e recursos que têm à sua

disposição, é também certo que a sociedade ainda tem uma percepção algo distorcida da profissão arquivística e daquilo que é verdadeiramente um arquivo. Timothy Ericson, no seu artigo *“Preoccupied With Our Own Gardens”: Outreach and Archivists*, relata-nos precisamente isso: a descoberta, por parte de um estudante, de cartas de uma influente líder feminista do início do século XX que fizeram as manchetes dos jornais. O artigo desenvolve-se referindo que os respetivos documentos permaneceram despercebidos em “prateleiras poeirentas do arquivo”³⁴. Apesar deste artigo ter sido publicado nos anos noventa, esta noção de que os arquivistas deixam os documentos em prateleiras a coletar pó é ainda bastante atual, significando também que o trabalho de promoção das instituições Arquivo e da própria profissão não se encontra a funcionar devidamente. Torna-se essencial mostrar que esta profissão se caracteriza por termos a responsabilidade e o privilégio de ter à nossa guarda um valioso e insubstituível património documental sendo que, para alterar esta percepção negativa, precisamos de nos fazer ouvir, de mostrar que não somos apenas guardiões passivos de documentos de arquivos e que somos, muito para além disso, condutores e disseminadores de informação³⁵.

Por forma a concretizar tal premissa, o Arquivo deve apostar mais nas funções de comunicação e difusão, pois são estas as funções que são capazes de interessar e envolver o público naquilo que é desenvolvido nestas instituições. Quanto mais as pessoas estiverem envolvidas nos arquivos, mais reconhecimento estas organizações terão enquanto pilares de cultura, herança e história. O pensamento conservador de que os potenciais utilizadores chegarão até ao arquivo num mundo repleto de outras opções cada vez mais tecnológicas, é ilusório e prejudicial à sua existência. Uma nova atenção e olhar para as atividades de difusão, particularmente no meio da revolução social e tecnológica pela qual estamos a passar, deverá traduzir-se, tanto quanto possível, numa maior e

³⁴ ERICSON, Timothy (1990-1991) – “The article went on at some length about how the letters lay unnoticed on the «dusty shelves» of the archives, and how their recent discovery was a great event that would serve the cause of scholarship, etc. (...) such articles serve archivists poorly. (...) After all, what is the real message? Is that archives are places where things lie around collecting dust and that, although an archivist must have agreed to accept and preserve papers, their being in the archives was a form of burial, not of discovery”, *Op. Cit.*, p. 114.

³⁵ ERICSON, Timothy L. (1990-1991) – “As long as we stay in our reading rooms and avoid touching the lives of those whom we would serve, then all of our well-intentioned efforts to improve our image, and all your programs to explain what we do and why it is important will fall on deaf ears. We need to show people, not tell them”, *Op. Cit.*, p. 120.

melhor interação com os utilizadores, atuais e futuros, assumindo uma faceta mais empreendedora e pública perante a sociedade.

Ao mencionarmos a importância de funções como comunicação e difusão enquanto formas de tornar os arquivos mais visíveis e apelativos para o público, importa explicar em maior detalhe o que se entende por cada um destes conceitos e como é que os profissionais de arquivo têm lidado com estes assuntos. Como já tivemos oportunidade de referir, a difusão só recentemente começou a ser vista de uma forma mais proeminente enquanto função de arquivo. Inicialmente o foco dos trabalhos estava nas funções de avaliação, organização e descrição, havendo pouca consideração pela difusão e, consequentemente, uma marginalização da faceta mais pública do arquivo, resultando assim no privilégio e no foco de todos os trabalhos de arquivo em funções com implicações diretas nos trabalhos de organização e descrição de documentação (SINCLAIR, 2012, p. 1). Este não reconhecimento da difusão enquanto função de arquivo é algo que nos chega, por exemplo, em publicações dos anos 40 da revista científica *The American Archivist*, uma vez que nos anos noventa ainda se discutia a necessidade de intervir verdadeiramente nesta área³⁶.

Algo revelador desta mesma realidade foi a omissão do termo “*outreach*” — que em português podemos traduzir como “difusão cultural” — e de outros conceitos relacionados no *Basic Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers*, datado de 1974 (EVANS; HARRISON; THOMPSON, 1974). Esta lacuna é denunciadora do desprestígio da difusão comparativamente a outras funções, provando assim que a difusão foi sempre algo relegado para uma última fase do processo de tratamento da documentação de arquivo — aquisição, avaliação, organização, descrição, comunicação e acesso à documentação e, só no fim, uma eventual difusão. Contudo, se atualmente consultarmos o *Glossary of Archival and Records Terminology* da Sociedade Americana de Arquivistas, o termo *outreach* apresenta já uma definição mais consolidada que, numa tradução nossa, consiste no “processo de prestação de serviços a um público com necessidades relacionadas com a missão da instituição, especialmente de grupos

³⁶ ERICSON, Timothy L. (1990-1991) – “In 1940 an *American Archivist* article quoted an SAA member’s critical comment on the annual meeting «I have listened to a great number of papers on such subjects as the training of archivists [and] the classification and cataloging of archives... [but] I have been particularly impressed with the lack of attention given to the subject of the relationship between archival institutions and the public». Fifty years later, in 1990, we are still ploughing the same ground”, *Op. Cit.*, p. 116.

mais excluídos, nos quais são criados serviços para colmatar as suas necessidades”. Esta definição informa-nos ainda que as atividades de *outreach* podem incluir “exposições, *workshops*, publicações e programas educacionais”³⁷.

Considerada como um luxo, pois existem sempre outras tarefas que necessitam da atenção dos profissionais, a maioria dos arquivistas no passado mostrou-se relutante, ou pelo menos indiferente, na aceitação do lugar da difusão como parte integrante de uma rotina de trabalho (BLAIS; ENNS, 1990, p. 101). Como etapas finais de todo um processo de tratamento documental, algo que deverá ser feito apenas se houver tempo e/ou recursos para tal, a atividade cultural foi sendo constituída como algo que pudesse complementar os serviços já oferecidos aos cidadãos e aos utilizadores. Desta forma foi persistindo a ideia de que só os arquivos mais desenvolvidos ou com maiores e melhores recursos têm possibilidades de desenvolver e aplicar devidamente a difusão nas suas instituições (ALBERCH; BOADAS, 1991, p. 8).

Todavia, e tendo em conta a crescente exigência por parte do público na criação de serviços e conteúdos culturais³⁸, as considerações acima descritas não deveriam continuar a ser equacionadas dessa forma. Ao planear as atividades arquivísticas enquanto uma série de passos lineares a cumprir — primeiro toda a avaliação, depois a organização, em seguida a descrição e só no fim a comunicação e difusão — acabarão por existir sempre outras prioridades na rotina de trabalho dos profissionais e nunca se chegará a criar algo ao qual se possa chamar difusão³⁹. Esta dificuldade em criar serviços e conteúdos culturais tem sido sentida especialmente por parte dos arquivos da

³⁷ SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS (2005) – “Outreach - The process of identifying and providing services to constituencies with needs relevant to the repository's mission, especially underserved groups, and tailoring services to meet those needs. Outreach activities may include exhibits, workshops, publications, and educational programs.”. In *Glossary of Archival and Records Terminology*.

³⁸ BLAIS, Gabrielle; ENNS, David (1990) – “There has been a marked increase in popular interest in archives and in cultural activities in general. Due to the demands of a more educated and prosperous population, a democratization of culture has occurred (...). As a result of heightened interest in culture and in the affairs of cultural institutions, not only did the public become aware of the increasing availability of information and cultural services, but also it began to insist on its right to efficient delivery of these services”, From Paper Archives to People Archives: Public Programming in the Management of Archives, In *Archivaria*, N.º 31 p. 102.

³⁹ ERICSON, Timothy L. (1990-1991) – “But for the past fifty years the rest of the work never seems to have got done. We say that we must keep up with technology. That is true, but technology is always changing; archivists in the 1930's were saying the same thing. If it is not technology then it's something else – perhaps the backlog of unprocessed holdings – but there is always a reason why we do not have time for outreach and user-related activities”, *Op. Cit.*, pp. 116-117.

Administração do Estado. Enquanto arquivos estatais têm de garantir, em primeiro lugar, a acessibilidade aos documentos de arquivo, privilegiando este tipo de serviço em detrimento de outras atividades. No entanto, não significa que não possa existir uma componente cultural nos arquivos do Estado. Acreditamos que as atividades de difusão cultural podem ser concretizadas desde que se tenha em conta a natureza e o foco destas mesmas atividades, devendo sempre adaptar-se à missão de cada instituição⁴⁰.

Em Portugal, enquanto outros países europeus já se debruçavam sobre as questões da difusão, os anos oitenta e noventa foram relevantes para colocar o Serviço de Referência⁴¹ “em pé de igualdade com áreas tradicionalmente dominantes, como sejam a organização de fundos ou a sua preservação” (PENTEADO, 1995, p. 23). A difusão, por sua vez, não era então entendida como função arquivística, sendo aqui importante relembrar algumas questões terminológicas sobre este conceito. Desde logo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística* que, tendo sido uma primeira obra de referência nacional no que respeita à terminologia portuguesa da nossa área científica, é possível verificar a inexistência do termo “difusão”. Optou-se, no entanto, pelo termo “comunicação”, que é definido enquanto “função primordial do arquivo, que consiste em facultar aos utilizadores, atuais ou potenciais, informações, referências e documentos de que disponha e sobre os quais não recaia qualquer restrição de comunicabilidade” (ALVES et. al., 1993, p. 23). No final desta definição, o *Dicionário* remete o leitor para outros termos como “acesso”, “acessibilidade”, “edição de fontes”, “instrumento de descrição documental” e ainda “serviço de referência”.

Apesar da ausência da difusão no *Dicionário*, é igualmente interessante notar a existência de outros termos que atualmente lhe podem ser associados, como por exemplo “exposição”, “expositor”, “museu”, “património arquivístico” e também “serviço educativo”. Todas estas definições no *Dicionário* parecem ter algo em comum, neste caso

⁴⁰ Podemos exemplificar esta afirmação recorrendo ao seguinte cenário: a prática de *yoga* nas bibliotecas. Se esta atividade for feita apenas pela necessidade de existir um espaço no qual se possa praticar este exercício então, no nosso entendimento, esta atividade não vai ao encontro da missão da respetiva biblioteca. Se, pelo contrário, for pensada enquanto uma interação com livros e contos que ensinem às crianças ou adultos formas de relaxamento, podemos considerar que a utilização deste espaço para este efeito pode ir ao encontro da respetiva missão.

⁴¹ ALVES, Ivone; et al (1993) – “Serviço do arquivo que tem como função orientar os utilizadores, informando-os sobre a documentação existente, sua comunicabilidade, acessibilidade e formas de acesso, e facultando-lhes os respetivos instrumentos de descrição documental” *In Dicionário de Terminologia Arquivística*, p. 90.

a possibilidade de se mostrar algo a um público, quer seja a sua relevância histórica, quer a sua utilização num determinado contexto. Todavia nenhuma delas parece associar-se à função arquivística que hoje reconhecemos como difusão, levando a crer que a sua omissão tenha acontecido por duas possíveis razões: não tinha ainda, à data da publicação do *Dicionário*, uma expressão autónoma da função de comunicação ou então não era considerada “uma função de arquivo, mas antes uma ação materializada em serviços e produtos” (NOGUEIRA, 2012a, p. 28).

Mais recentemente, em 2005, foi publicada pelo Instituto Português da Qualidade a *Norma Portuguesa 4041* referente à terminologia arquivística e aos seus conceitos básicos. Nesta NP, certamente aproveitando algum do trabalho desenvolvido no *Dicionário de Terminologia Arquivística*, conseguimos identificar a inclusão do termo “difusão” definido enquanto “função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do respetivo acervo documental” (IPQ, 2005, p. 19). Porém, tal como Marta Nogueira afirmou na sua dissertação de mestrado⁴², apesar de já ser considerada como função de arquivo, o termo difusão parece estar integrado na função “comunicação”, esta última definida pela respetiva NP enquanto “função primordial do serviço de arquivo que visa facultar dados, informações, referências e documentos, difundir o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua utilização” (IPQ, 2005, p.19). A designação de “função primordial” denota conscientemente uma superioridade da “comunicação” relativamente a todos os restantes termos enumerados nesta secção da Norma (“acessibilidade”, “classificação de segurança”, “comunicabilidade”, “consulta”, “difusão” e “recuperação”). Marta Nogueira refere ainda que a submissão da difusão ao campo de ação da comunicação é associada a uma prática e teoria herdeiras de um persistente paradigma custodial⁴³ que, ao mesmo tempo que retrai o desenvolvimento da difusão, também impede o “estabelecimento de um enquadramento teórico autónomo desta enquanto função” (NOGUEIRA, 2012a, p. 34).

⁴² NOGUEIRA, Marta (2012a) – “Este enquadramento limita as possibilidades da difusão na medida em que regula à partida o campo de ação da difusão ao da comunicação. Enquadra a difusão num conjunto de funções onde predomina o acesso, o conhecimento e a utilização do acervo na perspetiva da consulta”, p. 27.

⁴³ De uma forma simplista, o paradigma custodial caracteriza-se pela preservação e pelo foco no documento, contrastando com o paradigma pós-custodial, no qual existe uma maior preocupação com a informação independentemente do seu suporte. Para um maior aprofundamento desta temática, consultar RIBEIRO, Fernanda (2001) – Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar, *In IV Encontros de Outono – Memória, Arquivos e Museus*.

Temos igualmente de referir aqui a *Multilingual Archival Terminology*, uma base de dados terminológica *online* criada pela comunidade arquivística, onde utilizadores registados — profissionais, académicos, investigadores, estudantes da área — podem adicionar termos, definições, ligações entre as mesmas e ainda redigir comentários. Comportando-se como uma *wiki*, uma ferramenta colaborativa que permite a alteração do seu conteúdo, esta base de dados pretende refletir as diferentes escolhas terminológicas de alguns idiomas mundiais⁴⁴. É interessante notar a presença da língua portuguesa nesta lista. Todavia reparamos que os contribuidores desta seção da *wiki* são de origem brasileira, tornando-se assim compreensível a omissão do termo “difusão” e a existência do termo “divulgação”. Este último é definido enquanto um “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”, sendo esta a mesma definição encontrada no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72). Apesar da “difusão” portuguesa ainda aparecer na *NP 4041* numa posição submissa da função “comunicação”, a “divulgação” em português do Brasil parece-nos restritiva e limitadora quanto às potencialidades desta função arquivística.

Embora não desvalorizando o contributo fundamental destas ferramentas, parece-nos necessário existir um novo olhar sobre estes conceitos dado que a “inexistência de instrumentos atualizados deste tipo tem implicações significativas em qualquer área” e a sua criação clarifica a “comunicação dentro da área do conhecimento” (NOGUEIRA, 2012b, p. 96). E neste sentido importa mencionar o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Gestão de Documentos de Arquivo (GT-GDA) que pretende promover a discussão e desenvolver uma linha de investigação sobre terminologia arquivística adotada pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O GT-GDA está a tomar como ponto de partida a já mencionada *NP 4041* e ainda a *Multilingual Archival Terminology*, pedindo igualmente a colaboração de toda a comunidade arquivística da CPLP na reflexão e construção de um mapa conceptual dos vários termos e conceitos utilizados na nossa área. Acreditamos que o trabalho desenvolvido pelo GT-GDA complementar e desenvolverá grandemente tudo aquilo que já foi feito no âmbito da terminologia arquivística da língua portuguesa.

⁴⁴ Os vários idiomas presentes no *Multilingual Archival Terminology* podem ser consultados através da seguinte ligação URL: < <http://www.ciscra.org/mat/> >.

Com o contributo da sua dissertação de mestrado, Marta Nogueira conseguiu ir um pouco mais longe na análise terminológica: para além de aprofundar os diversos significados do termo difusão (NOGUEIRA, 2012a, pp. 17-21), tanto em português quanto noutros idiomas europeus, a autora procurou ainda definir os diferentes tipos de difusão — informacional, eletrónica/digital e cultural —, dando especial ênfase à difusão cultural. Este tipo de difusão é então definido pela autora como aquele que endereça especificamente a função cultural dos arquivos, concretizando-se na “produção de atividades e produtos culturais numa perspetiva de utilização e usufruição, enquanto recurso para o desenvolvimento pessoal e social e o envolvimento do público em geral com o património” (NOGUEIRA, 2012a, p. 36), definição essa com a qual concordamos.

Portanto, é a importante função cultural dos arquivos que legitima o funcionamento da difusão cultural neste tipo de instituições. Contrariando o sentimento de indiferença que outrora se fazia sentir perante esta função, existindo quase como complemento ou uma extensão dos serviços oferecidos ao cidadão⁴⁵, sentimos que podem ser cada vez mais as instituições que a valorizam. É esta função cultural que tem a capacidade de romper com o afastamento e a pouca comunicação que possa existir entre uma instituição e o seu público. Contudo, a constituição de uma boa política cultural de arquivos parte do princípio, tal como Ramón Alberch e Joan Boadas nos relembram, de que a instituição tem de ter um mínimo de necessidades básicas resolvidas, ou seja, um edifício estável e com condições apropriadas, organização de fundos documentais suficientemente consistente e também uma equipa responsável, formada e motivada para o desenvolvimento do trabalho. Porém, o grau de profundidade e empenho no cumprimento desta função dependerá sempre da vontade das chefias e/ou responsáveis políticos e ainda do nível de interesse e compromisso da própria equipa envolvida no cumprimento desses objetivos culturais⁴⁶.

⁴⁵ A própria designação “Serviço de Extensão Cultural” ou “Serviço Educativo de Extensão Cultural” pode muitas vezes insinuar de que se trata de um serviço extra ou de uma extensão daquilo que já é providenciado ao público, podendo validar, consciente ou inconscientemente, a perceção de que pode ser algo dispensável ao serviço de arquivo.

⁴⁶ ALBERCH, Ramón; BOADAS, Joan (1991) – “Es evidente que el inicio de una política cultural desde los archivos ha de partir del principio de que este cuenta con un mínimo de necesidades «básicas» resueltas, fundamentalmente, de tipo arquitectónico, de organización de los fondos documentales y de suficiencia de personal. El grado de implicación, en consecuencia, dependerá de la voluntad del personal de los archivos y de sus responsables políticos y de la posibilidad de conseguir los recursos financieros indispensables”, *In La Función Cultural de los Archivos*, p. 30.

Durante muito tempo, os produtos do serviço de arquivo eram, em grande parte, pensados para um tipo específico de utilizadores, os investigadores. Felizmente, cada vez mais se tem combatido esta ideia, consolidando-se a noção de que os arquivos são para todos e não apenas para um grupo restrito de pessoas. Ao criarem-se atividades culturais direcionadas a um público mais vasto, potencia-se não só uma maior visibilidade da instituição, como também se apela à visita e à utilização do serviço de arquivo por parte de pessoas que podem não ser utilizadores deste tipo de instituições. Desta forma as instituições podem contribuir para o desenvolvimento pessoal e cultural destes mesmos utilizadores⁴⁷.

Entre tantas outras atividades e produtos de difusão cultural, podemos considerar as exposições, independentemente da sua tipologia, uma das formas de difusão cultural mais privilegiada, não só para os arquivos, mas igualmente para as bibliotecas e museus (HERRERA MORILLAS, 2000, p. 157). Apropriando-nos de uma definição utilizada no campo da museologia — pois aquela que se encontra no *Dicionário de Terminologia Arquivística*⁴⁸ parece-nos demasiado limitadora —, as exposições são consideradas como um “grupo polivalente de elementos que, de forma completa, apresenta ao público uma coleção ao mesmo tempo que disponibiliza um conjunto de informação no sentido de permitir a sua aceção pelo público” (DEAN, 1994, p. 161). A predileção por esta forma de difusão cultural é compreendida pela sua capacidade em “promover a instituição que organiza a exposição, alargar os conhecimentos dos visitantes, fornecer os objetos e a informação necessários para que ocorram novas aprendizagens, ativar a curiosidade e a imaginação no sentido de estimular o desejo de aprender, fomentar o interesse das comunidades envolventes através da oferta de momentos de lazer, alterar comportamentos e, por vezes até, obter lucro, embora este não seja um motivo por si só específico para a realização de uma exposição” (VIEIRA, 2009, p. 6). Além disso, a realização de exposições bem conseguidas propicia “o permanente contato do público com a instituição que realiza a exposição” (PEREIRA, 2014, p. 22), contribuindo assim

⁴⁷ ALBERCH, Ramón; BOADAS, Joan (1991) – “No se trata de realizar una série de actuaciones dirigidas a una minoria culta (...) sino que se trata de divulgar las posibilidades de los archivos mediante actividades que permitan acercar su contenido a la población en tanto que medio de contribuir a su formación cultural”, *Op. Cit.*, p. 32.

⁴⁸ ALVES, Ivone, *et. al.* (1993) – “Apresentação, temporária ou permanente, de documentos ou das suas reproduções, organizadas por um arquivo a partir do seu próprio acervo documental ou de empréstimos, para fins educativos e culturais”, *In Op. Cit.*, p. 45.

para uma maior visibilidade da instituição e uma melhor relação entre esta e o seu público. Porém, contrariamente a uma exposição de um museu, onde é na maioria das vezes a única forma do utilizador entrar em contato com o objeto físico, as exposições nos arquivos potenciam o acesso e uma aproximação real dos documentos, podendo ser consultados na sala de leitura do próprio arquivo (excetuando os casos em que os documentos corram perigo de conservação).

Segundo Julio Cerdá Díaz (2010, p. 17) existem várias tipologias de exposições. Estas podem ser definidas quanto ao tipo de permanência, tipo de conteúdo, quanto à forma de apresentação e ainda quanto ao seu formato expositivo. Relativamente à sua permanência, as exposições podem variar entre permanentes, temporárias ou itinerantes, sendo as de natureza temporária as mais populares e aquelas que melhor podem responder às necessidades das instituições que não têm um espaço unicamente dedicado à função de difusão. Quanto ao tipo de conteúdo, podemos caracterizar as exposições entre genéricas, temáticas ou comemorativas, sendo estas duas últimas o tipo de conteúdo mais comum nas exposições em arquivos. As formas de apresentação da exposição também podem caracterizar-se segundo três diferentes vertentes, as informativas, as interpretativas e as interativas. Por fim, no que respeita ao espaço expositivo, podemos distingui-las de duas formas, as físicas, mais convencionais e para as quais é necessário um espaço apropriado para o efeito, e as virtuais, que podem existir nos sítios oficiais das respetivas instituições.

Relativamente às exposições virtuais, tema principal do presente relatório de estágio, estas só se tornaram possíveis graças à introdução e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e à massificação da internet. A revolução das TIC trouxe consigo toda uma nova dinâmica, alterando por completo a forma como a sociedade opera no seu dia a dia. Atualmente, tanto em ambiente pessoal quanto profissional, é praticamente impossível não estar conectado a um qualquer tipo de tecnologia. Ao aprendermos a trabalhar com os novos média — técnicas de gravação, reprodução, armazenamento e desmultiplicação de textos, imagens e documentos —, começou a existir a possibilidade e até a necessidade de informatizar cada vez mais a nossa cultura, disponibilizando o seu acesso a todos os interessados (RODRIGUES, 2014, p. 1). Desde cedo que as instituições patrimoniais perceberam as potencialidades das novas TIC, comprovado pela rápida adesão e a proliferação de *websites* ainda durante a década de noventa (OLIVEIRA; SILVA, 2007, p. 751). Esta perceção da importância das tecnologias e da internet foi também tida em conta aquando da produção de atividades e

produtos de difusão cultural, constituindo assim novas formas de interessar o público e de o atrair para as instituições (LESTER, 2006, p. 87).

As exposições virtuais são apenas uma das muitas formas de difusão cultural que, não pretendendo substituir as exposições físicas, mas antes desenvolver as técnicas que lhe são aplicadas⁴⁹, constituem uma forma diferente de articular a memória materializada no documento de arquivo aliando-a à tecnologia de informação (BÉLAND, 2009, p.1). Inicialmente, as exposições virtuais foram definidas enquanto “dinâmicas coleções *online* baseadas em hipertexto dedicadas a um tema, tópico, conceito ou ideias específicas” (SILVER, 1997) caracterizadas, tal como esta definição o indica, pela construção de páginas *web* ligadas entre si através de hiperligações⁵⁰. Com o natural desenvolvimento das tecnologias, as definições deste tipo de conceitos também vão evoluindo e sofrendo alterações. As exposições virtuais são atualmente entendidas enquanto “uma coleção de hipermédia de objetos de informação multidimensionais, possivelmente armazenados em *networks* e desenvolvidas em torno de um tema, tópico, conceito ou ideia específicos, utilizando uma arquitetura tecnológica desenvolvida por forma a providenciar ao utilizador uma experiência envolvente de descoberta, conhecimento e entretenimento através da natureza dinâmica do seu produto e dos serviços que o mesmo pode oferecer” (FOO, 2008, pp. 22-23). É precisamente este tipo de objetivo que se pretende na criação de exposições virtuais: contribuir para a aprendizagem e entretenimento dos utilizadores ao mesmo tempo que se difunde a imagem das instituições que criam estes produtos de difusão cultural.

Como todos os produtos de difusão cultural, existem sempre vantagens e desvantagens que importa considerar. Sobre as vantagens, é importante ter em conta que, ao contrário de uma exposição física, as exposições virtuais não têm grande parte dos limites que caracterizam as exposições físicas. Desta forma apresentam uma maior flexibilidade relativamente às exposições físicas, não só numa vertente estrutural, mas

⁴⁹ LESTER, Peter (2006) – “What is meant by «natural successor»? Not the replacement of the physical exhibition, but rather the development of ideas and techniques employed by more traditional displays; the creation of exhibitions that use technology to achieve the goals of the exhibition in a different and perhaps more effective way”, Is the Virtual Exhibition the Natural Successor to the Physical, *In Journal of the Society of Archivists*, vol.27, N.º1, p. 86.

⁵⁰ *Building a National Collection: 150 Years of Print Collecting at the Smithsonian* do National Museum of American History é um exemplo deste tipo de exposição virtual. Disponível em URL: < <http://americanhistory.si.edu/prints/index.htm> >.

também numa vertente temporal e geográfica. Estrutural, pois o utilizador pode realizar a sua visita virtual consoante a sua preferência, não existindo uma forma errada de o fazer. Já no que respeita às vertentes temporais e geográficas, estas referem-se à possibilidade de o utilizador aceder, desde que possua uma ligação à internet, à exposição virtual a qualquer hora e a partir de qualquer ponto do país ou do mundo (BÉLAND, 2009, p. 5). Ainda relacionado com a vantagem anterior, as exposições virtuais têm a potencialidade de abranger todo o tipo de audiência ao passo que as exposições físicas podem ter algum tipo de limitações no que respeita ao utilizador-foco, ao espaço e sua conservação, aos horários, entre outras (PEREIRA, 2014, p. 29). Um outro aspeto positivo relativamente às exposições virtuais é que, desde que sejam bem construídas e preservadas em ambiente digital, estas apresentam uma maior sustentabilidade temporal relativamente às exposições físicas. Isto é, enquanto estas últimas apenas permanecem visitáveis no período de tempo em que decorrem — podendo ser, no entanto, preservadas através de representações fotográficas —, as exposições virtuais podem ser consideradas permanentes, desde que não existam contraindicações nem oposição por parte da instituição e/ou serviço responsável pela gestão do espaço existente nos servidores (BÉLAND, 2009, p. 6). Um outro ponto a favor da criação de exposições virtuais vai de encontro ao consumo de recursos, sendo consideravelmente mais vantajoso do que a produção de uma exposição física (NOGUEIRA, 2006, p. 4). Um último aspeto benéfico na criação de exposições virtuais é a sua capacidade em proporcionar uma maior visibilidade da instituição que a produziu, conforme o tipo de publicidade e de *marketing* que se faça, aproximando-a assim do utilizador que procura os seus serviços⁵¹.

Enquanto desvantagens, existem autores que alegam que este tipo de exposição virtual não passa de uma mostra de representações do real no sentido em que a criação de exposições virtuais obriga, invariavelmente, à criação de imagens virtuais que substituem o objeto, persistindo assim a ideia de que “a cópia nega a ausência do real” (LESTER, 2006, p. 89). A nossa resposta a este argumento é que todos os documentos que não são nado-digitais, e perante a possibilidade de criação de uma exposição virtual, serão sempre

⁵¹ DUHAMEL, Agathe (2005-2006) – “.... l'exposition virtuelle est devenue un outil promotionnel incontestable. Elle constitue un véritable tremplin pour notre service d'archives. En plus de faire connaître nos archives, elle a donné l'opportunité de faire apprécier notre travail. Même après deux ans d'existence, il est encore trop tôt pour mesurer l'ampleur d'un tel rayonnement. Toutefois, les efforts investis dans ce projet sont grandement récompensés et le bilan est plus que positif”, Réalisation d'une exposition virtuelle de documents d'archive à la Ville de Laval, *In Archives*, vol. 37, N. ° 1, p. 112.

considerados como representações num ecrã. Para tal, e através da exposição virtual, não pretendemos esconder o real, antes convidar todos os interessados a visitar o serviço de arquivo e relacionar-se com os documentos em questão (excetuando aqueles que correm o risco de deterioração e desintegração aquando da consulta). Para além disso, se no atual paradigma pós-custodial se valoriza, cada vez mais, a informação e o conteúdo, achamos que as exposições virtuais, enquanto produtos de difusão cultural, conseguem ser tão ou mais eficientes que as exposições físicas na concretização dos seus objetivos finais, apelar ao público e apelar à utilização dos documentos. Ainda sobre este assunto, podemos argumentar que o utilizador pode sentir-se satisfeito e fascinado mesmo lidando com os substitutos do real desde que exista uma experiência interativa para o próprio utilizador⁵². Outros autores relatam que existem outras desvantagens, estas sentidas pelos próprios profissionais das instituições. Neste sentido, Sara Pereira relembra que a constituição de exposições virtuais, especialmente aquelas baseadas em exposições físicas, podem ser consideradas uma ameaça pois podem afastar o visitante, pensando que a exposição virtual é o substituto total da exposição física. A autora diz-nos ainda que pode igualmente afastar potenciais vendas de produtos, como os catálogos de exposições, sendo que nas exposições virtuais estas ferramentas estariam igualmente disponíveis *online*, podendo perder potenciais lucros. Neste sentido, e para melhorar a produção deste tipo de produtos de difusão cultural, há primeiro que “mudar de mentalidades daqueles que trabalham em instituições patrimoniais, pois estes são a via para a mudança” (PEREIRA, 2014, p. 39).

⁵² Tomemos como exemplo o caderno de desenho de Leonardo da Vinci na exposição “Turning the Pages” da British Library. Com a tecnologia à disposição desta instituição, foi possível digitalizar um dos muitos cadernos do artista do Renascimento italiano, permitindo uma experiência interativa para o utilizador. Nesta exposição é possível mudar as páginas como se de um verdadeiro caderno se tratasse, fazer *zoom in* sobre todos os desenhos e textos do artista e ainda utilizar a opção de “rotação”, permitindo assim descodificar as frases que da Vinci escrevia na sua “linguagem secreta” da direita para a esquerda. É também possível ter acesso a uma contextualização das diversas páginas do caderno, tanto numa versão escrita em inglês quanto numa versão lida no mesmo idioma. Disponível em URL: < <http://www.bl.uk/turning-the-pages/?id=cb4c06b9-02f4-49af-80ce-540836464a46&type=book> >.

4. Ferramentas de análise e apresentação de dados

Referimos, no subcapítulo “Trabalho desenvolvido”, a elaboração de ferramentas de análise que nos permitissem avaliar não só as práticas de difusão cultural das várias Secretarias-Gerais dos ministérios portugueses, mas também, com um foco mais restrito, o nível de conhecimento dos utilizadores, internos e externos, da SGMEC sobre os produtos de difusão cultural criados pela DSDA. Neste capítulo iremos explicar como é que estas ferramentas de recolha de dados foram realizadas e em que sentido nos ajudaram no âmbito da nossa investigação sobre a difusão cultural.

4.1 Quadro comparativo de Secretarias-Gerais (PREMAC)

Decidimos elaborar este quadro comparativo⁵³ para percebermos o ponto da situação dos arquivos das Secretarias-Gerais em relação à difusão cultural. Uma vez que o nosso estágio se realizou ainda em 2015, durante o período de vigência do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, elaborámos este quadro para os onze ministérios existentes durante esse período, incluindo também a ainda recente cisão do então Ministério da Agricultura, do Mar e do Ordenamento do Território (MAMAOT) em dois ministérios distintos — Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE).

Por forma a termos um ponto de partida comum e uma primeira base de análise, procurámos examinar apenas aquilo que estava disponível nos *sites* das respetivas Secretarias-Gerais. Nestes *sites* tentámos perceber se existia alguma zona dedicada ao serviço de arquivo ou, pelo menos, ao organismo responsável pelo serviço de arquivo das respetivas SG. Também foi do nosso interesse perceber que tipo de informação é disponibilizada ao utilizador no que respeita aos serviços providenciados por esse mesmo serviço (se existe um espaço de leitura, se é possível fazer-se reprodução de documentos, etc). Porém, aquilo que procurámos realmente foi a existência de atividades ou produtos que possam ser enquadrados no âmbito da difusão cultural das Secretarias-Gerais (como existência de exposições, físicas ou virtuais, debates, tertúlias e outros eventos de natureza similar, etc).

⁵³ Ver apêndice E – Quadro Comparativo de Secretarias-Gerais (PREMAC).

Segundo esta premissa, visitámos onze *sites* correspondendo às onze Secretarias-Gerais de Ministérios⁵⁴ e pudemos constatar que a função de difusão cultural é praticamente inexistente e aquilo que efetivamente existe é, de uma forma geral, bastante disperso e irregular. De todas as SG analisadas destacamos, de forma meritória, a Divisão de Arquivo e Biblioteca, unidade orgânica do Instituto Diplomático (serviço da SG do Ministério dos Negócios Estrangeiros), a Divisão de Arquivos (pertencente à Direção de Serviços de Arquivo e Documentação da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças) e ainda a Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo da SGMEC. Estas três são aqui destacadas por razões de qualidade, quantidade e regularidade, critérios que não encontramos nos restantes sítios das Secretarias-Gerais.

Relativamente à Divisão de Arquivo e Biblioteca do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros destacamos a clareza do sítio oficial e a organização dos conteúdos. Destacamos também a atenção que é dada à criação desses mesmos conteúdos, especialmente quando abordamos exposições virtuais. Exemplo disso é a exposição “Vidas Pougadas” que abordaremos num capítulo mais apropriado deste trabalho. O Instituto Diplomático tem também um blogue dedicado à comunicação e publicação de notícias relacionadas com a área de atuação do respetivo instituto. Contudo, à semelhança do que acontece com a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, não o colocámos no nosso quadro comparativo porque não existe qualquer referência, no *site* do Instituto, à sua existência.

Quanto à Divisão de Arquivo que integra a Direção de Serviços de Arquivo e Documentação da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças queremos destacar a iniciativa da *Newsletter* que, desde 2006, nos apresenta trimestralmente uma página digital com assuntos relacionados com as atividades do Arquivo do Ministério das Finanças e ainda sobre matérias arquivísticas (como informações sobre formação em Ciências da Informação e Documentação, documentos digitalizados do arquivo da respetiva SG ou ainda a análise do trabalho que foi desenvolvido pelo arquivo durante o trimestre anterior). Em cada novo trimestre a *Newsletter* é disponibilizada aos subscritores da página e encontra-se também disponível para consulta um arquivo digital

⁵⁴ É de assinalar a inexistência de uma SG para o Ministério da Agricultura e do Mar, sendo que o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) passou a assumir as competências e responsabilidades outrora atribuídas à Secretaria-Geral.

no qual é possível aceder a todas as edições publicadas⁵⁵. É aqui destacada pela sua rigorosa regularidade e pelo tipo de conteúdos diversificados que mostra ao seu público.

Por último, queremos referir o papel da SGMEC que, pelo menos desde 2002, procura ter uma presença mais ativa no que respeita à criação de conteúdos que possam ser enquadrados no âmbito de difusão cultural. Pese embora a sua regularidade não seja comparável à da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, percebemos que existe uma clara intenção por parte da equipa da DSDA em criar produtos de difusão cultural como aqueles que já tivemos oportunidade de mencionar. Importa também referir que sabemos da existência do *blogue*, uma ferramenta importantíssima na atual função de difusão cultural da DSDA pela regularidade e conteúdos com que é atualizado, mas, tal como referimos para o Instituto Diplomático, não podemos considera-lo no nosso quadro comparativo pois não aparece mencionado no *site* da SGMEC.

Relativamente às restantes SG, existem pontuais produtos de difusão cultural — os “Folhetos informativos” pertencentes à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, os “Eventos culturais” da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, os “Documentos mais consultados” da SG do Ministério da Administração Interna ou ainda os “Apontamentos históricos” do Ministério da Agricultura do Mar — mas que não têm grande visibilidade por não serem atualizados ou por não lhes ser dada continuidade enquanto parte de uma estratégia de difusão cultural das respetivas Secretarias-Gerais.

4.2 Questionários aos utilizadores (internos e externos)

De maneira a analisarmos melhor o ambiente organizacional da SGMEC e a sua relação com as atividades e produtos de difusão cultural, decidimos realizar um pequeno questionário aos públicos interno e externo do arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

O questionário interno⁵⁶ foi disponibilizado via internet através da aplicação Google Forms. A sua distribuição foi feita através do envio de uma ligação⁵⁷ para os

⁵⁵ Disponível em URL: < <http://www.sgmf.pt/index.php?pid=57> >.

⁵⁶ Ver apêndice F – Questionário ao público interno.

⁵⁷ Disponível em URL: < <http://goo.gl/forms/Uv8IVvTtLP> >.

contatos de email institucionais de todos os funcionários da SGMEC, tendo decorrido entre os dias 11 e 15 de maio de 2015. Num total de 153 emails enviados⁵⁸, obtivemos um total de 67 respostas. Dessas 67 apenas pudemos considerar 65 como válidas, perfazendo assim um total de 42% dos inquiridos.

Após a análise dos questionários pudemos constatar que a maioria dos funcionários da SGMEC não costuma visitar arquivos portugueses, mas aqueles que o fazem, cerca de um terço dos inquiridos, procuram arquivos da ACE e ainda os Arquivos Nacionais. Percebemos igualmente que a maioria dos funcionários não frequenta e, conseqüentemente, não utiliza os serviços nem os recursos disponibilizados pelo arquivo da DSDA. Os que o fazem estão afetos ao próprio serviço de arquivo ou visitam-no de forma escassa.

Contrariamente ao que esperávamos dado as respostas anteriores, ficamos surpreendidos com as respostas positivas quando ao reconhecimento de algumas iniciativas de difusão cultural realizadas pela própria DSDA, nomeadamente do Museu Virtual da Educação, dos eventos como são as Tardes no Thália. O blogue “Património do Ensino & Educação”, por sua vez, é a ferramenta que para nós representa e detém um grande potencial no âmbito da difusão cultural, mas que ainda carece de reconhecimento por parte dos colaboradores internos da SGMEC.

A pergunta que para nós foi a mais importante de todo o questionário foi aquela em que pedimos ao utilizador interno que avaliasse uma série de propostas de atividades de difusão cultural. Tornou-se revelador, tal como esperaríamos, que as exposições físicas e virtuais são o tipo de atividade que mais potencial tem para atrair os visitantes ao arquivo. E isso comprova-se pela quantidade de pessoas que avaliaram ter interesse e muito interesse neste tipo de atividade (50 e 49 pessoas, respetivamente, para as exposições físicas e exposições virtuais). Outra das atividades igualmente bem cotada foram as *Newsletters*, contando com uma adesão de interesse e muito interesse por parte de 45 funcionários. Por outro lado, contamos a Loja e o Documento do Mês como as iniciativas que causaram maior indiferença nos funcionários da SGMEC.

Outra pergunta importante neste questionário no âmbito do nosso estudo foi a avaliação da relação entre os colaboradores e as ferramentas da Web 2.0 e a identificação

⁵⁸ Número de colaboradores da SGMEC segundo o *Balanço Social* de 2014, disponível em URL: < http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/balanco_social_2014.pdf >.

bastante clara em como este tipo de ferramentas pode ser benéfica para a divulgação de iniciativas de difusão cultural, para angariar novos públicos para o arquivo, para manter os utilizadores atuais interessados e ainda para um eventual complemento do Serviço de Referência já efetuado *in locu* no Arquivo da SGMEC.

Quanto aos questionários externos⁵⁹, estes foram disponibilizados em dois formatos distintos: em papel, durante os dias 23 de abril e 22 de maio, com vista a ser entregue a todos os utilizadores que frequentassem a Sala de Consulta da SGMEC e, por via digital entre dias 11 e 22 de maio⁶⁰. A decisão de disponibilizar os questionários via *online*, tendo sido enviados um total de 70 e-mails⁶¹, foi tomada quando verificámos que as 7 respostas em papel já recolhidas a meados do prazo estipulado não eram suficientes para corresponder a uma boa amostragem de dados.

Composto por 19 perguntas, o questionário pretendeu, num primeiro momento, caracterizar o perfil dos utilizadores do Arquivo da SGMEC passando, num segundo momento, para a avaliação do nível de conhecimento e de interesse que os utilizadores externos têm acerca das atividades de difusão cultural. Com um total de 29 respostas (41% do universo de inquiridos), pudemos constatar que todos os utilizadores têm algum tipo de formação superior, tendo os graus de doutoramento e de mestrado uma maior relevância. Pudemos igualmente comprovar que a maioria (66%) se trata de trabalhadores-estudantes e de trabalhadores (24%). Perguntámos também se têm o hábito de consultar arquivos e, em caso afirmativo, quais costumam frequentar. Nas suas respostas, os inquiridos afirmaram que costumam frequentar todos os tipos de arquivos que incluímos nas opções de resposta, sendo os Arquivos Nacionais, os arquivo da ACE e os Arquivos da Administração Local aqueles que registam maior assiduidade por parte destes utilizadores.

Posteriormente perguntámos se costumavam frequentar serviços de arquivos de outras Secretarias-Gerais, visto frequentarem o da SGMEC e, confirmando-se essa situação, quais. Apenas quatro dos utilizadores responderam que frequentam os arquivos das Secretarias-Gerais do Ministério das Finanças e do Ministério da Economia.

⁵⁹ Ver apêndice G – Questionário ao público externo.

⁶⁰ Disponível em URL: < https://docs.google.com/forms/d/1DADBFHhr_gL1-B4KmmPHjWE_PD6PeIhjQ9Ut_jLVTxE/closedform >.

⁶¹ Número de fichas de utilizador do Serviço de Arquivo da SGMEC.

Questionámos ainda sobre o que procuravam neste tipo de arquivos. Todos os inquiridos afirmaram que consultavam a documentação e recorriam ao serviço de reprodução quando este último é permitido. Interessante notar que nas opções de resposta, nenhum utilizador afirma recorrer ou procurar especificamente atividades de difusão cultural que possam existir neste tipo de arquivo, o que nos leva a crer que podem não saber da sua existência ou que não têm interesse por este tipo de produtos.

À semelhança do que aconteceu com o questionário realizado aos funcionários da SGMEC, ficamos igualmente surpreendidos com o facto dos utilizadores reconhecerem o Museu Virtual e o Repositório Digital e, de igual forma, não conhecerem tão bem o blogue da DSDA.

Na questão de avaliação das várias atividades e produtos de difusão cultural, notámos que as exposições são o tipo de produto que mais interessa ao utilizador externo. De notar também que a opção de exposições virtuais foi aquela que registou maior número de votações com avaliação máxima pelo que podemos concluir que se trata da opção que melhor satisfaz este mesmo utilizador. Por outro lado, a iniciativa da Loja foi a opção que maior indiferença e menor interesse causou nos utilizadores externos da SGMEC.

4.3 Entrevista ao Diretor de Serviços da DSDA

Para a recolha de um testemunho mais pessoal, decidimos realizar uma entrevista ao atual Diretor de Serviços da DSDA, o Dr. Miguel Infante⁶². Tirando proveito do seu cargo profissional, e procurando ter acesso a uma visão mais abrangente sobre todos os planos de ação da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, procurámos que esta entrevista se desenrolasse segundo três tópicos chave: a experiência pessoal e profissional do Dr. Miguel Infante com a difusão cultural; a DSDA e a sua relação com a difusão cultural; e, por último, as ferramentas tecnológicas e sociais aliadas à difusão cultural da SGMEC.

Quanto ao primeiro dos tópicos percebemos que o Dr. Miguel Infante esteve mais perto desta realidade quando trabalhou no Arquivo Histórico Ultramarino. O Diretor de

⁶² Ver apêndice H – Entrevista ao Diretor de Serviços da DSDA.

Serviços da DSDA explicou que era habitual a existência de exposições, de haver o dia aberto no arquivo e ainda existir algum tipo de difusão do arquivo nos *stands* dos Congressos da Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e que estes produtos e atividades aconteciam de forma sistemática. A partir do momento em que começou a trabalhar com as Secretarias-Gerais, a incidência em atividades e produtos de difusão cultural deixou de ter a importância que tinha na sua rotina de trabalho sendo apenas “uma gota de água no oceano de atividades [a desenvolver]”.

Quanto à SGMEC, o Dr. Miguel afirma que ainda não se encontra na fase da criação e desenvolvimento de estratégias e políticas de difusão e que, no presente momento, a DSDA ainda está na fase da criação de infraestruturas que possam suportar estas e outras atividades no futuro. Contudo, algumas das práticas, como a criação esporádica de exposições virtuais e as atualizações semanais do blogue vão colmatando essa ausência de estratégia definida de práticas de difusão cultural.

Relativamente às ferramentas da web 2.0 e a forma como estas podem ser associadas à difusão, o Diretor de Serviços afirma que em nada se opõe à sua utilização. Porém, salvaguarda duas considerações fundamentais. A primeira é que a gestão de topo esteja de acordo com a sua utilização e que permita essa mesma utilização por parte dos serviços que as pretendem utilizar. E a segunda é que seja algo que faça parte da estratégia de difusão e que, como tal, seja utilizada tantas vezes quanto o blogue ou com a frequência necessária para manter uma atividade constante. Se a utilização destas ferramentas apenas dependesse do Diretor de Serviços, este concordaria se para tal existissem meios e recursos humanos dedicados a estas mesmas atividades. Não havendo, a DSDA faz os possíveis para colmatar a inexistência de uma estratégia de difusão cultural.

5. Análise do produto realizado no estágio

A partir daquilo que foi mencionado no capítulo dedicado ao trabalho produzido, o guião de exposição virtual, podemos neste capítulo assumir uma posição mais crítica perante aquilo que foi efetivamente realizado. Tendo sido pensado como um tipo de exposição virtual mais “tradicional”, emulando aquilo que já se realizava anteriormente na DSDA e influenciado por aquilo que o Arquivo Nacional Torre do Tombo tem publicado no seu próprio *site*, a construção do nosso guião de exposição seguiu uma vertente marcadamente textual por forma a dar o máximo de informação possível sobre a Educação Física na escola. Para animar visualmente o texto informativo, recorremos a elementos visuais e iconográficos que apelassem ao aspeto mais estético da Educação Física. Para tal foram utilizados os recursos fotográficos existentes no arquivo da SGMEC e ainda as folhas de rosto de publicações sobre Educação Física presentes na Biblioteca Histórica da Educação. Estas últimas corresponderiam, aquando da publicação no *site* da SGMEC, a hiperligações que encaminhariam os utilizadores para ficheiros PDF contendo as digitalizações feitas dos artigos selecionados da BHE.

Esta forma de realização das exposições virtuais, mais estática e textualmente pesada, lembra as “exposições virtuais” da década de 90 e dos inícios dos anos 2000, quando as instituições estavam a começar a aventurar-se no âmbito das *web exhibitions* e ainda não tinham ferramentas e as aplicações tecnológicas a que hoje estamos habituados⁶³. Assim, grande parte das instituições recorreram aos seus *sites* oficiais para aí poderem publicar “exposições virtuais” que, à luz dos nossos dias, mais se assemelham a páginas *web* com algumas hiperligações. Por exemplo, é o caso da exposição sobre a naturalista alemã “Amalie Dietrich, 1821-1891”, uma exposição virtual de 1996 do *Australian Science Archives Projects*⁶⁴ ou da exposição “Building a National Collection: 150 Years of Print Collecting at the Smithsonian”⁶⁵ ou ainda, para referir um exemplo europeu, a exposição virtual “Paisajes Urbanos de América y Filipinas” que surgiu de uma colaboração do Ministério de Educación, Cultura y Deporte com o Archivo General

⁶³ FOO, Schubert (2008) – “Many early VE are undertaken as distinct projects and packaged as stand-alone exhibits with little regard for the reusability of objects, adoption of standards to support interoperability, extensible and scalable system architectures to support growth and pervasiveness of exhibitions” *In Online Virtual Exhibitions: Concepts and Design Considerations*, p. 22.

⁶⁴ Disponível em URL: < <http://www.asap.unimelb.edu.au/bsparcs/exhib/dietrich/dietrich.htm> >.

⁶⁵ Disponível em URL: < <http://www.americanhistory.si.edu/prints/> >.

de Índias⁶⁶. Estas três exposições que acabámos de mencionar partilham entre si algumas características de fundo. Nomeadamente, a circunstância de assentarem grandemente na parte textual para fornecer informação e de pontuarem esse mesmo texto com algumas imagens. Estas características conferem à “exposição virtual” um perfil estático e pouco entusiasmante, especialmente se tivermos em conta aquilo que atualmente se consegue realizar com ferramentas e aplicações tecnológicas mais desenvolvidas ou recorrendo a outras funcionalidades como a introdução de vídeo e som.

No entanto, queremos mencionar que não se pode culpar unicamente a tecnologia pelo que se podia ou não fazer no âmbito da difusão cultural. Temos obviamente de ter em conta não só a autorização e o interesse na difusão por parte da gestão de topo mas também o nível de envolvimento e complexidade que cada instituição pretende investir nos seus projetos de difusão cultural. De seguida, apresentamos dois exemplos contrastantes, mas demonstrativos desta realidade. É o caso da exposição “The Cartoon in Wartime Propaganda” do King’s College Archives⁶⁷, criada em 2006 e que foi pela última vez atualizada em 2011. É uma exposição que não surgiu de uma correspondente física, tendo assim a sua única existência no mundo digital. A partir de uma análise mais detalhada deste *site* percebemos que é um tipo de exposição simples e que usa hiperligações sob formas de menus para se aceder aos vários módulos temáticos nos quais se organiza. Neste sentido, é uma exposição mais simples e que, no nosso entender, não exigiu grande nível de complexidade no que respeita à sua execução.

Por outro lado, temos o exemplo da exposição “Jasenovac. Holocaust Era in Croatia 1941-1945”⁶⁸ do National Museum de Washington que, em 2002, ganhou o prémio de *Best of the Web*⁶⁹. Esta mesma exposição, construída com base em linguagem *flash*, permitia exibir não só texto, mas também imagens, vídeo e algumas animações, especialmente na transição entre os menus que organizam a exposição. É um tipo de exposição que, para o momento em que foi criada, exigiu uma equipa técnica mais alargada e com diferentes valências, o que se terá refletido certamente no orçamento para

⁶⁶ Disponível em URL: < http://www.mcu.es/archivos/CE/ExpoVisitVirtual/urbanismo_WAI/index.html >.

⁶⁷ Disponível em URL: < <http://www.kingscollections.org/exhibitions/archives/the-cartoon-in-wartime-propaganda/> >.

⁶⁸ Disponível em URL: < <https://www.ushmm.org/exhibition/jasenovac/frameset.html> >.

⁶⁹ Para consultar a lista dos premiados, consultar a seguinte ligação: < <http://www.museumsandtheweb.com/best-of-the-web/> >.

a produção da respetiva exposição. Estes dois exemplos ilustram bem as diferenças no tipo de investimento que foi feito na criação destes produtos, sendo algo que não se prende unicamente com o tipo de tecnologia disponível no âmbito cronológico em que foram criados. Porém, o nível de interesse das chefias pela difusão cultural de uma determinada instituição pode estar diretamente ligado ao tipo de investimento — tecnológico, financeiro, humano — que se queira atribuir aos projetos de difusão cultural.

Apesar dos aspetos menos positivos que mencionámos conseguimos perceber, no entanto, a intenção que está por trás da sua criação. Nem todas as organizações possuem um orçamento suficientemente capaz ou pelo menos flexível o suficiente para suportar todos os custos envolvidos no que ao planeamento e conceção de uma exposição virtual dizem respeito. Percebemos também que ainda assim existem profissionais que se importam com a questão da difusão cultural e que, por esse motivo, se preocupam em criar produtos mais simples, mas que possam ir ao encontro dos objetivos de difusão: o de mostrar à sociedade o potencial e o interesse da documentação da sua instituição. Se a forma como o fazem é antiquada, pouco entusiasmante ou aborrecida, pelo menos conseguimos reconhecer que existiu um esforço por parte da instituição em criar produtos que vão além dos serviços mais tradicionais de um serviço de arquivo, a permissão ao acesso e à consulta dos documentos de arquivo.

É neste enquadramento prático, o de grandes constrangimentos financeiros e de contenção de despesas na Administração Pública, que podemos integrar aquilo que foi realizado âmbito do nosso estágio na Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo. A premissa do nosso estágio seria contribuir para a concretização de um produto de difusão cultural que não envolvesse gastos ou a exigência da aquisição de ferramentas tecnológicas. E enquanto produto concebido no âmbito destas circunstâncias, achamos que criámos conteúdo que servirá de base à criação de uma possível e futura exposição virtual assim que as condições na SGMEC o permitam. No entanto percebemos que é necessário trabalhar um pouco mais o texto para que, onde quer que a exposição virtual possa vir a ser hospedada, não se torne textualmente pesado e/ou graficamente desinteressante.

6. Exemplos de exposições virtuais

De seguida iremos mencionar alguns exemplos que consideramos serem bons no âmbito da criação de exposições virtuais. Cada uma das exposições aqui apresentadas foram escolhidas pelas suas características, configurando assim alguns aspetos que entendemos serem interessantes e que fazem com que estas exposições se diferenciem das exposições virtuais mais “tradicionais”.

6.1 Digital Vaults

Em Outubro de 2004 inaugurou nos National Archives (EUA) a exposição permanente *Public Vaults*. Esta exposição física combina elementos interativos com centenas de fontes primárias oriundas dos National Archives, convidando o visitante a conhecer algumas figuras da história americana ou a explorar diferentes pontos de vista não tão conhecidos dessa mesma história. O sucesso desta exposição foi de tal forma surpreendente que a equipa dos National Archives percebeu que seria necessário expandi-la a outro nível, o virtual. Foi assim que nasceu a *Digital Vaults*⁷⁰, uma exposição virtual criada pela empresa Second Story que encapsula o espírito da *Public Vaults*, mas que vai muito além disso. Não se trata apenas de exposição virtual aliada às novas tecnologias e às possibilidades do ambiente *web*, é também uma ferramenta educativa que explora o conteúdo histórico dos arquivos nacionais americanos de uma forma inovadora e interativa⁷¹. E, tendo em conta que se passaram oito anos desde a sua inauguração, ainda continua atual e a ter um forte impacto, visual e imersivo, no público que a visita.

A *Digital Vaults* inaugurou em 2008 e disponibilizou *online* cerca de 1200 documentos digitais. Estes mesmos documentos não se encontram expostos de forma estática ou modular e nem são apresentados ao público de forma cronológica. Também não estão compilados numa lista ou num motor de busca. Pelo contrário, quando se entra no *site* somos confrontados com 8 documentos aleatórios que mudam sempre que a página é carregada. Ao selecionar um desses documentos, que se move para o centro da

⁷⁰ Disponível em URL: < <http://digitalvaults.org/> >.

⁷¹ ISAACS, Suzanne; POTTER, Lee Ann (2008) – “We wanted to capture not only the content of the exhibition but also the spirit of visitor discovery, and we wanted to make the best use of new innovations associated with the World Wide Web” *In Teaching with Documents. The Digital Vaults*, p. 297.

página, todos os restantes mudam, passando a mostrar outros que se ligam tematicamente ao documento central, possível através da utilização de descritores ou *tags*. Quanto mais perto do centro os documentos circundantes estiverem, significa que partilham das mesmas *tags* ou pelo menos algumas das que foram utilizadas para descrever o documento central. Por exemplo, se seleccionarmos uma fotografia do astronauta Edwin E. “Buzz” Aldrin Jr. intitulada “The Moon rocks!”, toda a página recarrega para nos mostrar os documentos que estão ligados às *tags* do documento central, neste caso “NASA”, “Astronaut”, “Apollo 11” e “Moon”.

Uma vez que todos os documentos estão descritos segundo estes *tags* podemos ainda utilizar filtros que nos permitem refinar a pesquisa, podendo assim pesquisar por “all of the tags” ou “any of the tags”, por tipos de documentos — “artwork”, “audio”, “data”, “document”, “map”, “other”, “photograph”, “poster” ou “video” —, por épocas históricas ou simplesmente pelo nível de relevância perante o documento já seleccionado. Esta metainformação utilizada para descrever os documentos, a forma como é possível pesquisá-los e a interessante interface, que se move segundo inspiração na espiral de Fibonacci, tornam a experiência da *Digital Vaults*, bem como a sua navegação e a exploração dos documentos, em algo elegante e, acima de tudo, bastante interativa, imersiva e dinâmica para o utilizador.

Para além das possibilidades de pesquisa acima mencionadas, a *Digital Vaults* permite ainda que o utilizador crie as suas próprias exposições ou coleções a partir dos 1200 documentos base disponibilizados no *site*. É-lhes também permitido criar *posters* e filmes e ainda, para os mais corajosos, participar em desafios apelidados de *Pathways*. Nestes pequenos jogos, o utilizador é desafiado a responder a perguntas através de pistas que são lançadas sendo que, para os completar e passar para o desafio seguinte, tem de escolher o documento correto sobre determinada pergunta que é feita. Esta é apenas mais uma forma de tornar esta ferramenta em algo multifuncional e que ultrapassa a simples apresentação de conteúdos digitais numa exposição virtual.

Os documentos apresentados neste *site* não representam a totalidade dos documentos dos National Archives. Com a *Digital Vaults*, através de uma pequena seleção da totalidade dos documentos daquela instituição, pretende-se comprovar que estes, aparentemente independentes na sua forma física e digital, se relacionam e se unem uns com os outros de formas inesperadas, interligando-se assim para contar a história da América. A *Digital Vaults* recebeu, por todas estas características que já mencionámos e

que ainda hoje fazem sentido, uma menção honrosa nos prémios Best of the Web. Apesar de não ter ganho o prémio de 2008, a *Digital Vaults* mereceu esta mesma menção por se tratar, segundo os júris e numa tradução nossa, “de uma interessante ferramenta, capaz de envolver o utilizador e coloca-lo em contato com os documentos e ligando-o à missão dos arquivos”⁷².

6.2 Unplace. Arte em rede: lugares-entre-lugares

No âmbito do projeto *Unplace - um museu sem lugar* financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, surgiu a exposição *Unplace. Arte em rede: lugares-entre-lugares*. Tanto o projeto, num plano mais teórico, como a exposição virtual que dele surgiu, procuraram desenvolver a ideia de “museografia intangível no campo das exposições de arte contemporânea, especificamente produzidas para contextos virtuais e em rede”⁷³.

Disponível ao público entre 19 de junho e 19 de novembro de 2015 e com curadoria de António Pinto Ribeiro e Rita Xavier Monteiro, esta exposição é aqui mencionada por aquilo que representa no âmbito das exposições virtuais em Portugal, mesmo que isso signifique, neste trabalho, recorrer a um exemplo de um museu e não de um arquivo. O *Unplace* reuniu trabalhos de variados artistas nacionais e estrangeiros sobre *internet art* e projetos autodenominados de *web specific*. Partindo do princípio de que a internet é um não-lugar caracterizado pela sua ubiquidade, esta exposição procurou evidenciar as “tensões entre espaços reais e virtuais, através de práticas *online*, que vão desde as geopoéticas, as ficções e o *hacktivismo* até projetos colaborativos em rede”⁷⁴.

Partindo do pressuposto de que se trata de um “museu sem lugar”, o *Unplace* pretende mostrar a sua validade enquanto produto independente de difusão cultural e que, para tal, não é necessário a existência de um referencial físico tal como é sugerido por alguns autores no que respeita às boas práticas no âmbito da criação de exposições

⁷² Disponível em URL: < http://www.museumsandtheweb.com/forum/mw2008_announcing_best_web_2008 > .

⁷³ Disponível em URL: < <http://unplace.org/pt/projecto/apresentacao> > .

⁷⁴ Disponível em URL: < <http://unplace.org/pt/exposicao> > .

virtuais⁷⁵. É uma exposição que teve a sua existência apenas no mundo virtual e que foi concebida para ser apenas dessa forma, sem pretensões de emular algo pré-existente.

Tal como acontece com a *Digital Vaults*, a *Unplace* oferecia alguma liberdade ao visitante para fazer as suas próprias escolhas e seguir o seu próprio caminho. Neste sentido, a *Unplace* permitia um tipo de visita aleatória em que o utilizador escolhia aquilo que queria ver ou então podia optar pela exploração do *site* segundo duas áreas temáticas, mais propriamente as “Redes de Poder e Controlo” e/ou os “Espaço(s) de Ficção e Interação”⁷⁶.

6.3 Vidas Poupadas. A ação de três diplomatas portugueses na II Guerra Mundial

No ano 2000 o Governo Português decidiu reabilitar a imagem e a memória de Aristides de Sousa Mendes (1885-1954), voltando a credibilizar a sua imagem e carreira diplomáticas. A exposição documental “Vidas Poupadas. A ação de três diplomatas portugueses na II Guerra Mundial”, criada e promovida pelo Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e sob orientação de Manuela Franco, surgiu neste mesmo contexto, tendo sido inaugurada na Biblioteca de Newark, Nova Jérсия (EUA), em setembro desse ano.

Tal como a sua designação o indica, foi uma exposição que pretendeu evidenciar a vida e a carreira não só de Aristides de Sousa Mendes, mas também de dois outros diplomatas — Carlos Sampaio Garrido e Alberto Teixeira Branquinho —, através de memórias documentais e arquivísticas que testemunhassem as suas ações humanitárias, nomeadamente a atribuição de vistos para que inúmeros judeus refugiados entrassem em Portugal e, posteriormente, embarcassem para o continente americano, longe de perseguições e das tropas nazis.

⁷⁵ CARRERAS, C. (2001) – “Virtual exhibitions should be understood in this context as complements of the real exhibitions, offering only a small part of what people can enjoy visiting the real physical Museum. The virtual platforms will show a taste of what people may see there, and on the contrary the virtual exhibitions will focus on displaying objects, information and images, which cannot be accessed in the Museum. Virtual exhibitions, as we understand them, should never compete with the real Museums but collaborate with them hand to hand” *In Initial thoughts for setting up a virtual exhibition*, p. 94

⁷⁶ Disponível em URL: < <http://www.proximofuturo.gulbenkian.pt/blog/exposicao-unplace-arte-em-rede-lugares-entre-lugares-ate-19-de-novembro> >.

Mais recentemente esta exposição ganhou uma nova vida virtual, tendo sido concebida pela empresa Silvadesigners e inaugurada em 2013⁷⁷. Esta exposição é apresentada no presente capítulo de exemplos de exposições virtuais por considerarmos que é um bom produto final, que atinge os objetivos propostos e por ter sido criada por um serviço, o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tem competências de uma Secretaria-Geral. Através deste exemplo conseguimos perceber que é possível uma SG investir em produtos de difusão cultural mais desenvolvidos como este que aqui se apresenta.

Com um *design* atual e de fácil navegação, recorrendo ao *scroll down*, esta exposição organiza-se em vários menus temáticos, o que demonstra um modelo de visita virtual com um percurso pré-definido. Contudo, o utilizador é livre de pesquisar e consultar apenas aquilo que quer, não sendo obrigado a clicar em todos os menus que estão disponíveis.

Após a análise desta exposição reparamos que certos menus, como é o caso do “Moral e Política” ou ainda “Razões e Humanidade”, são exageradamente textuais o que, para um ambiente de exposição virtual, torna a leitura pesada. Todavia conseguimos perceber a necessidade dos textos mais prolongados e a necessidade de contextualização dos acontecimentos em causa uma vez que a sua complexidade assim o exige. Mas de uma forma geral, ficámos impressionados com a qualidade desta exposição virtual no seu todo e pela exibição dos documentos arquivísticos e fotográficos sobre os refugiados e sobre os intervenientes homenageados.

6.4 We Know This War By Heart. Portugal and the Great War

Organizada pelo Instituto de História Contemporânea (IHC) e sob orientação científica de Fernanda Rollo, a exposição virtual “We Know This War By Heart”⁷⁸ é uma das muitas iniciativas relacionadas com o envolvimento de Portugal no projeto internacional *Europeana 1914-1918*. Financiado pela União Europeia, este projeto de digitalização e partilha *online* de conteúdos relacionados com a Primeira Grande Guerra

⁷⁷ Disponível em URL: < <http://vidaspoupadas.idiplomatico.pt/> >.

⁷⁸ Disponível em URL: < <https://www.google.com/culturalinstitute/exhibit/we-know-this-war-by-heart/gQyoPck7?projectId=historic-moments&hl=pt-BR&position=0%2C11> >.

está associado ao desenvolvimento, num nível mais vasto, da plataforma *Europeana*⁷⁹. O IHC aderiu à iniciativa e tem vindo a desenvolver diversas atividades — *roadshows*, projetos *web*, encontros científicos, exposições — ligadas ao centenário da Primeira Grande Guerra. É o caso, por exemplo, do evento *Dias da Memória*, decorrido em 2014 com o objetivo de recolher testemunhos, memórias e objetos relacionados com os soldados e outros intervenientes que viveram este período da nossa história.

A exposição virtual que evidenciamos neste capítulo, e tal como esta se apresenta ao público, propõe uma “narrativa dos eventos da história e do impacto que a Primeira Grande Guerra teve em Portugal, tendo sido desenvolvida essencialmente com imagens e testemunhos recolhidos no âmbito do evento «Dias de Memória»” (IHC). Desenhada, à semelhança de outras exposições virtuais hospedadas no Google Cultural Institute, segundo um esquema de *scroll* horizontal, encontramos uma exposição organizada por oito capítulos temáticos ilustrados por imagens digitais de documentos e fotografias já disponibilizadas na plataforma *Europeana*.

Destacamos aqui esta exposição virtual, não necessariamente pelo *design* ou pelas funcionalidades que nos são permitidas — que não são muitas se forem comparadas com as possibilidades que nos são oferecidas pelo *Digital Vaults* — mas pelo facto desta exposição integrar um projeto mais vasto e com visibilidade mundial como é a *Europeana*. Assim como por fazer uso de objetos que foram digitalizados e disponibilizados nesta plataforma, ficando assim acessíveis a todos os utilizadores e que podem ser utilizados, consoante as permissões de direitos de autor, por outras instituições.

6.5 Pierre Savorgnan de Brazza

O Archives Nationales d’Outre-Mer, situado em Aix-en-Provence, é um serviço de arquivo integrante do Service interministériel des Archives de France que, por sua vez, é dependente do Ministério da Cultura francês. Este arquivo é responsável por dois grandes fundos com dois passados diferentes no que respeita à sua natureza

⁷⁹ A *Europeana* é uma plataforma digital que permite o acesso a conteúdos sobre o património cultural europeu e a sua utilização, desde que o *copyright* assim o permita. Os grandes objetivos desta ferramenta são não só possibilitar esse acesso num só portal - www.europeana.eu - mas importar conteúdo digitalizado proveniente de museus, arquivos, bibliotecas e outras instituições de interesse cultural para esse mesmo portal. É também da sua responsabilidade encorajar projetos de digitalização da herança cultural europeia. Atualmente a *Europeana* é um serviço totalmente operacional e em permanente atualização, continuando a ser enriquecido pelos contributos das instituições europeias.

administrativa e arquivística: os arquivos das Secretarias de Estado e dos Ministérios responsáveis pelas colónias francesas entre os séculos XVII e XX e os arquivos transferidos das ex-colónias e da Argélia, um período que abarca os anos 1954 a 1962.

No âmbito da sua função de difusão cultural, o Archives Nationales d’Outre-Mer tem cinco exposições virtuais disponíveis. Destas exposições, que partilham de características semelhantes, destacamos a de Pierre Savorgnan de Brazza⁸⁰, um oficial naval e explorador oriundo da aristocracia italiana e que mais tarde se naturalizou francês. Pierre Savorgnan ficou conhecido por ter dado início à colonização do Congo, cuja capital, em homenagem ao seu fundador, ficou conhecida como Brazzaville. Nesta exposição comemorativa e biográfica é possível ter acesso a uma panóplia de funcionalidades que animam toda a história virtual do navegador francês. Desde logo com a introdução, um *clip* animado e falado disponível em francês, italiano e inglês que relata a experiência de Savorgnan ao chegar ao continente africano em 1873.

Construída como uma exposição em vários núcleos temáticos— “La légende”, “L’homme”, “L’Afrique centrale”, “Les missions – carte interactive: à la découverte de l’Ogooué” e “La vie de l’explorateur” —, esta exposição virtual demonstra que apesar da sua estrutura mais tradicional, é possível incluir diversas funcionalidades que tornam a visita virtual em algo entusiasmante e com muito por explorar. Referimo-nos, por exemplo, à possibilidade de ver, com algum detalhe, documentos do arquivo digitalizados e de os folhear, de ouvir excertos de entrevistas originais ou ainda registos sonoros de instrumentos locais, ambos realizados e recolhidos no âmbito das expedições coloniais. Podemos ainda ter acesso a uma cronologia interativa que nos permite observar os acontecimentos em diferentes pontos geográficos — Brazza, França, África e outras colónias —, e também aceder a um mapa interativo que nos mostra a rota bem como a cronologia das respetivas expedições.

Esta exposição virtual, embora um pouco sobrelotada de informação, mostra como é possível criar conteúdos bastante informativos, mas que prezam pela diversificação de abordagens e de aplicações que utilizam na disseminação e comunicação desses mesmos conteúdos.

⁸⁰ Disponível em URL: < <http://www.brazza.culture.fr/> >.

6.6 New York's Other Bridges. Then + Now

A exposição virtual New York's Other Bridges. Then + Now⁸¹ consiste na exibição de uma coleção de postais sobre a área metropolitana de Nova Iorque, com especial incidência nas estruturas e pontes dessa mesma cidade. O principal foco são as pontes menos conhecidas de Nova Iorque e respetiva área circundante, especialmente as estruturas que desapareceram, foram reconstruídas ou mesmo demolidas para darem lugar a novas construções. Por esta mesma razão, o propósito desta exposição virtual é mostrar como a paisagem tem vindo a mudar e como é que isso se repercute na representação iconográfica e fotográfica da cidade que nunca dorme.

A exposição virtual encontra-se organizada em cinco seções temáticas baseadas em conceitos geográficos. Três destas são de áreas generalizadas da cidade – “New York City”, “New York” e “New Jersey” – e as outras duas representam as áreas correspondentes à zona dos rios nova-iorquinos – “Harlem River” e “Passaic River”. Em cada uma destas seções apresentam-se as várias estruturas que se inserem na respetiva área geográfica seguindo, cada uma das comparações, um esquema geral: primeiro é mostrado o “antes”, recorrendo aos postais da coleção, contrapondo com o “agora” através da exibição de fotografias desses mesmos espaços. Esta comparação é geralmente feita, de preferência, utilizando uma perspetiva semelhante em ambas as representações.

Reconhecemos aqui esta exposição não só pelo conceito interessante de mostrar o antes e o depois de um determinado local, podendo assim apelar a um sentimento de pertença e reconhecimento pessoal e emocional de determinada paisagem por parte do público, mas também pelo recurso e utilização de uma ferramenta *open source* como é o Omeka. Este *software* é considerado um sistema de gestão de conteúdos que permite às instituições de memória cultural, como os arquivos, museus e bibliotecas, criar exposições virtuais e de publicar conteúdos recorrendo a uma interface simples e de fácil utilização.

⁸¹ Disponível em URL: < <http://bridgesnyc.com/postcards/exhibits> >.

7. Recomendações

Como tivemos oportunidade de mencionar anteriormente, a difusão cultural materializada, entre outras opções, na construção de exposições virtuais é muitas vezes entendida como algo descartável ou de pouca importância para a instituição ou para o rápido desenvolvimento das restantes atividades arquivísticas. Contudo, reconhecendo algumas das limitações que se impõe à concretização de produtos de difusão cultural, neste capítulo iremos abordar alguns pontos que consideramos relevantes para a sua eficaz implementação.

- Gestão de Topo:

Uma das nossas primeiras recomendações consiste, caso seja um impedimento para um maior desenvolvimento de produtos de difusão cultural, em demonstrar à gestão de topo que o arquivo é muito mais do que um serviço interno e inativo. O arquivo é um serviço com uma forte componente pública. Dessa forma, tem uma importante função cultural a cumprir. Enquanto os responsáveis por este tipo de serviço não perceberem que é também através da criação destes produtos que o próprio serviço se autopromove, os arquivos continuarão a ser entendidos como “arquivos mortos”, ou seja, depósitos passivos de documentação.

Havendo uma aprovação e um consentimento a nível superior da importância deste tipo de produtos para a própria instituição, consideramos que existirá um maior espaço de manobra no que diz respeito ao desenvolvimento cultural e, conseqüentemente, um maior reconhecimento da sua ação perante a sociedade. A promoção dos arquivos passa igualmente por demonstrar como a instituição é pró-ativa e que está presente na vida dos seus utilizadores para além da mera disponibilização de documentação para consulta e investigação.

- Estratégia de difusão cultural:

Importa também referir que este tipo de produtos faz mais sentido se estiver integrado numa política ou numa estratégia de difusão da própria instituição. A partir do momento em que exista uma aprovação superior para esse efeito, tornar-se-á compreensível, no nosso entender, a alocação de recursos necessários para o

cumprimento dos objetivos dessa mesma estratégia. No seu todo, a simples criação de pontuais produtos de difusão não constitui uma estratégia de difusão, mas antes um aglomerado de produtos díspares. Os arquivos têm, como foi anteriormente referido, um dever fundamental de desenvolver produtos e atividades com vista à difusão cultural, sendo algo que deveria estar reconhecido na própria missão da instituição (MASON, 2016). Deste modo, existindo um planeamento responsável com objetivos a curto e longo prazo, fazendo assim parte da responsabilidade dos intervenientes, será mais fácil a implementação desta função nos arquivos de uma forma sustentada.

Todas as medidas, atividades ou produtos que possam trazer mais pessoas a estas instituições, desde que incluídas num planeamento exequível, irá certamente fundamentar ainda mais o propósito e a importância da existência dos arquivos. De uma maneira geral os recursos são alocados quando são detetadas necessidades nesse sentido. Um planeamento ajustado às necessidades do público servirá certamente para se poder criar uma estratégia eficaz e que corresponda às expetativas desse mesmo público.

- Tema:

Antes de qualquer outra observação mais técnica, convém que o tema escolhido se relacione de alguma forma com a própria instituição que criará a exposição virtual. Não existindo propriamente uma regra obrigatória para a escolha do tema, podendo assim desdobrar-se num leque infindável de escolhas possíveis, importa pelo menos que seja algo com o qual as pessoas possam automaticamente associar a uma determinada instituição. Da mesma forma que é uma mais-valia se for algo passível de comemoração, para que se possa assinalar um importante evento histórico, uma personalidade relevante ou mesmo um local geograficamente interessante. Pelo contrário, se for um tema totalmente aleatório e que em nada se relacione com a instituição, o público pode sentir-se deslocado e dificilmente se interessará pelo propósito de respetiva exposição.

No nosso caso, escolhemos a Educação Física para assinalar o Dia Mundial da Atividade Física (6 de abril) e para demonstrar como a SGMEC tem documentação importante e interessante que sustenta a elevação da Educação Física não só como disciplina científica mas também enquanto meio para o desenvolvimento físico e psicológico das crianças e jovens em idade escolar.

- Equipa:

Outro aspeto de importância definidora, antes sequer da construção da exposição virtual propriamente dita, é a constituição de uma equipa. Esta, de cariz preferencialmente multidisciplinar, deveria ser capaz de cruzar várias competências, não só de arquivistas mas também de historiadores, museólogos, bibliotecários e ainda técnicos informáticos. Todos estes diferentes saberes seriam bastante úteis à construção de um projeto desta natureza, mostrando não só interoperabilidade entre diferentes serviços e organismos mas assegurando as corretas necessidades do projeto, fundamentado pelas abordagens e competências de cada um dos membros da equipa. Contudo sabemos que esta conceção de equipa é, nos dias que correm, quase ilusória e apenas possível numa instituição que possua já os recursos, humanos e financeiros, necessários à sua concretização. É neste sentido que apresentamos os seguintes dois pontos, intimamente relacionados com este último, e que podem servir como alternativas a esta condicionante.

- Aproveitamento de recursos humanos:

Por forma a potencializar os recursos humanos já existentes ou para colmatar perspetivas que estão em falta em determinado projeto, é sempre possível recorrer a programas de estágios profissionais ou outras medidas de formação profissional disponibilizadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Não só para adquirir recursos humanos com competências que possam faltar à organização mas também para dar oportunidade a jovens estudantes ou em início de carreira, com diferentes perfis e percursos académicos, de trabalhar e aprender em contextos e ambientes profissionais.

Outra opção seria criar vagas de voluntariado ou mesmo de estágios curriculares para que todos os interessados pudessem contribuir e fazer parte de uma equipa de trabalho. Por exemplo, é o caso do Programa de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PECMNE) que, embora não sendo remunerados, permitem aos alunos optarem por estagiar nestas organizações no âmbito de um programa de estudos universitário com vista à obtenção de ECTS, necessários para terminar uma licenciatura ou um mestrado.

- Parcerias/colaborações/mecenas:

Outra medida para colmatar eventuais lacunas a nível de recursos humanos e financeiros, relacionada com a anterior, pode ser a possibilidade de realização de parcerias e/ou colaborações com outras instituições que possam estar interessadas na criação de uma exposição virtual comum e, assim, unirem esforços para a sua concretização conjunta. No caso da criação da exposição sobre Educação Física na Escola poderíamos considerar, por exemplo, uma colaboração com o Museu Nacional do Desporto uma vez que o tema da exposição em questão é algo pelo qual ambas se interessam. O arquivo da SGMEC podia ficar responsável pela apresentação de documentação e o Museu Nacional do Desporto pela contribuição de peças museológicas relacionadas com a atividade física e o desporto num âmbito escolar.

Se a questão for simplesmente financeira, existe sempre a possibilidade de recorrer a mecenas particulares que possam estar interessados em contribuir para este tipo de causas desde que essa escolha faça sentido e o próprio esteja disposto a colaborar. As suas contribuições podem passar não só pela parte financeira mas também pela parte de colaboração efetiva, podendo até disponibilizar documentação ou outros materiais que possam complementar aquilo que a instituição pretende expor.

Outra alternativa é recorrer a parcerias com outras instituições culturais de maiores dimensões, como é o caso da Fundação Calouste Gulbenkian. Esta fundação tem, entre outros projetos que vão ao encontro dos fins estatutários dessa instituição — arte, educação, ciência e beneficência —, um programa de apoio à recuperação, tratamento, organização e difusão do património documental e arquivístico. Um destes exemplos de apoio financeiro aplicado ao nível da criação de produtos de difusão cultural é a exposição virtual “Vida e Obra de Alfredo Bensaude” do Instituto Superior Técnico⁸².

- Software:

No âmbito da construção da exposição virtual, importa ter em consideração as ferramentas e os *softwares* apropriados e necessários à sua devida elaboração. Na impossibilidade de aquisição de ferramentas tecnológicas mais sofisticadas ou de serviços

⁸² Disponível em URL: < <http://alfredobensaude.tecnico.ulisboa.pt/> >.

de *outsourcing* que se preocupem unicamente com a criação de produtos de difusão cultural como são as exposições virtuais, uma das soluções para este tipo de restrição pode ser a utilização de *software* livre e outras aplicações *opensource*. O Omeka é um dos exemplos demonstrativos desta mesma realidade de *software* de código aberto.

O Omeka oferece duas modalidades de utilização, conforme as necessidades ou constrangimentos das próprias entidades. Uma primeira, sob a designação de Omeka.org, exige a sua instalação no servidor institucional necessitando, para tal, de alguns requerimentos considerados básicos, nomeadamente um pacote LAMP⁸³. Se, por outro lado, a instituição não tiver acesso a um destes pacotes, pode recorrer à modalidade *inweb* do Omeka (Omeka.net). Esta segunda vertente, em quase tudo semelhante ao Omeka.org, exclui qualquer tipo de instalação nos servidores institucionais. A hospedagem dos conteúdos fica a cargo do próprio servidor Omeka consoante o plano de dados escolhido pela instituição⁸⁴.

O Omeka é assim, nas suas duas versões, uma alternativa às “exposições virtuais” integradas nos próprios *sites* institucionais e consegue sê-lo de uma forma bastante acessível e *user-friendly*. Para além de que a sua instalação, numa “montagem de apenas cinco minutos”⁸⁵, confere e transmite a sensação de que é possível criar exposições virtuais de qualidade no tempo que leva, por exemplo, a criar um *post* num blogue. Porém, é uma ferramenta mais apropriada à construção de exposições virtuais, pois permite a utilização de metadados descritivos baseados em Dublin Core, aproveitando

⁸³ Entre os requerimentos para a aplicação do Omeka é necessário a utilização de um conjunto de *softwares* livres designados pela sigla LAMP. Esta sigla é a conjugação das letras iniciais de cada um destes *softwares* – Linux; Apache; My SQL; PHP – que, conjuntamente, permitem a criação de aplicações *web* como são as exposições virtuais. É ainda necessário alguns requisitos técnicos, nomeadamente a nível da memória RAM (entre 512 MB a 2-4 GB de memória para, respetivamente, pouca ou muita utilização), da velocidade do processador (acima de 1 GHz é o recomendado) e ainda a nível do *hardware* e da sua capacidade de armazenamento (o Omeka sugere a existência de espaço suficiente, geralmente o triplo da quantidade de dados a apresentar, para que exista suficiente espaço de manobra para eventuais adições de conteúdo à exposição virtual).

⁸⁴ O Omeka.net oferece cinco planos com diferentes especificações. O primeiro, básico e gratuito, tem a possibilidade de criar apenas um *site* com cerca de 500MB de espaço, onde apenas é possível adicionar até 14 *plugins* e utilizar um dos quatro *layouts* temáticos disponíveis. O Plano Plus (49\$/ano) tem a capacidade de 1 GB de armazenamento, permite criar dois *sites*, utilizar até 19 *plugins* e a possibilidade de escolher qualquer um dos layouts disponibilizados pelo Omeka. O plano Silver (99\$/ano) tem 2GB de espaço, permite criar até 5 *sites* e utilizar até 26 *plugins*. O quarto plano, Gold (299\$/ano), dá acesso a 5 GB de espaço, permite a criação de 10 *sites* e a utilização ilimitada do número de *plugins*. Por último, o plano Platinum (999\$/ano) dá acesso a 25 GB de espaço e permite criar e utilizar um ilimitado número de *sites* e *plugins*.

⁸⁵ Para saber mais sobre esta ferramenta, consultar a seguinte ligação URL: < <https://omeka.org/about/> >.

descrições realizadas segundo a norma ISAD (G) (General International Standard Archival Description), na identificação de todos os itens digitais utilizados. Isto é uma mais-valia pois a maioria das instituições arquivísticas, incluindo as Secretarias-Gerais, têm metainformação de acordo com esta norma.

Esta ferramenta foi especialmente desenhada para que a sua instalação e utilização não exijam recursos humanos especializados, como engenheiros ou técnicos informáticos, embora seja recomendado a supervisão por uma pessoa com um mínimo de conhecimentos nesta área. A utilização desta ferramenta promove uma abordagem focada mais na disponibilização e interpretação do conteúdo do que propriamente na parte mais tecnológica da linguagem de programação, necessária à construção de aplicações *web*. Quase como se fosse possível cruzar a facilidade de utilização de ferramentas sociais da web 2.0, promovendo a interação com os seus utilizadores e visitantes, com uma abordagem mais profissional e institucional e de criação de produtos de difusão cultural.

- Partilha

Com vista a uma comunicação eficaz dos produtos de difusão cultural criados, independentemente de se tratarem ou não de exposições virtuais, é necessário a existência de meios de comunicação eficazes entre a instituição e a comunidade de utilizadores. Existem várias formas de concretizar esta comunicação, através de *mailings lists*, do blogue institucional ou mesmo pessoalmente, aquando da visita dos utilizadores ao arquivo. Atualmente existem outras alternativas que podem ser mais abrangentes na comunicação e divulgação deste tipo de iniciativas, como são o caso do Facebook e Twitter. Se a instituição tiver uma presença digital e social neste tipo de redes e plataformas sociais, maiores serão as probabilidades dos utilizadores se manterem atualizados relativamente a novos conteúdos, a novos produtos ou a outro tipo de informações interessantes. É o caso, por exemplo, do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros ⁸⁶ que desde 2013 mantém uma presença ativa no Facebook como forma de manter um diálogo com os seus seguidores.

Pelo contrário, se a instituição continua à margem deste tipo de solução, que pode mesmo adquirir uma vertente de marketing institucional bastante eficaz, tem de se

⁸⁶ Disponível em URL: < <https://www.facebook.com/idiplomatico/?fref=ts> >.

consciencializar que talvez a sua abrangência a nível de difusão cultural não será tão eficiente. É preciso que a instituição participe e tenha um papel ativo neste tipo de plataformas e redes se quiser ser reconhecida por uma camada mais jovem de utilizadores que não prescinde destas ferramentas no seu dia-a-dia.

A simples criação de novos produtos de difusão cultural não é garantia de que se está a fazer uma boa difusão cultural. Para tal, também é preciso divulgar esses mesmos produtos, mostrar ao público o que tem sido criado, gerar um diálogo com esta comunidade de utilizadores e interagir frequentemente com ela. Só assim se pode criar uma relação mais próxima com estes utilizadores e perceber se esta dedicação aos produtos de difusão cultural está a ter sucesso e a ser bem-recebida.

- Feedback

Por forma a criar produtos cada vez melhores importa avaliar, com alguma frequência, a opinião do público acerca daquilo que é criado, uma vez que é para esses mesmos utilizadores que se criam produtos de difusão cultural. Assim importa saber exatamente os pontos fortes e fracos desses produtos para que se vá instituindo um ciclo de melhoria contínua e constante pelo que é realizado pela instituição.

Se os utilizadores não forem inquiridos, corre-se o risco de serem criados produtos vazios de interesse ou, embora com interesse, que não foram apresentados da melhor forma possível. Assim, este *feedback* trará algum alento a quem cria estes produtos e saberá, no futuro, quais as melhores formas de agradar esse mesmo público.

Esta avaliação tanto pode ser feita pessoalmente, como através de distribuição de breves questionários ou ainda através de um sistema de mensagens à semelhança de livro de visitas mas em versão digital. Por exemplo, tal é observado na anteriormente referida exposição “Alfredo Bensaude. Vida e Obra (1856-1941)”, onde existe um campo intitulado “livro de visitas” específico para esta função.

Contudo, o importante é que se realizem estas avaliações de forma frequente sobre aquilo que é criado, independentemente dos meios empregados para o conseguir, para que se consiga perceber se a direção tomada pela instituição é a mais correta no que à difusão cultural eficaz diz respeito.

Conclusão

«In other words, we need to concentrate on the goals of outreach rather than the means. We need to move beyond simply reciting the litany of outreach activities and concentrate on why we have outreach and public programmes. Not “why” in the sense of justify them, but “why” in a planning sense: why we selected one activity over another at a particular time; what the results were [...]. But most importantly, it is time for us to do something rather than simply continue to talk about it»⁸⁷

Ainda durante a realização da componente letiva do Mestrado em Ciências da Informação e Documentação que nos vínhamos interessando pelas atividades e produtos realizados nos serviços de arquivo com vista à difusão cultural. Ao descobrir este interesse por esta função arquivística, materializado num trabalho para uma unidade curricular sobre campanha de sensibilização “Explore Your Archive” dos Arquivos Nacionais Britânicos⁸⁸, começamos a estudar hipóteses sobre como desenvolver um relatório com o objetivo de enquadrar a função cultural do arquivo da SGMEC na rotina arquivística da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo.

A partir das nossas leituras e a partir daquilo que foi verificado aquando da realização dos inquéritos aos utilizadores, percebemos que estes têm um especial interesse por exposições enquanto produtos de difusão cultural, independentemente do seu formato físico ou virtual. Durante o nosso estágio consideramos a utilização de algumas iniciativas descritas no *toolkit* da campanha “Explore Your Archive”, vestígios esses que podem ser vistos nas perguntas no nosso inquérito aos utilizadores da SGMEC. Contudo, como pudemos comprovar pelos resultados obtidos, o público preferiu as exposições. Assim, durante o nosso estágio, procurámos conceber uma exposição virtual com o objetivo de contribuir para a valorização desta função arquivística.

Através dos exemplos a que recorremos para demonstrar a sua eficácia, tornou-se claro que as exposições virtuais, embora não sejam de cariz obrigatório, contribuem em muito para a difusão cultural de uma instituição. O arquivo da SGMEC não deveria ser

⁸⁷ ERICSON, Timothy L. (1990-1991) – *Op. Cit.*, p. 121.

⁸⁸ Disponível em URL: < <http://www.nationalarchives.gov.uk/archives-sector/explore-your-archive-toolkit.htm> >.

exceção, dado que o património cultural à sua guarda, nas vertentes arquivística, biblioteconómica, museológica e mesmo arquitetónica, tem um enorme valor e relevância não só para a “História da Educação e Ciência mas também para a história da cultura, das artes, do património, da arquitetura escolar, do desporto e da saúde escolar”⁸⁹.

Tendo em conta diversas limitações, nomeadamente a impossibilidade de publicação no sítio institucional da SGMEC e a sua posterior avaliação, o guião de exposição criado apresenta os conteúdos base sobre a Educação Física na Escola e encontra-se pronto a ser utilizado assim que as condições no *site* e outras o permitirem. Este guião teve como principais alicerces todo o trabalho de descrição e catalogação da equipa de técnicos da DSDA e assenta numa seleção de documentos que procuraram realçar a importância, a filosofia e a própria estética da Educação Física na Escola. Sabemos, no entanto, que aquilo que foi criado é apenas uma gota de água no enorme oceano que é a difusão cultural do património da SGMEC e que é apenas uma parte daquilo que se queria efetivar.

Reconhecemos que o nosso trabalho não acabou no momento em que demos por terminado o nosso estágio na DSDA. Existe sempre espaço de manobra para melhorar e criar novos conteúdos ou implementar melhorias sobre aquilo que foi realizado. O importante é continuar a ter iniciativa e criar algo que vá ao encontro da difusão cultural do arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

Neste sentido reconhecemos que este trabalho pode ter diversos desenvolvimentos futuros. Entre eles a planificação cuidada e exequível de um plano de difusão cultural com objetivos a curto, médio e a longo prazo envolvendo a equipa da DSDA. Uma vez definido, o produto que realizamos pode ser afinado a nível textual para que, numa versão digital, não seja um texto exageradamente pesado como aquele que se encontra no guião. Era igualmente interessante se pudesse existir um manual/guia ou mesmo uma norma para uso interno sobre a criação de vários produtos de difusão cultural, entre elas exposições físicas e virtuais, comunicações e outros eventos. O importante é que esta função deixe de ser entendida como algo superficial e desnecessário. Consideramos que é também pela vertente e aclamação públicas que o serviço de arquivo é reconhecido e não somente pela quantidade de metros lineares que são descritos durante um ano de trabalho.

⁸⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA. Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência (2014) – Guia de fundos, p. 9.

Bibliografia

ALBERCH, Ramón; BOADAS, Joan (1991) — **La Función Cultural de los Archivos** [Em linha]. Bergara: IRARGI [Consult. 7 fev. 2015]. Disponível em URL: < <http://eah-ahe.org/pdf/ikerlanak3.pdf> >.

ALVES, Ivone *et al.* (1993) — **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

ANTUNES, Maria Do Rosário Santos (s.d.) — **Breve notícia sobre a existência do Arquivo Histórico do Ministério da Educação**.

ARQUIVO NACIONAL (2005) - **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [Consult. 16 fev. 2015]. Disponível em URL: < <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf> >.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (2015) — **Exposições Virtuais** [Em linha]. [Consult. 20 jan. 2016]. Disponível em URL: < <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/> >.

BARROS, Fátima (2007) — Arquivos históricos nos dias de hoje: aliciantes desafios, múltiplos papéis *In* **Bibliotecas e Arquivos - informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação** [Em linha]. Ponta Delgada: Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 28 a 30 de Março [Consult. 7 fev. 2015]. Disponível em URL: < <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/573/398> >.

BÉLAND, Emmanuel (2009) — **La diffusion des archives historiques par le biais des expositions virtuelles: survol des avantages** [Em linha]. Montréal: Université de Montréal [Consult. 27 mar. 2015]. Disponível em URL: < <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/handle/1866/2862/ARV1050BelandEmmanuel.pdf?sequence=5> >.

BLAIS, Gabrielle; ENNS, David (1990) — From Paper Archives to People Archives: Public Programming in the Management of Archives *In* **Archivaria** [Em linha] 31, 101–113. [Consult. 14. Jul. 2015]. Disponível em URL: <
<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11723/12672> >.

CARRERAS, Cèsar (2001) — Initial thoughts on setting up a virtual exhibition *In* **International Cultural Heritage Informatics Meeting** [Em linha]. Milão/Pittsburgh: Proceedings from ichim01 [Consult. 14 mar. 2016]. Disponível em URL: <
http://www.archimuse.com/publishing/ichim01_vol2/monfort.pdf >.

CERDÁ DÍAZ, Júlio (2010) — Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. *In* **Exponer documentos: Diseño y producción de muestras documentales**. Salamanca: ACAL, 15–32.

COMISSÃO TÉCNICA DO PRACE (2006) — **Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado - Relatório Final** [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2015]. Disponível em URL: <
http://www.dgaep.gov.pt/media/0701020000/Cap%C3%ADtulos%20I%20a%20II%20a%20III%20a%20PRACE_Relat%C3%B3rio%20Global%20Final_Parte%20I%20a%203.pdf >.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2010) — Declaração Universal sobre os Arquivos. [em linha]. [Consult. 3 ago. 2015]. Disponível em URL: <
<http://www.ica.org/download.php?id=2912> >.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS — **Multilingual Archival Terminology** [em linha]. [Consult. 10 ago. 2015]. Disponível em URL: <
<http://www.ciscra.org/mat/termdb/termlist/1/Portuguese#secd> >.

DEAN, David (1994) — **Museum Exhibition: Theory and Practice**. London: Routledge.

DUHAMEL, Agathe (2005) — Réalisation d'une exposition virtuelle de documents d'archives à la Ville de Laval *In Archives* [Em linha] 37:1, 101–112. [Consult. 20 ago. 2015]. Disponível em URL: < http://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol37_1/37_1_duhamel.pdf >.

DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO (2013) — **Análise da evolução das estruturas da administração pública central portuguesa decorrente do PRACE e do PREMAC** [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2015]. Disponível em URL: < http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/2012-Orientacoes_ACE-v11.pdf >.

DIREÇÃO GERAL DOS ARQUIVOS (2012) — **Orientações para a Gestão de Documentos de Arquivo no Contexto de uma Reestruturação da Administração Central do Estado** [Em linha]. 2^a. ed. Lisboa: DGARQ. [Consult. 24 Ago. 2015]. Disponível em URL: < http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/2012-Orientacoes_ACE-v11.pdf >.

ERICSON, Timothy L. (1990) — «Preoccupied With Our Own Gardens»: Outreach and Archivists. *In Archivaria* [Em linha]. 31, 114–122. Disponível em URL: < <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11724/12673> >.

EVANS, Frank B.; HARRISON, Donald F.; THOMPSON, Edwin A. (1974) — A Basic Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers. *In The American Archivist* [Em linha]. 37:3, 415–518. [Consult. 7. Ago. 2015]. Disponível em : < <http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.37.3.j878233943216107> >.

FOO, Schubert (2000) - Online Virtual Exhibitions: Concepts and Design Considerations. *In Journal of Library and Information Technology* [Em linha] 28:4, pp. 22–34. [Consult. 5. Mar. 2015]. Disponível em URL: < <http://publications.drdo.gov.in/ojs/index.php/djlit/article/view/194/103> >.

FREEMAN, Elsie T. (2000) — Buying Quarter Inch Holes: Public support trough results *In Archival Issues* [Em linha]. 25:1 -2, pp. 91–100 [Consult. 15. Jul. 2015]. Disponível em URL: < http://minds.wisconsin.edu/bitstream/handle/1793/45944/MA25_1and2_8.pdf?sequence=3 >.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2014) — **Regulamento do Concurso Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais** [em linha]. [Consult. 20. Jan. 2016]. Disponível em URL: < http://newgulbenkian.mrnet.pt/mediaRep/gulbenkian/files/institucional/actividades/bolsas_subsidios/2014/2014_PGQNG_AcervosRegulamento.pdf >.

GOVERNO DE PORTUGAL (2012) — **Plano de Redução e Melhoria da Administração Central - Relatório Final de Aplicação** [Em linha]. [Consult. 24 ago. 2015]. Disponível em URL: < <http://www.portugal.gov.pt/media/782284/20121128-PREMAC-Balanco-Final.pdf> >.

HERRERA MORILLAS, José Luis (2000) — Exposiciones: cómo mostrar los contenidos. Fondos bibliográficos y artísticos *In Primer Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación* [Em linha]. Madrid [Consult. 5 mar. 2015]. Disponível em URL: < <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/jlherrera2.pdf> >.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (2005) — **NP 4041**. Lisboa: IPQ.

ISAACS, Suzanne; POTTER, Lee Ann (2008) — Teching with Documents. The Digital Vaults *In Social Education* [Em linha]. 72:6, 297-300 [Consult. 20 fev. 2016]. Disponível em URL: < <https://www.archives.gov/preservation/conferences/2009/presentations/isaacs-social-education-2008.pdf> >.

KHOON, Leong Chee; RAMAIAH, Chennupati K. (2008) — An Overview of Online Exhibitions *In DESIDOC Journal of Library and Information Technology* [Em linha]. 28:4, 7-21 [Consult. 1 abr. 2015]. Disponível em URL: <
<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiCo5mnsqnMAhVLDxoKHVqWB7MQFgg4MAQ&url=http%3A%2F%2Fprints.rclis.org%2F15116%2F1%2F101&usg=AFQjCNG1OJAInUQrs4SWZeOG8MwyMVY-Q&bvm=bv.119745492,d.d2s> >

LESTER, Peter (2006) — Is the Virtual Exhibition the Natural Successor to the Physical? *In Journal of the Society of Archivists* [Em linha] 27:1, 85–101 [Consult. 1 abr. 2015]. Disponível em URL: <
<http://www.tandfonline.com/servlet/linkout?suffix=s0&dbid=16384&type=tocOpenUrl&doi=10.1080/00039810600691304&url=http%3A%2F%2Fsfx.b-on.pt%3A9003%2Fsfxlcl3%3Fsid%3Dtandf%26iuid%3D1314484%26id%3Ddoi%3A10.1080%2F00039810600691304> >.

MASON, Moya K. (2016) – **Outreach Programs: Can They Really Help Archives?** [Em Linha]. [Consult. 20 abr. 2016]. Disponível em URL: <
<http://www.moyak.com/papers/archives-public-programs.html> >.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Secretaria-Geral Do Ministério Da Educação E Ciência (2013) — **Plano de atividades** [Em linha], [Consult. 25 ago. 2015]. Disponível em URL: <
http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/plano_de_atividades_2013.pdf >.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Secretaria-Geral Do Ministério Da Educação E Ciência (2014) — **Guia de fundos** [Em linha]. [Consult. 25 ago. 2015]. Disponível em URL: <
http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/guia_de_fundos_arquivisticos.pdf >.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Secretaria-Geral Do Ministério Da Educação E Ciência (2014) — **Plano de atividades** [Em linha]. [Consult. 25 ago. 2015]. Disponível em URL: <
http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/plano_de_atividades_2014.pdf >.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Secretaria-Geral Do Ministério Da Educação E Ciência (2015) — **Plano de atividades** [Em linha]. [Consult. 25 ago. 2015]. Disponível em URL: < http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/plano_de_atividades_2015.pdf >.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Secretaria-Geral Do Ministério Da Educação E Ciência (2015) — **Relatório do Balanço Social 2014** [Em linha]. [Consult. 30 ago. 2015]. Disponível em URL: < http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/balanco_social_2014.pdf >.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência — **Museu Virtual** [Em linha]. [Consult. 20 jan. 2016]. Disponível em URL: < <http://www.sec-geral.mec.pt/iframe/reposit%C3%B3rio-digital-da-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o> >.

NATIONAL ARCHIVES (2008) - **Digital Vaults** [Em linha]. Disponível em URL: < <http://digitalvaults.org/> >.

NOGUEIRA, Marta (2012a) — **A difusão cultural no Arquivo Nacional e Arquivos distritais portugueses: exposições documentais (1990-2009)** [Em linha]. Évora: Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado [Consult. 7 fev. 2015]. Disponível em URL: < http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/4140/1/Marta_Nogueira_UE_Jan_2012.pdf >.

NOGUEIRA, Marta (2011) — Terminologia Arquivística: reflexões sobre o conceito de difusão *In Atas do II Encontro de Arquivos do Algarve: Sistema de Gestão Integrada da informação* [Em linha]. Portimão, 20 e 21 de Maio [Consult. 13 mar. 2015]. Disponível em URL: < <http://raalg.wdfiles.com/local--files/nav%3Atop/Atas%20do%20II%20Encontro%20de%20Arquivos%20do%20Algarve.pdf> >.

NOGUEIRA, Marta (2006) — A utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na concretização e desenvolvimento de projectos de difusão do património documental: as exposições *In **Tecnologías de la Información y de las Comunicaciones en la Era del Conocimiento*** [Em linha]. México: 2º Foro Social de Información, Documentación y Bibliotecas, 7 e 8 de setembro [Consult. 18 fev. 2015]. Disponível em URL: < http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3190/1/foro_mexico_mnogueira2006.pdf >.

PENTEADO, Pedro (1995) — Serviços de Referência em Arquivos Definitivos: Alguns Aspectos Teóricos *In **Cadernos BAD*** [Em linha]. 2, pp. 19–41 [Consult. 7 abr. 2015]. Disponível em URL: < http://issuu.com/ppenteado/docs/servref_adeq >.

PENTEADO, Pedro (2006) — A nova arquitetura da Administração Central do Estado e a política pública de arquivos. *In **Cadernos BAD*** [Em linha] 2, 14–28. [Consult. 24 ago. 2015]. Disponível em URL: < <http://apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22006/PPenteadoCBAD206.pdf> >.

PEREIRA, Sara Margarida Vitória (2014) — **A comunicação e difusão em Arquivística: planeamento de uma exposição virtual relativa à exposição «História dum gordo chinês que estava de barriga para o ar - no centenário de Álvaro Cunhal»** [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Relatório de Estágio de Mestrado [Consult. 5 mar. 2015]. Disponível em URL: < <http://run.unl.pt/handle/10362/14408> >.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (2008) — **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 5ª. ed., Lisboa: Gradiva.

RIBEIRO, Fernanda (2001) — Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar *In **IV Encontros do Outono - Memória, Arquivos e Museus*** [Em linha]. Vila Nova de Famalicão: Casa das Artes, 26 e 27 de Outubro [Consult. 10 ago. 2015]. Disponível em URL: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf> >.

RODRIGUES, Catarina (2014) — Sobre a Convergência entre Bibliotecas, Arquivos e Museus. In **Academia.edu** [Em linha]. [Consult. 17 ago. 2015]. Disponível em URL: < https://www.academia.edu/8300360/Sobre_a_Converg%C3%Aancia_entre_Bibliotecas_Arquivos_e_Museus >.

SILVER, David (1997) — Interfacing American culture: the perils and potentials of virtual exhibitions In **American Quarterly** [Em linha] 49:4 [Consult. 19 ago. 2015]. Disponível em URL: < http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/american_quarterly/v049/49.4er_folklore.html >.

SINCLAIR, Joan Marguerite (2012) — **The Interactive archives: Social Media and Outreach** [Em linha]. Manitoba: University of Manitoba / University of Winnipeg. Dissertação [Consult. 12 mar. 2015]. Disponível em URL: < http://mspace.lib.umanitoba.ca/bitstream/1993/8461/1/Sinclair_Joan.pdf >.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS — Outreach. In **Glossary of Archival and Records Terminology** [Em linha]. [Consult. 29 jul. 2015]. Disponível em URL: < <http://www2.archivists.org/glossary/terms/o/outreach> >.

VAZ, Sofia Manuela Ribeiro (2012) — **Estágio na Direcção-Geral de Arquivos: A concepção de uma exposição sobre a Guerra do Ultramar e a sua valorização num contexto educativo** [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Relatório de Estágio de Mestrado [Consult. 6 fev. 2015]. Disponível em URL: < <http://run.unl.pt/bitstream/10362/9057/1/Relatorio%20mestrado%20final%20%281%29.pdf> >.

VIEIRA, Helena Isabel Almeida (2009) — **Exposições: Formas de Comunicar e Educar em Museus** [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Relatório de Estágio de Mestrado [Consult. 5 mar. 2015]. Disponível em URL: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20314/2/mesthelenavieiraexposicoes000085019.pdf> >.

Diplomas Legais:

Decreto-Lei n.º 86-A/2011. **Diário da República, I Série, 132** [em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2011/07/13201/0000200007.pdf> >.

Decreto-Lei n.º 125/2011. **Diário da República, I Série, 249** [em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/file/145160> >.

Decreto-Lei n.º 134/93. **Diário da República, I Série-A, 97** [em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/file/a/665442> >.

Decreto-Lei n.º 143/96. **Diário da República, I Série-A, 197** [em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/file/a/401866> >.

Decreto-Lei n.º 201/72. **Diário da República, I Série, 141** [em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/file/674284> >.

Decreto-Lei n.º 206/98. **Diário da República, I Série-A, 159** [em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/file/a/484702> >.

Decreto-Lei n.º 208/2002. **Diário da República, I Série-A, 240** [em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/file/a/432497> >.

Decreto Regulamentar n.º 18/2012. **Diário da República, I Série, 22** [em linha]. Disponível em URL: < http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/organica_sg.pdf >.

Diário da República n.º 148/1989. **Série II de 1989-06-30** [em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/file/67609705> >.

Lei n.º 16-A/2002. **Diário da República, I Série-A, 125** [Em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/file/a/533744> >.

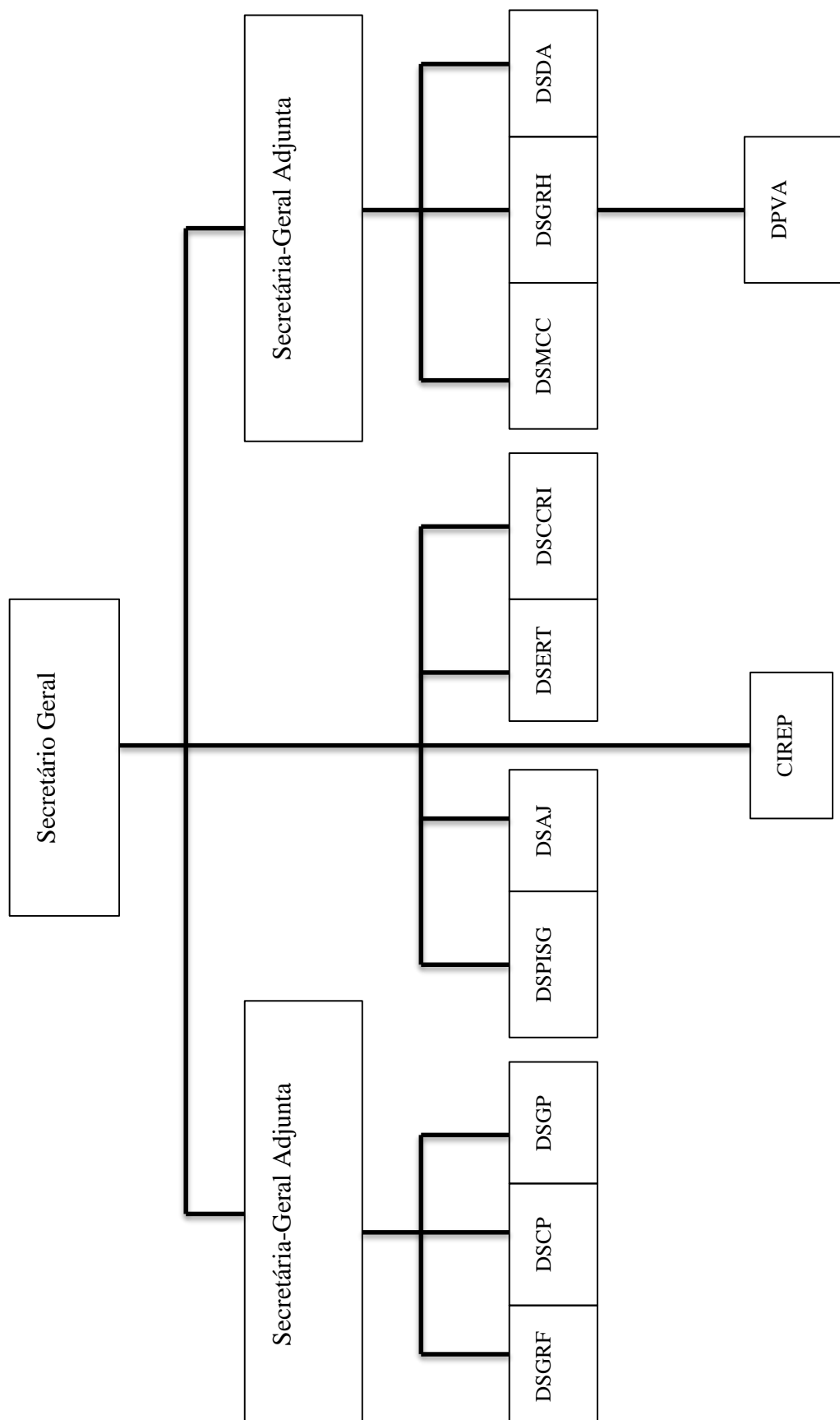
Portaria n.º 150/2012. **Diário da República, I Série, 95** [Em linha]. Disponível em URL: < <https://dre.pt/application/file/552176> >.

Apêndices

Apêndice A – Cronograma de atividades

<u>CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO ESTÁGIO</u>			
<u>Atividades / Período</u>	<u>Abril</u>	<u>Maio</u>	<u>(...)</u>
ETAPA I - Recolha e análise de referências bibliográficas sobre comunicação, difusão, difusão cultural, exposições (físicas e virtuais);	x	x	Agosto
ETAPA II – Elaboração e distribuição de inquéritos;	x	x	
ETAPA III – Realização da Exposição virtual: escolha do tema, identificação e seleção de documentos, digitalização dos documentos selecionados, redação do guião, conceção da maqueta da exposição (excede as 120 H);	x	x	Junho
ETAPA IV – Entrevistas exploratórias;			Julho

Apêndice B – Organograma SGMEC (2015)



Apêndice C – Quadro de exposições virtuais realizadas pela SGMEC

Título da Exposição Virtual	Data de realização	Observações
<i>A instituição do Ensino Técnico em Portugal no século XIX</i>	2002	Exposição física no Auditório da SG
<i>Exposição documental e bibliográfica por ocasião do 245º aniversário da criação da Directoria Geral dos Estudos e da nomeação de D. Thomaz de Almeida como primeiro Director Geral do departamento que deu origem ao actual Ministério da Educação</i>	2004	-
<i>Cem anos de manuais de Física (1859-1958)</i>	2005	Exposição física na montra do Centro de Documentação
<i>Rómulo de Carvalho: vida e obra</i>	2006	-
<i>Seomara Costa Primo: vida e obra</i>	2006	-
<i>Quatro décadas de Educação (1962-2009)</i>	Janeiro de 2007	Edição do livro <i>Quatro décadas de Educação: 1962-2005</i> . Lisboa: Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 2008
<i>Escola Académica de Lisboa (1847-1977)</i>	Outubro de 2007	-
<i>ABC Bordado. Ensino e práticas de leitura. Os manuais escolares nos fundos documentais do Ministério da Educação.</i>	Maio de 2008	-
<i>Escolaridade obrigatória</i>	Julho de 2008	-
<i>Apontamento a Adolfo Coelho</i>	Agosto de 2008	-
<i>Ensino e práticas de leitura. Os manuais escolares nos fundos documentais do Ministério da Educação. Aplicação prática</i>	Janeiro de 2009	-
<i>Os Centros Escolares Republicanos</i>	Outubro de 2009	-
<i>Os edifícios escolares do Plano dos Centenários</i>	Maio de 2012	-

Elaboração do quadro realizada por Françoise Le Cunff

Apêndice D – Versão Final do Guião

APRESENTAÇÃO

A Educação Física é certamente a área curricular que há mais tempo existe com a mesma designação e é portadora de um riquíssimo acervo de experiência de intervenção que a tornou imprescindível nos sistemas educativos de todos os países e em todos os níveis destes sistemas. É, por isso, uma das áreas curriculares mais interessantes de estudar em termos da sua evolução. Os “métodos”, os objetivos, os materiais, os valores e as práticas usadas durante décadas no âmbito da Educação Física são, quando olhamos de forma crítica, um fértil compêndio de como a Educação e Pedagogia evoluíram

David António Rodrigues

Esta exposição visa dar uma perspetiva sobre o ensino da Educação Física nos liceus e nas escolas técnicas portuguesas, entre o início do século XX e o pós 25 de Abril de 1974. A Educação Física é, como todas as disciplinas, objeto de conflitos, de debates, de oposições e, cronologicamente, de transformações mais ou menos radicais. A seleção dos documentos que integram esta mostra permite apreciar a trajetória percorrida pela Educação Física e aceder a fontes documentais ímpares, provenientes de vários fundos e coleções do Arquivo e da Biblioteca Históricas da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

A exposição está organizada em cinco núcleos. O primeiro propõe uma vista de conjunto e cronológico de acontecimentos referentes à evolução da Educação Física em Portugal. O segundo apresenta uma síntese das conceções pedagógicas que influenciaram o ensino da Educação Física procurando retratar as controvérsias que marcaram a publicação e a escolha de métodos, propostos por militares, médicos e pedagogos ao longo do século XX. Os terceiro e quarto núcleos permitem apreciar e tomar conhecimento das condições materiais necessárias ao ensino e à prática da Educação Física. O último reúne bastantes documentos fotográficos, organizados à volta das três vertentes da Educação Física (ginástica, jogos e desportos), conjunto documental que testemunha a atividade física realizada por alunos em vários contextos escolares.

O objetivo principal da exposição é permitir a todos conhecer e usufruir parte do património documental valorizado pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, através de um tema ainda pouco explorado pela investigação. Espera-se que mereça a curiosidade e a atenção do público.

Todos os documentos que integram a exposição podem ser consultados no Serviço de Leitura da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

MARCOS CRONOLÓGICOS

1905

Decreto de 29 de agosto: Reforma do Ensino Secundário, assinada pelo Ministro do Reino, Eduardo José Coelho. Esta reforma traz várias inovações não só a nível curricular como o domínio das metodologias de ensino-aprendizagem. Introduce a Educação Física no currículo dos liceus. No texto do diploma, lê-se: “Mas, na hora adiantada da civilização, que percorremos, um plano de educação não pode reduzir-se apenas a um plano de ensino. Não basta que o liceu ensine, é preciso que eduque; e, em questões de educação, não é lícito conferir preferências: sacrificar a Educação Física ao desenvolvimento intelectual, menosprezar, por este, a educação moral, seriam erros assaz graves para a vida da nacionalidade. É por isso, que entendemos dever interromper o longo silêncio dos regulamentos dos liceus em matéria de Educação Física. A fadiga cerebral, que estudos aturados e a longa permanência nas aulas acarretam inevitavelmente, tem a sua correção na ginástica, nos jogos, nos trabalhos manuais, em que alunos ocuparão os intervalos das aulas, que era indispensável tornar mais longos. Depois, o desenvolvimento do organismo, que estes exercícios provocam, vai exercer benéfico influxo na formação moral dos estudantes; e alguns deles, como os jogos, têm uma função moral educativa que era forçoso aproveitar”.

O mesmo diploma decreta que “Todos os alunos do liceu farão a sua Educação Física pelos meios modernamente adotados e especialmente pela prática da ginástica sueca”.

Estabelecia ainda que “A conservação do edifício de cada liceu, e bem assim a conservação e progressiva aquisição de mobiliário e de material didático para as aulas, biblioteca, gabinete de física, laboratório de química, ginásio e outros meios educativos, serão custeadas por uma verba anual destinada a cada liceu, que o reitor administrará, ouvido, em parecer fundamentado, o conselho escolar”.

1911

O Decreto com força de lei de 21 de Maio cria as Escolas Normais Superiores junto das Faculdades de Letras e de Ciências das Universidades de Coimbra e de Lisboa.

“Os cursos de Educação Física destas escolas, seguindo a tradição sueca, teriam a duração de 3 anos. Teriam como docentes professores da Faculdade de Medicina, na área das disciplinas físico-biológicas, das Escolas Normais Superiores na área das disciplinas pedagógicas, e diplomados com cursos da especialidade obtidos no estrangeiro, para as disciplinas referentes à Educação Física. No entanto, estes cursos nunca chegaram a funcionar.”

1914

Luís Furtado Coelho organiza um curso de 3 meses, orientado pelo ginasta olímpico sueco, B. Kulberg, com o intuito de formar professores portugueses de

Educação Física e colmatar a falta deles. Desenvolve-se uma intensa campanha na imprensa a favor da elaboração de uma “ginástica nacional”.

1917

Na reforma de Joaquim Pedro Martins (Decreto n.º 3 091, de 17 de abril), a Educação Física ou ginástica continua a ser uma disciplina dos cursos liceais. Um capítulo inteiro (cap. XIV) é-lhe dedicado com várias disposições. A primeira postulava que “a ginástica será praticada nos liceus que tenham as condições materiais indispensáveis para o regular aproveitamento dos alunos e pessoa idónea para ministrar”. Outra impunha que os alunos se apresentassem com vestuário e calçado próprios para a execução dos exercícios. O diploma revela ainda a Influência do médico escolar na organização e prática da Educação Física no liceu.

1918

O Decreto n.º 4 650, de 14 de julho, reforma o ensino secundário. Cria duas categorias de liceus: os liceus nacionais centrais e os liceus nacionais. Todos “serão instalados em edifícios próprios ou devidamente apropriados, com terrenos adjacentes para recreio dos alunos e exercícios de Educação Física e convenientemente dotados de mobiliário escolar e de material didático”. O mesmo diploma decretava que “os liceus terão ginásios, balneários e piscinas de natação”. O curso geral de 5 anos compreendia, além das 10 disciplinas, ginástica ministrada em 4 sessões de trinta minutos cada uma, canto coral e trabalhos manuais educativos. A ginástica constava também dos cursos complementares (de Letras ou de Ciências), mas com menos carga horária (uma aula semanal de 50 minutos) e podendo “constar de jogos próprios da escola e da idade dos alunos e doutros meios de Educação Física”.

Para ministrar a ginástica, os liceus deviam ter professores efetivos e agregados de Educação Física “os quais serão nomeados pelo governo, mediante concurso documental, de entre os indivíduos habilitados com o curso normal de Educação Física que oportunamente for organizado”. Até lá, as nomeações de professores de Educação Física deviam ser feitas nas mesmas condições das do restante pessoal docente eventual.

1920

É publicado o Regulamento Oficial de Educação Física, primeiro programa escolar da Educação Física em Portugal, aprovado conjuntamente pelos Ministros da Instrução, Guerra e Marinha. Devia servir de base ao ensino dos ramos da Educação Física, constituída pela ginástica educativa, pelos jogos, pela ginástica aplicada e pelos desportos. No seu parecer, a Comissão nomeada para a produção e aprovação do regulamento, declarava que o método a seguir no ensino da ginástica deveria ser o método sueco e o mesmo “aplicado nos seus princípios e pureza”. A mesma Comissão resolvera igualmente adotar como base de regulamentação nacional a obra organizada em 1905 pelo então diretor da Escola Normal de Ginástica e esgrima, na Bélgica, o capitão comandante Clément Lefebure, sob o título *Méthode de gymnastique éducative*. A adoção

desta obra, com algumas adaptações ao à legislação e ao meio portugueses, prendia-se com duas razões: dificilmente far-se-ia melhor e o mestre belga, propagandista do método sueco, autorizara a tradução do seu trabalho e a sua utilização “como melhor fosse necessário à organização projetada”. Este Regulamento, inspirado no método sueco, defende a abertura de uma Escola de Educação Física.

É criada a Liga de Estudo e Propaganda da Educação Física, integrada por médicos, professores e pedagogos. Tinha como objetivo defender a Educação Física, a sua divulgação e lutar pela melhoria da situação material e profissional dos seus associados.

1921

O Decreto n.º 7 662, de 9 de agosto, aprova o Regulamento das provas interescolares de Educação Física que instituiu a Festa Nacional de Educação Física, a realizar-se anualmente, no último domingo do mês de maio, em todas as localidades onde exista liceu.

1924

É instituído pelo Decreto n.º 10 064 o ensino da Educação Física nas escolas elementares de ensino industrial e comercial, “compreendendo a ginástica educativa e aplicada de correção das atitudes viciosas e forçadas das profissões, jogos, exercícios desportivos e desportos”. A Educação Física neste grau de ensino devia atender especialmente à idade e constituição dos alunos, visando os exercícios físicos à correção das deformações resultante do exercício profissional”.

No mesmo ano, é publicado o Regulamento da Educação Física nas Escolas Comerciais e Industriais (Decreto n.º 10 288, de 12 de novembro).

1925

O Decreto n.º 10 764, de 14 de maio, reestabelece o ensino da Educação Física nas escolas industriais, comerciais, industriais-comerciais e preparatórias. Com efeito, o Decreto n.º 10 064, de 3 de setembro de 1924 fora suspenso pelo Decreto n.º 10 361, de 4 de dezembro de 1924.

1930

É criada a Escola Superior de Educação Física, na Sociedade de Geografia de Lisboa. A escola propõe um curso de 4 anos cujo plano de estudos, inspirado de várias escolas europeias, incluía disciplinas variadas, modalidades desportivas, ginástica corretiva e reeducativa, aulas teóricas e práticas.

1932

É publicado o Regulamento de Educação Física dos Liceus também designado por Método Oficial Português (Decreto n.º 21 110, de 16 de abril). De acordo com este diploma, a Educação Física tinha de ser, “por urgente necessidade, conduzida num campo essencialmente terapêutico” e devia contribuir para a regeneração da saúde dos portugueses. Incluía os jogos educativos e a ginástica mas retirava a prática dos desportos e dos jogos desportivos, considerados nefastos para a educação da juventude: “Se os jogos bem regrados na aplicação alcançam um fim higiénico e ainda são outro de distração, alegria e prazer para a criança, e, acessoriamente, um meio indireto de despertar aptidões várias e ajudar a corrigir más tendências morais, os desportos como fim só alcançam a deformação física, e não raras vezes a perversão moral, e como meio de ajudar o aperfeiçoamento integral do individuo falseiam totalmente o seu objetivo” (p.656).

Filiado na “ginástica de Ling”, este novo regulamento oferecia uma versão bem distinta do aprovado em 1920.

1935

É criada a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (Decreto-Lei n.º 25 495, de 13 de junho) cujos objetivos consistem essencialmente em “aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”.

1936

É criada a Mocidade Portuguesa (MP), pelo Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de maio, com o objetivo de «moldar» a juventude e perpetuar a ideologia do regime. Os Serviços de Educação Física e Desportos da Mocidade Portuguesa passam a tutelar a Educação Física e o desporto escolar, a partir de 1947.

1937

É criada a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), pelo Decreto-Lei n.º 28 262, de 8 de dezembro: “Tem por fim estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família”. Neste mesmo diploma, pode ainda ler-se: “A Educação Física, sempre associada à higiene, visarà o fortalecimento racional, a correção e a defesa do organismo, tanto como a disciplina da vontade, a confiança no esforço próprio, a lealdade e a alegria sã, mediante atividades rigorosamente adequadas ao sexo e à idade”.

1940

É criado o Instituto Nacional de Educação Física (INEF), pelo Decreto-Lei n.º 30 279, de 23 de janeiro. É a primeira grande escola de formação de professores de

Educação Física. Com o aparecimento do INEF dá-se a unificação do recrutamento, certificação e segue-se um modelo de formação único.

1942

É criada a Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (Decreto-Lei n.º 32 241, de 5 de setembro). “A esta organização foram atribuídas funções de actuação directa e concedidos meios para o controlo e supervisão de tudo o que se passava na comunidade desportiva, através de inspectores dos desportos, delegados regionais e outros agentes. De uma forma indirecta, dominava, também, toda a estrutura desportiva. O desporto em Portugal passou a viver controlado de duas formas: uma constituída pelo aparelho estatal; outra constituída pelos dirigentes federativos, associativos e clubistas, que passaram a estar responsabilizados pelo cumprimento das orientações oriundas da referida Direcção-Geral”.

No regulamento deste organismo do Estado (Decreto n.º 32 946, de 3 de agosto de 1943), lê-se que “O problema que em primeiro lugar interessa ao Estado é o da Educação Física do povo português. Esta há-de fazer-se, antes de tudo, através de métodos de ginástica adequados, que por serem executados em escola, facilitam uma vigilância contínua sobre as condições físicas dos alunos e tornam possível a graduação dos exercícios, de modo a só de harmonia com aquelas condições eles serem admitidos a praticá-los.”

1946

São publicados os programas de Educação Física para a juventude em idade escolar (10 anos em diante), por Celestino Marques Pereira. Concebidos de acordo com as normas da Mocidade Portuguesa, do Instituto Nacional de Educação Física e da Direcção-Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar, estes programas dispensam muito mais espaço e atenção à ginástica que aos desportos e jogos. O desporto não era indicado para todos. Devia ser dirigido apenas aqueles que tivessem 16 anos e para os que se mostrassem com robustez adequada. Mais do que no desporto, a esperança do revigoramento físico estava na ginástica de Ling.

1960

São publicadas as *Directivas* para o ensino da Educação Física, pela Mocidade Portuguesa.

1964

São criados os Cursos de Instrutores de Educação Física de Lisboa e do Porto (Portaria n.º 20 186, de 4 de setembro), realizados em Escolas de Instrutores de Educação Física. Os diplomados destas escolas, habilitados com um curso de dois anos, apelidados de instrutores, podiam exercer a sua atividade profissional no ensino preparatório e secundário.

1971

A Mocidade Portuguesa é reestruturada. O Decreto-Lei n.º 486/71, de 8 de novembro, transforma a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina em associações abertas à livre inscrição dos que nelas desejem filiar-se. Muitos vêm nesta reestruturação o esvaziamento desta instituição.

O Ministro da Educação Veiga Simão procura modernizar o sistema educativo.

1973

É publicado o documento intitulado Plano de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos no qual o Ministro da Educação, Veiga Simão anuncia que gastaria 59 000 contos, direcionados, essencialmente, para aquisição de material desportivo e construção de infraestruturas desportivas para os vários níveis de ensino. Neste mesmo plano, reconhecia que se considerava imperioso que a Educação Física ocupasse na vida da escola o lugar a que tinha direito e que cada vez mais estabelecimentos de ensino pudessem cumprir os horários escolares estabelecidos.

1975

São criados o Instituto Superior de Educação Física de Lisboa e o Instituto Superior de Educação Física do Porto, integrados na Universidade (Decreto-Lei 675/75, de 3 de Dezembro), para se alcançar a valorização da formação dos docentes e das suas carreiras profissionais. O mesmo diploma extingue o Instituto Nacional de Educação Física, a Escola de Instrutores de Educação Física de Lisboa e a Escola de Instrutores de Educação Física do Porto.

1989

O Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, por despacho normativo do Ministro da Educação, de 18 de agosto, passa a ser designado de Faculdade de Motricidade Humana, integrada na Universidade Técnica de Lisboa.

O Instituto Superior de Educação Física do Porto, por despacho normativo n.º 73/89, de 4 de agosto, passa a designar-se Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

1991

O Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de fevereiro, dá nova organização à Educação Física e Desporto Escolar, ambos obrigatórios nos ensinos básico e secundário.

1993

É criada uma lei-quadro para o desporto em Portugal: a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei n.º 1/90, de 13 de janeiro), “magna carta que encerra os princípios fundamentais e duradouros do sistema desportivo”, garantindo o cumprimento do preceito constitucional que assegura “todos têm acesso à cultura física e ao desporto”.

UMA QUESTÃO DE MÉTODOS

Desenvolveu-se uma intensa campanha na imprensa a favor da elaboração de uma “ginástica nacional”, criticando-se a confusão provocada pelos diversificados métodos estrangeiros entre os que se dedicavam ao ensino da Educação Física em Portugal

António Gomes Ferreira

A preocupação com a Educação Física em Portugal começou a sentir-se, verdadeiramente, durante o período que vai desde a Reforma de Passos Manuel, em 1836, até à data da implantação da primeira República, em 1910. Esta etapa é considerada como o “primeiro período da Educação Física moderna” em Portugal (Pereira, 2001, p. 14), verificando-se uma dedicada atenção às políticas educativas e iniciando-se, assim, uma época prolífera no que respeita às reformas da Instrução Pública.

Uma das primeiras reformas, datada de 29 de agosto de 1905, que veio definitivamente legitimar o papel da Educação Física no plano curricular, entendia a disciplina como indispensável e obrigatória na formação dos alunos:

“Não basta que o liceu ensine, é preciso que eduque; e, em questões de educação, não é lícito conferir preferências: sacrificar a Educação Física ao desenvolvimento intelectual, menosprezar, por este, a educação moral, seriam erros assaz graves para a vida da nacionalidade (...). A fadiga cerebral, que estudos aturados e a longa permanência nas aulas acarretam inevitavelmente, tem a sua correção na ginástica, nos jogos, nos trabalhos manuais, em que os alunos ocuparão nos intervalos das aulas, que era indispensável tornar mais longos. Depois, o desenvolvimento do organismo que estes exercícios provocam, vai exercer benefício influxo na formação moral dos estudantes; e alguns deles, como os jogos, têm uma função moral educativa que era forçoso aproveitar.”

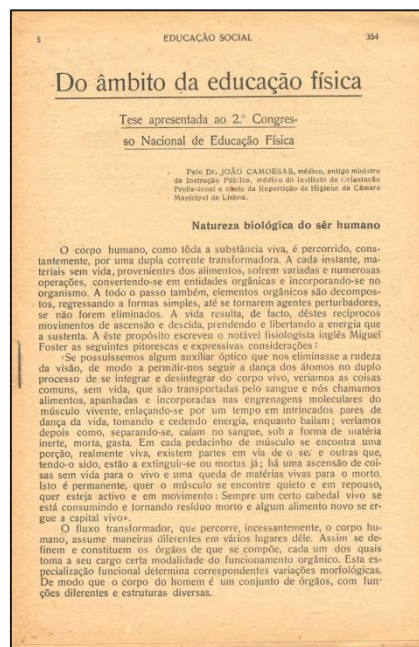
Na verdade, a afirmação desta área nos diferentes sistemas escolares europeus, ao longo do século XIX, ocorreu por várias vias, nomeadamente “das manobras de tipo militar (marchas, formações, posições), das acrobacias, dos exercícios de ginástica, dos

jogos e dos desportos” (Carvalho; Correia, 2015, pp. 3-4). Contudo, foi a ginástica sueca que maior relevância e predominância teve no âmbito da Educação Física escolar em Portugal, tendo sido o principal referencial metodológico nas primeiras décadas do século XX. De facto, a introdução do método sueco em Portugal foi visto como uma forma de “denunciar a degeneração da raça” ao mesmo tempo que permitia corrigir os comportamentos e ainda melhorar a qualidade de vida dos jovens portugueses (Gonçalves, 2010, p. 24). Todavia a sua receção por parte dos vários sectores – escolar, político, médico e militar - não foi unânime, desenvolvendo-se no país, ao longo da primeira metade do século XX, um complexo debate em torno da verdadeira interpretação do método sueco.

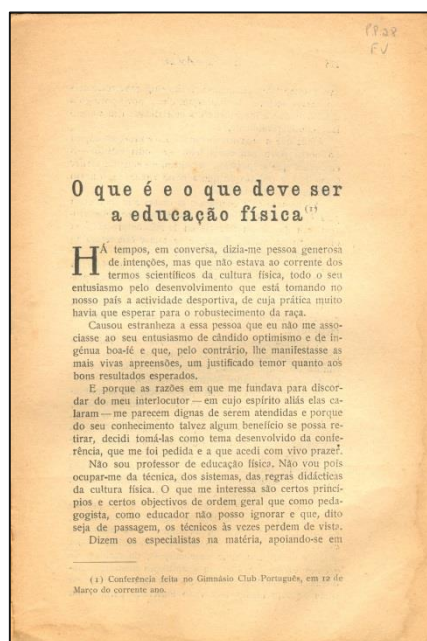
Uma dessas adaptações, cunhada enquanto “Método Oficial Português”, chegou mesmo a constar no Regulamento da Educação Física dos Liceus de 1932 (Decreto n.º 21 110 de 16 de abril). Nele nota-se uma sobrevalorização da ginástica respiratória (ou seja, uma predominância de exercícios preparatórios de respiração em detrimento dos exercícios fundamentais que constituíam a parte importante das lições de ginástica pedagógica de Ling – Leal de Oliveira, 1931, p. 195), contrastando bastante da interpretação desenvolvida no Regulamento de 1920. Este último documento entende que a Educação Física devia ser constituída por ginástica educativa, jogos, ginástica aplicada, exercícios desportivos e desportos (Regulamento Oficial, 1920, p. 5).

Partindo de uma análise de ambos os textos, verifica-se que o Regulamento de Educação Física de 1932 confere uma nova identidade à “Ginástica de Ling” indicada no Regulamento Oficial de 1920, razão que se justifica pela necessidade de adaptar o método sueco às necessidades específicas e características do povo português, cujas “cotas de morbilidade e de mortalidade [eram] pavorosas” (Camoegas, 1926, p. 10). O regulamento de 1932 assumia ainda que “os sistemas ou métodos aplicados integralmente em povos de constituições diferentes do povo sueco devem todavia ser cuidadosamente analisados e modificados segundo as tendências, os hábitos e o carácter de cada um”.

Entre as diversas correntes que discutiram a disciplina destacam-se as posições higienistas, pedagógicas e ainda as militares. Dos apoiantes da ginástica preconizada pelo Decreto n.º 21 110 notabiliza-se a posição de diversos higienistas e médicos, nomeadamente a ação do Dr. João Camoesas que fora, por duas vezes, Ministro da Instrução Pública nos anos 1923 e 1925. Nas conferências que proferiu sobre matéria da Educação Física, João Camoesas destaca não só a importância da constituição do corpo e da interligação dos órgãos (Camoses, 1926, p. 348) mas também da criação de hábitos de saúde, de higiene e asseio pessoais, estes últimos não constituindo ainda uma rotina diária das actividades dos alunos.



Clique [AQUI](#) para aceder ao documento integral



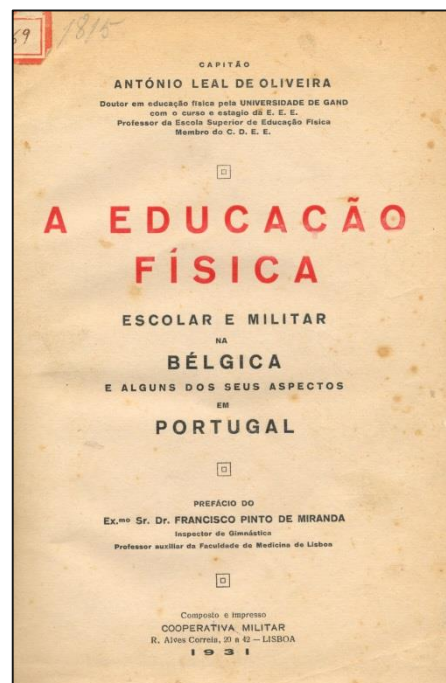
Clique [AQUI](#) para aceder ao documento integral

Por sua vez, o pedagogo Faria de Vasconcelos, comenta sobre o mesmo assunto o seguinte: “Ora não pode haver cultura física se se desconhecem as leis da higiene. (...). Ninguém ignora que os poros da pele são uma válvula de segurança do organismo e que se a pele por falta de higiene de limpeza não funciona bem, se produzem várias doenças cutâneas, intoxicações sanguíneas, perturbações orgânicas e funcionais de várias ordens” (Vasconcelos, 1928, p. 117).

Outra das correntes que também tomou uma posição firme no que respeita à Educação Física foi a vertente pedagógica, entendendo que a disciplina era complexa e que não se reduzia unicamente à atividade ginástica ou à atividade desportiva. Esta corrente advogava que a prática da disciplina deveria assentar num conhecimento prévio do corpo, sustentado por bases científicas que comprovassem os benefícios da realização de práticas físicas. Faria de Vasconcelos, um dos defensores desta corrente,

concluía que “a Educação Física só pode produzir efeitos salutareos quando assenta em bases científicas, no conhecimento da anatomia, da fisiologia e da mecânica do corpo que se pretende cultivar, quando se empregam os métodos e os processos mais adequados para esta cultura, quando se rodeia esta cultura das condições mais favoráveis para o seu exercício” (Vasconcelos, 1928, p. 115).

Por clara oposição à ginástica respiratória defendida no Decreto n.º 21 110 de 1932, distinguuiu-se a corrente militarista, sendo Leal de Oliveira apenas um dos muitos críticos do “Método Oficial Português”. Leal de Oliveira argumentava que os “movimentos segmentares, ligeiros, dos braços, pernas, tronco, [e] cabeça” constituíam uma ginástica neutra e passiva, não podendo assim constituir uma “lição de ginástica pedagógica para indivíduos normais” tal como o respetivo “Método” pretendia (Leal de Oliveira, 1931, p. 195). Justificava ainda que a ginástica respiratória não “respeitava as necessidades de exteriorização e dispêndio de energias da juventude”, confundindo assim “terapia médica com método ginástico” (Ferreira, 2004, p. 205).



Consulte AQUI um extrato da obra

Aquando da criação da Mocidade Portuguesa (Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936), “organização nacional e pré-militar” destinada a “estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação de caráter e a devoção à Pátria”, ficou notório que o Estado pretendia promover a regeneração física, começando então pelos mais jovens. Para tal, é essencialmente a partir dos anos 40 que, progressivamente, o ensino da Educação Física se foi afastando da ginástica respiratória, preferindo uma “ginástica formativa que através dos exercícios variados e atraentes dotasse os jovens de capacidades físicas e morais necessárias à dignificação da pessoa e à afirmação da Pátria” (Ferreira, 2004, p. 205). A disciplina de Educação Física ganhou um novo fôlego durante o Estado Novo, verificando-se fortes ligações com “a Política e o modo como ela se pode vincular à ideologia através das instituições” (Gonçalves, 2010, p. 30).

DAS INSTALAÇÕES

A função de um ser é interdependente da sua forma. A dos ginásios é permitir, nas melhores condições higiénicas e didáticas, a prática de ginástica e jogos educativos.

Se a forma do ginásio é ideada sem primordial consideração pelo fim essencial a que se destina, este é prejudicado e os objetivos do ensino falseados.

António Leal de Oliveira

Tendo sido reconhecida a importância indispensável da Educação Física no plano curricular liceal, institucionalizada com a reforma de 1905 do então Ministro do Reino Eduardo José Coelho, a prática desta disciplina deveria ser exercida nas condições que os edifícios liceais, na maioria dos casos conventos extintos em 1834, iam permitindo estabelecer. Apesar de apenas constar definitivamente do plano curricular instaurado pelo referido diploma, a preocupação com esta área e com o desenvolvimento do corpo é bastante anterior, podendo referir-se a existência de instituições educativas, nos séculos XVII e XVIII, que promoviam atividades de “esgrima, dança e picaria” (Ferreira, 2004, p. 199), atividades essas mais adequadas ao prestígio dos colégios e dos filhos das famílias nobres.

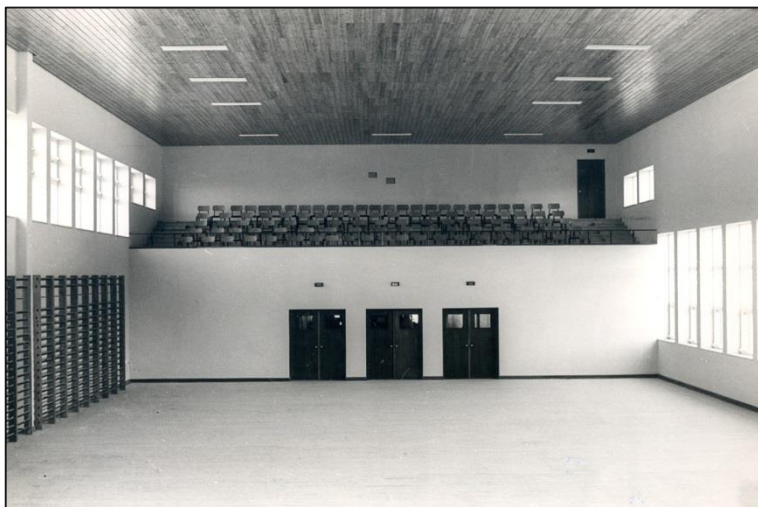
Os constrangimentos sociais e políticos característicos da primeira metade do século XIX veio tardar a entrada e a dedicação ao estudo e ao planeamento da Educação Física em Portugal. Somente no último quarto de novecentos se verificou “uma vontade política em aumentar as publicações que abordavam a problemática, criando-se ginásios e clubes, crescendo os praticantes e os adeptos” (Ferreira, 2004, p. 199). A Reforma de 1905 constitui assim um marco importantíssimo não só para a história do ensino em geral mas também ao nível da própria arquitetura liceal, exigindo a existência de “amplos locais com importantes requisitos de higiene, destacando-se o espaço do ginásio no conjunto dos espaços do edifício *liceu*” (Alegre, 2012, p. 210). Mesmo após a institucionalização efetiva da disciplina no plano curricular, a vontade e a obrigatoriedade da mesma não foram suficientes, existindo ainda liceus que não tinham espaços condignos à sua prática. Exemplos disso mesmo são os casos de Aveiro, Chaves, Faro, Portalegre, Santarém, Vila Real, Setúbal e Castelo Branco onde, curiosamente, nestas

duas últimas instituições de ensino as aulas se realizavam “numa varanda do edifício (12 m x 5,60 m)” e numa “sala do liceu contígua ao pátio, cercada de estantes com livros e tendo ao centro um poste de ferro”, respetivamente (Silva, 2002, p. 111).

É importante referir a política levada a cabo pelo governo de João Franco (1906-1908), inserida numa estratégia de modernização do setor secundário, “objectivamente centrada na edificação dos três liceus de Lisboa – Passos Manuel, Camões e Pedro Nunes – mas também na reparação, ampliação e mudança para edifícios mais adequados de muitos liceus de província” (Silva, 2002, p. 141). Contudo, é essencialmente nos períodos da ditadura militar e, especialmente, do Estado Novo, com a criação da Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário (JAEES), em 1928, posteriormente substituída pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS), que se verifica uma verdadeira vaga de novas construções escolares, de conservação de antigos edifícios e ainda de apetrechamento e fornecimento de mobiliário e de material didático (Alegre, 2012, p. 217-218), tendo tido especial impacto durante as décadas de 30 e de 60 do passado século.

No que às instalações diz respeito, estas mostraram-se desde início cruciais para a prática da Educação Física. A própria Reforma de 1905 veio exigir a conceção de espaços apropriados e destinados a esta disciplina. Por sua vez, estes espaços tinham como principais objetivos estimular a aquisição de conhecimentos dos jovens alunos e ainda controlar os seus comportamentos (Leal de Oliveira, 1946, p. 5). De uma forma geral, distinguem-se duas tipologias de espaços: os ginásios cobertos e os ginásios ao ar livre.

Os primeiros, indispensáveis à realização da atividade física quando as condições meteorológicas são adversas, devem estar situados num piso térreo e de preferência suficientemente afastados das salas de aula “onde são professadas as matérias teóricas”. Devem ainda ter espaço suficiente para acomodar confortavelmente uma turma de 30 a 50 alunos (Leal de Oliveira, 1946, p.8). Quanto ao soalho, preferencialmente em tabuado de carvalho, não deve ser colocado diretamente sobre placas de cimento, para que este não perca a sua elasticidade natural por fim a evitar eventuais quedas perigosas.



Ginásio do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo

As paredes laterais devem conter amplas janelas — não só para facilitar a entrada da luz natural mas também para que o ar consiga circular — e não devem ser providas de largas portas pois dificultam a colocação dos espaldares.

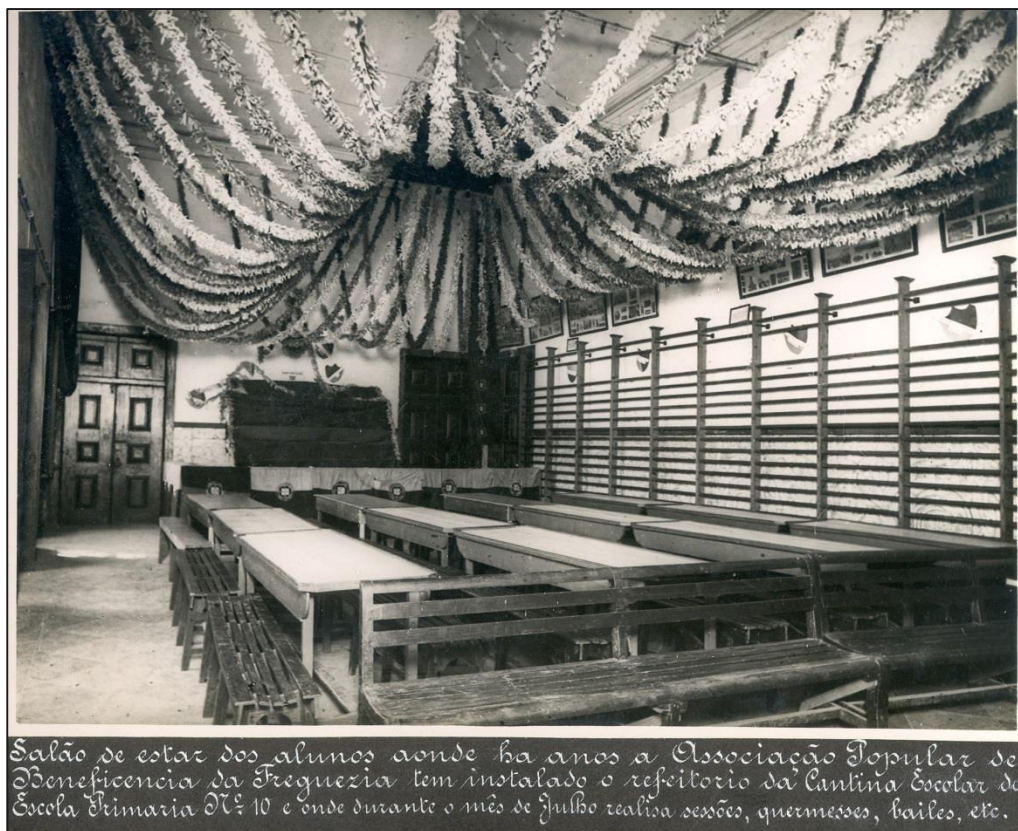
Neste tipo de ginásio coberto devem existir ainda alguns

espaços anexos que são necessários ao bom funcionamento das aulas de Educação Física, a saber: o vestiário, no qual os alunos se devem equipar e guardar os seus pertences; a arrecadação para aparelhos móveis; um gabinete e vestiário do professor; uma tribuna para a assistência, devendo ser organizada em forma de anfiteatro; e, por fim, as instalações de chuveiro, de modo a definir e incutir uma rotina de higiene pessoal dos alunos (Leal de Oliveira, 1946, pp. 10-11).

Apesar de ser proibida a entrada de sapatos de rua no ginásio coberto, este mesmo espaço, por possível falta de áreas apropriadas para o efeito, era utilizado para outras finalidades, tais como exposições, conferências e até festas e convívios, tornando-se assim, contra a vontade de alguns, um espaço multiusos que servia variados propósitos.

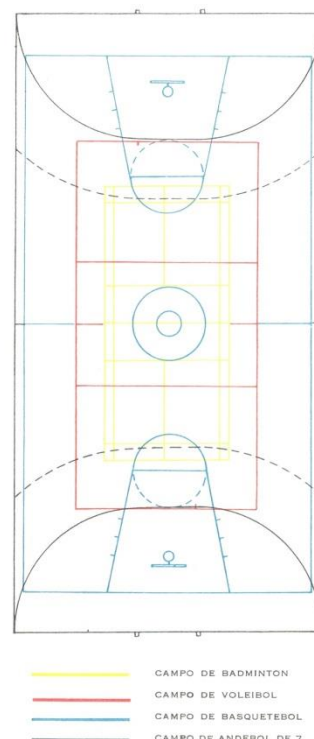


V Salão de Educação Estética, Barreiro, 1951



Ginásio Cantina da Escola Comercial de Veiga Beirão, Lisboa

Já os ginásios ao ar livre, preferencialmente montados numa localização ampla, de bom escoamento de águas da chuva e “abrigados dos ventos dominantes”, devem situar-se relativamente perto do ginásio coberto. É um espaço no qual se vê delimitado no chão os principais campos de jogos — andebol, badminton, basquetebol e voleibol — assinalados por diferentes cores (Mocidade Portuguesa, 1960, pp. 32-43).



Traçado dos vários campos de jogos



Campos de jogos do Liceu António Nobre, Porto

Galeria de imagens

[Álbum de fotografias Instalações]

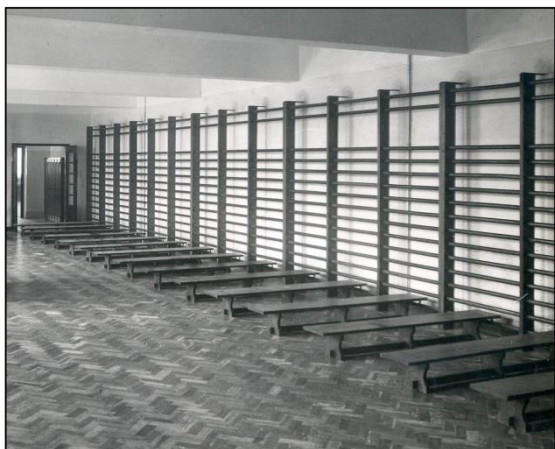
DO MOBILIÁRIO

Os aparelhos são a reprodução racionalizada de objetos que, na vida prática, obrigam ou convidam à execução de exercícios físicos naturais que têm condicionado o desenvolvimento do homem em todas as épocas da sua história, ou então são o produto da sua imaginação criadora, com fins corretivos.

António Leal de Oliveira

Foi no final da década de 20, mais concretamente no ano de 1928, que foi criada a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário. Sob tutela do então Ministério da Instrução Pública, a Junta torna-se responsável não só pela administração dos empréstimos destinados às obras de construção dos liceus, mas também pelo fornecimento de material didático e mobiliário. Em 1933, a referida junta passa para a tutela do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, passando a denominar-se, em 1934, Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS). Posteriormente, em 1969, é criada a Direção-Geral das Construções Escolares que passa a centralizar funções de outros organismos extintos, entre eles a JCETS. Segundo o seu diploma de criação “Compete à Direção-Geral das Construções Escolares o estudo, projeto, construção, ampliação, restauro, conservação e apetrechamento dos edifícios escolares de todos os graus e ramos de ensino, das residências de professores e estudantes, das instalações desportivas e culturais dos organismos circum-escolares e de outras instalações compreendidas nos planos de construções escolares aprovados pelo Governo” (Decreto-Lei n.º 49 169, de 5 de Agosto).

Relativamente aos dois tipos de espaços destinados à execução da Educação Física – ginásios cobertos e ginásios ao ar livre -, ambos exigem equipamentos e aparelhos adequados à boa prática da disciplina. Segundo o *Relatório dos Trabalhos Realizados* em 1940, da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, as principais peças de mobiliário constituintes de um ginásio são as cadeiras, os bancos de ginástica e os espaldares. Estas peças do mobiliário escolar, à semelhança de outros equipamentos destinados ao apetrechamento de liceus e escolas técnicas, foram desenhadas pelo escultor Jorge Neto Tavela de Sousa.



Os bancos de ginástica consistem em derivações dos bancos compridos mais vulgares, porém a sua construção deve permitir que nele se realizem uma série de movimentos apropriados à aula de ginástica, como por exemplo exercícios dorsais, abdominais e laterais, exercícios de equilíbrio, exercícios de escalada e ainda exercícios de saltos.

Ginásio do Liceu Afonso de Albuquerque, Guarda

No que respeita às cadeiras, não sendo propriamente adequadas para a execução de exercícios, elas constam desse relatório sob a designação “Cadeira para sala de festas - ginásio”. Este tipo de mobiliário destina-se a receber e acomodar o público aquando de celebrações realizadas neste espaço tais como festas, exposições, entre outras.



Ginásio do Liceu Nacional de Latino Coelho, Lamego



Mobiliário tipo proposto por Jorge Tavela de Sousa

Já os espaldares, uma escada vertical constituída por uma sequência de degraus, oferecem uma superfície plana ideal à “correção da atitude do corpo” (Leal de Oliveira, 1946, p. 13). A sua utilização destina-se à realização de exercícios de movimentos do tronco e pernas e ainda a exercícios de suspensão.

A sua disposição pelo ginásio, sendo fixos à parede por forma a garantir segurança na sua utilização, deve cobrir continuamente as paredes maiores do ginásio.

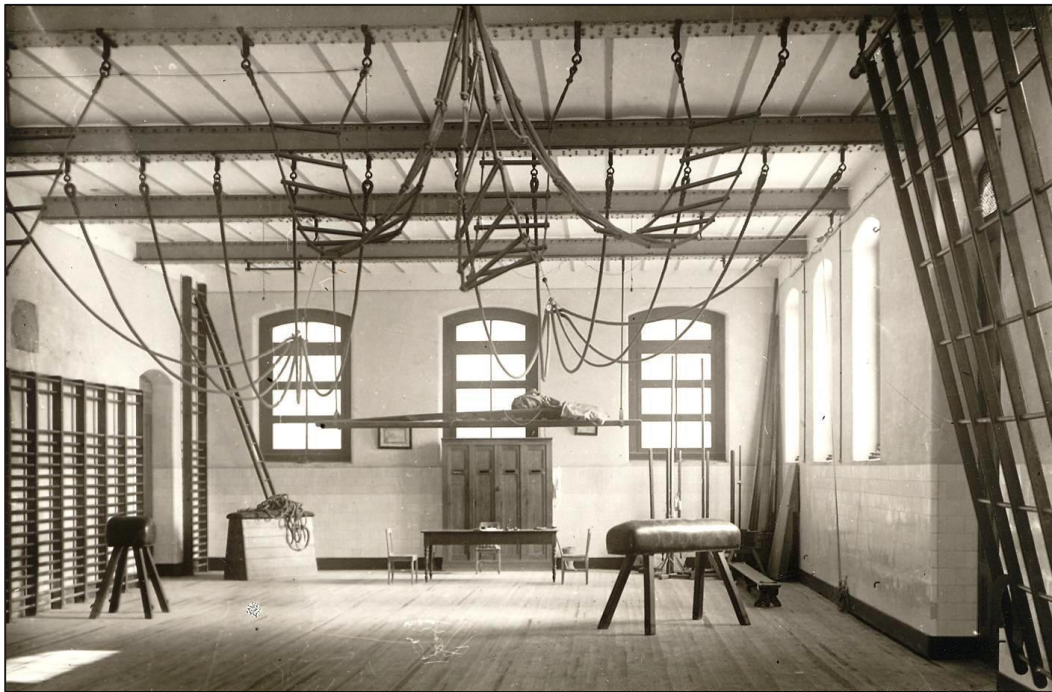
Relativamente ao material, existem três tipologias: o fixo, o móvel e o desportivo. O material fixo, para além dos espaldares já referidos, é constituído pelas traves, quadros, escadas e cordas (verticais e oblíquas). O material móvel engloba os já mencionados bancos de ginástica (também conhecidos por bancos suecos), os postes de salto, os bock, os plintos e os cavalos, e ainda os trampolins e os tapetes. Relativamente ao material desportivo destacam-se as varas de salto, as bolas de todas as modalidades, os discos, os pesos e os testemunhos.



Mobiliário tipo proposto por Jorge Tavela de Sousa



Mobiliário tipo proposto por Jorge Tavela de Sousa
Cavalo



Ginásio do Liceu de Passos Manuel, Lisboa

No que respeita ao ginásio ao ar livre, é aconselhado ter o mesmo tipo de aparelhagem móvel que se encontra no ginásio coberto, com a adição do material destinado à prática do desporto escolar. Nesta área, os desportos mais praticados durante as aulas são o andebol, o badminton, o basquetebol, o futebol e o voleibol, requerendo, cada um deles, aparelhos específicos (balizas, cestos, postes, bolas, raquetes, redes).



Conjunto de duas raquetas pertencentes à Mocidade Portuguesa, Liceu Nacional de Oeiras



Bola utilizada nas aulas de Educação Física, Liceu Nacional de Oeiras

DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

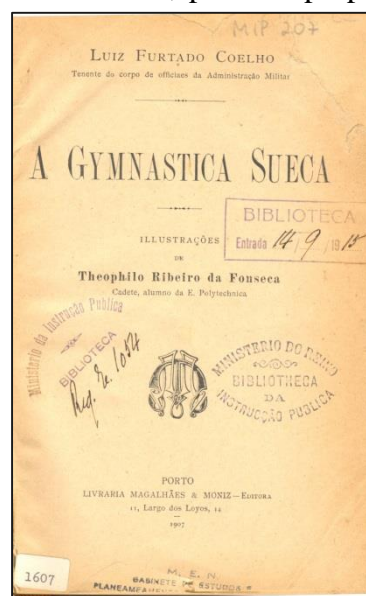
A GINÁSTICA

O papel da ginástica que nos tempos antigos foi preponderante, adquiriu hoje com o método sueco uma importância de ordem tal que se não pode conceber educação alguma que dela não participe.

Luís Furtado Coelho

Criada no início do século XIX por Pier Henrik Ling (1776 – 1839), personalidade de quem herdou o nome, a Ginástica de Ling constituiu uma importante influência na introdução de um sistema ginástico em Portugal. Também apelidada de “Método sueco”, dada a nacionalidade nórdica do seu fundador, a sua conceção assentava não só na preocupação do desenvolvimento harmonioso do corpo (Moreno, 2015, p. 3) mas também na construção de um sistema racional de ginástica, no qual todos os movimentos e exercícios eram associados “a uma necessidade que os justifica”, devendo ser realizados “de modo a garantir que os efeitos pretendidos são corretamente conseguidos” (Gonçalves, 2010, p. 25).

Tendo Ling comprovado a eficácia dos seus exercícios diários, pois ele próprio sofria reumatismo e tinha predisposição para a tuberculose (Moreno, 2015, p. 3), desde logo se propôs a adaptá-los com o objetivo de os colocar à disposição de todos e assim “robustecer o povo sueco” (Coelho, 1907, p. 29). Ao adaptar os seus exercícios, Ling concebeu o seu sistema ginástico segundo quatro diferentes ramos - pedagógico, estético, militar e médico - cada um deles indicado para colher benefícios específicos. Contudo, todos eles podiam ser explicados não só pelas leis da natureza mas também pelos conhecimentos médicos e científicos que então existiam (Moreno, 2015, p. 3). De acordo com Luís Furtado Coelho, num livro dedicado à

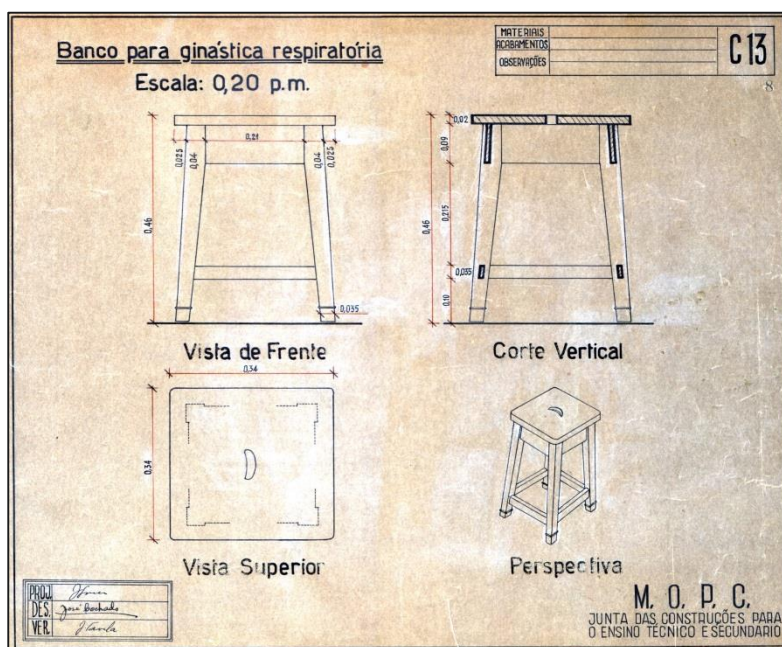


Consulte **AQUI** um extrato da obra

ginástica sueca, P. H. Ling, após anos de dedicação ao desenvolvimento do seu método ginástico, conseguiu que o governo sueco se interessasse e apadrinhasse a sua criação. É então, em 1813, que se funda o Instituto Central e Real de Ginástica, em Estocolmo, dedicado à formação de instrutores e o qual Ling chega a dirigir (Coelho, 1907, p. 30).

Após a morte de Pier Henrik Ling, em 1839, o seu filho, Hjalma Ling (1820 - 1886), dedica-se a dar continuidade ao trabalho iniciado pelo pai, tendo especial apetência para desenvolver a vertente pedagógica que se popularizou na década de 60 do século XIX (Moreno, 2015, p. 4). É esta vertente pedagógica - que podia ser praticada por um largo número de pessoas sem que para isso se tivessem de fazer grandes investimentos em material de ginástica - que entrará em Portugal e que perdurará até meados do século XX. Numa altura em que ainda não existiam programas pensados para estruturar a disciplina da Educação Física em Portugal, os conteúdos programáticos propostos por Ling constituíam assim “definições precisas de atividades físicas apropriadas e inapropriadas, do quando e como o corpo se haveria de movimentar e dos resultados que tal atividade haveria de gerar”, regularizando-se a procura de “conformidade e de produtividade” dos alunos (Carvalho; Correia, 2015, p. 4).

A ginástica sueca foi, durante muitos anos, o principal modelo de ginástica em Portugal. Exemplo disso mesmo é a consagração do próprio método sueco no Regulamento Oficial de Educação Física, cuja publicação data de 1920.



Desenho para banco de ginástica respiratória, Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

Contudo, o fulgor nacionalista proclamava a criação de um método próprio ao povo português. Tendo ficado conhecido como “Método Oficial Português”, defendido pelo Decreto n.º 21 110,

de 16 de abril de 1932, este não deixou, no entanto, de referir a obra do nórdico Ling. A mutação do método sueco naquilo que se definiu como “ginástica respiratória”, muitas vezes de forma pejorativa, foi sendo gradual. Porém, as diferenças entre o Regulamento de 1920 e o Decreto de 1932 são notórias, considerando-se mesmo que o método português conferia uma nova identidade à ginástica de Ling dado o excesso de exercícios respiratórios que o caracterizavam (Leal de Oliveira, 1931, p. 195).



Ginástica corretiva

Em meados da década de 30, a Educação Física ganha um novo impulso, com a criação, em 1936, da Mocidade Portuguesa (MP) e, um ano mais tarde, da Mocidade Portuguesa Feminina. Esta organização nacional, de frequência obrigatória para os jovens com idade até aos catorze anos, tornou-se responsável por “estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria” (Lei n.º 1 941 de 11 de abril de 1936). A ginástica praticada pela Mocidade Portuguesa opunha-se à concepção da “ginástica respiratória” recomendada no Decreto de 1932. A MP recupera a ginástica dita “educativa” e o método sueco bem como volta a introduzir os jogos desportivos e os “exercícios muito mais variados onde a aplicação está sempre presente” (Gonçalves, 2010, p. 26).



Uma lição de Ginástica no Liceu D. João III, Lisboa

Organizadas segundo lições, as aulas de Educação Física dos liceus, especialmente aquelas que envolviam o ensino da ginástica, dividiam-se em três partes: a preparatória, a fundamental ou de aplicação e a final.

A preparatória, tal como o nome indica, consistia num primeiro momento de aquecimento, de forma a preparar o corpo e os músculos para a atividade física que se aproximava. Durante esta parte, realizavam-se movimentos ligeiros de “mobilização dos membros superiores e inferiores, da coluna vertebral e do tronco”. A parte fundamental ou de aplicação, de maior duração e importância, consistia na realização dos exercícios mais enérgicos, como são, por exemplo, os “exercícios de ação local, generalizada, formativa e de aplicação” no qual se trabalhava o corpo de uma forma mais intensa. E, por último, a parte final, consistindo no momento de retorno à normalização e acalmia do corpo, composto essencialmente por “exercícios de natureza segmentar, de execução lenta e de efeitos calmantes da função cardiopulmonar”. (Mocidade Portuguesa, 1960, pp. 12-14).

Durante grande parte do século XX as aulas de Educação Física nos liceus eram separadas por género, existindo classes masculinas e classes femininas, lecionadas por professores e professoras, respetivamente. Os exercícios, adaptados conforme as idades e o sexo dos alunos, eram selecionados segundo o seu “valor ginástico”, ou seja, apenas

eram praticados aqueles cujos “efeitos gerais e locais eram bem conhecidos”, devendo produzir resultados positivos num curto espaço de tempo, ser de simples execução (Moreno, 2015, p. 4) e ainda permitir uma progressão do aluno, aumentando assim o grau de exigência. O ensino da ginástica era, deste modo, uma prática bastante valorizada durante as aulas de Educação Física (Gonçalves, 2010, p. 28) e torna-se interessante notar que existia, pelo menos até ao final da década de 50, uma valorização desta prática em detrimento dos jogos e dos desportos cujo reconhecimento e apreciação, em âmbito escolar, só se começou a fazer sentir a partir da década de 60 (Ferreira, 2004, pp. 206-207).

Uma das características que ao longo do século XX distinguiu a Educação Física na



Ensaio da classe de ginástica para o Festival da Juventude no dia 10 de Junho

Escola foi o facto desta unidade curricular não ter qualquer tipo de avaliação quantitativa. Apesar disso, muitos eram os professores que avaliavam os seus alunos, ainda que de uma forma não oficial, de modo a registar os seus progressos durante as aulas (Ferreira, 2004, p. 215). Contudo, apesar de

não existir esta classificação tal como existia noutras unidades curriculares, os alunos procuravam sempre atingir os melhores resultados possíveis pois só assim seriam selecionados para participar nos festivais dos dias 10 de junho (Dia de Portugal) e 1 de dezembro (simultaneamente Dia da Restauração da Independência e Dia da Mocidade Portuguesa).

A Revolução dos Cravos, em abril de 1974, e a posterior entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) em 1986, vieram trazer importantes mudanças no que respeita à perceção da Educação Física no plano curricular dos estudantes. Estas ideias refletem-se especialmente na Lei de Bases do Sistema

Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) sobretudo pela compreensão da disciplina enquanto promotora “da saúde e condição física”, responsabilizando-se assim pela “aquisição de hábitos e condutas motoras” (Gonçalves, 2010, p. 30).

A ginástica teve um papel fundamental na criação e construção daquilo que caracteriza atualmente a Educação Física. Sem os debates que se geraram em torno da ginástica e que, naturalmente, foram moldando a disciplina, a Educação Física, tal como hoje a conhecemos, não teria sofrido tantas influências saudáveis como aquelas que se sentiram ao longo deste último século.

Galeria de imagens

[Álbum de fotografias Ginástica]

OS JOGOS ESCOLARES

Nas escolas, os jogos devem ser considerados como os elementos fundamentais para criar o hábito e o gosto pelos exercícios físicos, hábito e gosto que só se podem adquirir durante o período educativo, isto é, durante a evolução do desenvolvimento.

Regulamento Oficial de Educação Física

A emergência da Educação Física no sistema escolar português manifestou-se na combinação, em doses diversas, da ginástica, dos jogos e dos desportos. A ginástica merece rapidamente um lugar de destaque nas preocupações dos legisladores bem como dos médicos, militares, pedagogos e educadores enquanto o desporto é, durante bastante tempo, desconsiderado. E os jogos? Os documentos consultados demonstram a importância atribuída aos jogos no desenvolvimento humano. São recursos para atingir, de uma forma lúdica, mas intencional, vários objetivos de caráter moral e social, quase sempre no âmbito da preparação desportiva.

Na Reforma do Ensino Secundário de 1905, a Educação Física, os jogos e os trabalhos manuais são os recursos programados para aliviar o denso trabalho intelectual dos alunos. Observa-se, no entanto, que este documento oficial não explica que jogos e que métodos aplicar aos alunos do ensino secundário.

Já no Regulamento Oficial de Educação Física, publicado em 1920, resultado do trabalho de uma Comissão nomeada em 1915, existem várias referências sobre esta componente da Educação Física. Os jogos constituem uma das “três formas fundamentais e solidárias da ação prática de Educação Física”. As duas outras formas são a “ginástica educativa” e a “ginástica aplicada, exercícios desportivos e desportos”. De acordo com este regulamento, a organização prática da Educação Física devia assentar nos seguintes princípios basilares: os jogos, individuais ou coletivos, com ou sem aparelhos, constituíam a atividade física dos alunos das primeiras idades (4 a 16 anos). Eram considerados como exercícios preparatórios à prática da ginástica educativa.

Na altura, o recurso aos jogos, desde que adaptados à idade e robustez dos alunos e orientados por professores capazes, procurava atingir objetivos de ordem higiénica e moral. Do ponto de vista higiénico, os jogos “distraem o espírito e provocam a alegria, que como bom tónico, desperta a atividade da respiração e a nutrição dos tecidos”. Do

ponto de vista moral, os jogos “Estimularão os alunos a lutarem, confiando na vitória, a serem corajosos e pertinazes nas lutas, destros e ágeis; a acatarem e submeterem-se prontamente às regras dos jogos, lutando não só por si, mas por todo o seu partido, desenvolvendo-lhes o espírito, a solidariedade, lealdade e correção para com os seus companheiros, seja qual for a situação em que se encontrem”.

O regulamento propunha também vários exemplos de jogos a adotar nas escolas, classificados da seguinte maneira: jogos de imitação, jogos de corrida, jogos de equilíbrio, destreza ou habilidade, jogos de saltos e jogos de força. Nas escolas secundárias, os jogos recomendados eram a barra, o pilha-três, a bandeira, o chicote queimado, as estafetas (atenuadas), a malha ou chinquilha, a choca, o lançamento da bola e a granada.

Em 1932, o novo “Método Oficial Português” incluía, ao lado da ginástica, os jogos educativos mas retirava a prática dos desportos e dos jogos de competição, considerados nefastos para a educação da juventude. Se os jogos entram na Educação Física, têm um valor relativo. A sua utilização visa obter, sobretudo, efeitos higiénicos e, acessoriamente, educativos, morais ou pedagógicos. Eram considerados elementos de distração, de alegria e de disciplina da vontade ou carácter dos alunos. Este documento não referencia nenhum jogo em especial. Adverte apenas que “os jogos onde predomina a corrida, sempre violentos, devem ser postos de parte, e bem assim todos os que se baseiam em saltos, suspensões, trações à corda, etc., e outras atitudes antifisiológicas”.

Durante o Estado Novo, a atividade física depende, em muito, das orientações da Mocidade Portuguesa. Nas escolas, as tardes de quarta-feira e de sábado eram dedicadas às atividades da Mocidade Portuguesa, atividades (obrigatórias até 1971), que preenchiam os tempos livres dos alunos.

Os jogos e os desportos são utilizados como canalizadores da juventude para a vida ao ar livre e não só. A inclusão dos jogos no programa de Educação Física justificava-se pelo seu valor “na conservação da saúde, formação do carácter e desenvolvimento do espírito associativo e de grupo”. Assim se refere aos jogos o Director dos Serviços de Educação Física e Desportos no Manual de jogos da Mocidade Portuguesa, publicado em 1942.

Este manual propõe aos professores de Educação Física um conjunto de jogos muito variados, classificados em grupos de acordo com os seus principais efeitos fisiológicos: jogos de marcha, de corrida, de suspensão, de levantar e transportar, de ataque e defesa ou de luta, de força, de equilíbrio, de flexibilidade e destreza, de saltos, de lançamento, jogos sensoriais, de iniciação desportiva, de orientação e, finalmente, jogos de observação e aproximação. Os dois últimos grupos de jogos deviam ser utilizados sobretudo e largamente na prática de campismo.

A utilidade dos jogos como meio de educação era

valorizada igualmente pela Mocidade Portuguesa Feminina que dispunha igualmente de um manual organizado para orientar as professoras na direção dos jogos.



Lusito a saltar ao eixo - AHME, MP, cx. 2503, mc.9, foto 18



Meninas jogando o *cricket*, Liceu Nacional D. João III, 1944-1945 - AHME, DGEL/IEL, cx. 24, rel. 148

OS DESPORTOS

Mas a verdade manda dizer, não só pela boca dos atuais educadores, e ainda pelo que a fisiologia do músculo nos ensina, mas também pela investigação histórica, que Platão, Heródoto, Sófocles, Eurípides e até o próprio Esculápio consideraram os desportos como sintoma patognomónico da decadência moral e espiritual dos povos, o que levou Eurípides, citado por esse insignificante pedagogo que se chama Foerster, a dizer: “Il y a beaucoup de vauriens en Attique, mais les pires sont les athlètes”.

Benjamin Jorge Calado

Vários autores observaram a presença persistente da “ginástica sueca” como referente principal da Educação Física em contexto escolar em Portugal, nas primeiras décadas do século XX, deixando pouco espaço ao desporto. Na reforma do ensino secundário de 1905, que introduz a Educação Física no currículo escolar, o legislador nunca se refere à prática do desporto. Recomenda, sim, que todos os alunos do liceu fizessem a sua Educação Física “pelos meios modernamente adotados”, isto é, “pela prática da ginástica sueca”. Essencialmente higienista, a prática da Educação Física preocupava-se fundamentalmente com a saúde dos alunos. O desporto era desconsiderado e tinha, até, má reputação porque a sua prática cultivava o individualismo, exacerbava o anti-intelectualismo e preconizava uma filosofia de conquista.

De acordo com o Regulamento Oficial de Educação Física de 1920, o desporto era uma das componentes da Educação Física mas reservado aos alunos com idade a partir dos 17 anos que estivessem aptos e resistentes. Este documento advertia que nenhum indivíduo se pudesse entregar ao desporto (ginástica de aplicação) sem ter recebido, previamente, preparação (ginástica educativa). Estabelecia, ainda, como princípio que a “ginástica aplicada, sendo uma cultura de aptidões físicas especiais, tem como base de aplicação o treino, isto é, a execução progressiva de exercícios determinados e praticados em condições apropriadas que aumentam dum modo rápido a força, velocidade, agilidade e resistência do indivíduo”.

A prática do desporto devia ser enquadrada por médicos. O mesmo documento estabelecia uma distinção entre os jogos e os desportos. Os primeiros eram divertimentos enquanto os segundos eram “alguma coisa mais, porque implicam a ideia de

aperfeiçoamento metódico”. Atribuía-se ao desporto uma ação educativa própria desde que a sua prática fosse dirigida por pessoas de alto valor moral e conhecedoras da técnica respetiva do exercício desportivo. Caso contrário, o fim educativo dos exercícios desportivos era “susceptível de se desvirtuar pelo engodo dos prémios, ou suas influências, dando lugar a que os concursos desportivos dêem ocasião a desenvolver-se no indivíduo o egoísmo, a violência, a fraude e a má fé”. Finalmente, recomendava a prática dos seguintes desportos: futebol, basquetebol, desportos atléticos ao ar livre (corridas de resistência, de velocidade, de barreiras e de obstáculos, lançamento da bola do *cricket*, do peso, do disco, do dardo, da barra à transmontana e marchas), natação, patinagem, esgrima, *lawn-tennis*, remo e vela, velocipedia, hipismo e saltos.

No Regulamento de Educação Física dos Liceus, aprovado e publicado em 1932, é dada preferência à ginástica respiratória e recomenda-se que a Educação Física fosse conduzida num campo essencialmente terapêutico. Na altura, a mortalidade em Portugal é superior à de outros países europeus, enfrentando o país graves problemas de tuberculose. O regulamento preconizava a adoção em larga escala (todas as escolas e mesmo as escolas primárias) da



Alunas do Liceu D. João III jogando vôlei - AHME, DGEL/IEL, cx. 24, rel. 148

ginástica de formação para se conseguir pulmões educados que saibam captar e valorizar as riquezas naturais do país tais como o ar e a luz. O legislador justifica-se da seguinte maneira “A formação precede sempre a aplicação e é preciso ter em conta que o homem só se realiza em toda a sua plenitude física aos vinte e cinco anos. Deve ter-se em conta que é nesta idade que se ultimam os últimos processos de ossificação. Eis porque nas escolas primárias e secundárias os desportos devem ser afastados com toda a energia, porque os organismos infantis depauperados não os suportam sem grave perigos”.

Assim, o programa de Educação Física de 1932 proibia a prática dos desportos e dos jogos desportivos por serem considerados a antítese de toda a educação. A prática do

desporto tinha influências mais negativas do que positivas. Entre elas a deformação física e a perversão moral, esta por causa da competição: “Quanto é benéfica uma certa emulação, que serve de estímulo, tanto é maléfica a competição desportiva, a qual despertando e fomentando um estado especial do espírito, exerce sobre ele uma tal influência que chega a imprimir no caráter um mau cunho, a que nem mesmo aqueles a quem uma sã formação moral foi incutida conseguem escapar de todo, tanto o espírito maléfico que anima a competição desportiva é deletério”.

No entanto, para além da ginástica respiratória, o Regulamento de 1932 recomendava a prática dos jogos educativos (sob algumas condições), do escotismo (mas



Jogo de futebol

sem os seus excessos de naturalismos porque “a natureza não é educadora”), do canto coral, do jiu-jitsu (depois do aluno ter atingido o último grau de progressão no ensino), dos jogos tradicionais, da natação, do remo e da equitação. Por outro lado, não aceitava a prática dos desportos anglo-saxónicos

nem os jogos atléticos bem como os desafios e *matches*, especialmente os de futebol, modalidade desportiva considerada desprovida de valor educativo e “cujos malefícios são óbvios”.

Pouco a pouco, a ginástica respiratória vai ser abandonada com o aparecimento e a entrada nas escolas da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina. O cariz paramilitar destas organizações voltou a trazer para a escola o método sueco que, “pelas características rígidas dos seus exercícios, pela submissão dos alunos ao professor e pela forma como se organizava a classe, era o que melhor se enquadrava nos objetivos” do Estado Novo (Moreira; Ferreira; Mendes, 2012, p.34). A Educação Física escolar é entregue à Mocidade Portuguesa em 1947 aquando da reforma do ensino liceal. O

regulamento oficial de Educação Física de 1932 é substituído por uma obra de Leal de Oliveira, Manual de Ginástica, versão atualizada da metodologia de Ling.

A Mocidade Portuguesa promoveu inúmeras atividades ginnodesportivas para os jovens, em especial na área desportiva escolar. O desporto, muito mais do que um fim, tornou-se “um meio da Mocidade Portuguesa aliciar os jovens para depois, sempre que possível, os formar em sintonia com a ideologia dominante” (Dias; Monteiro, 2000, p. 26.). É ainda sob a alçada da Mocidade Portuguesa que foram organizadas as primeiras competições desportivas escolares e os primeiros grandes encontros desportivos.



Encontro desportivo no Estádio Nacional

O método de Ling é de novo alvo de contestações. A influência estrangeira, através de contactos efetuados em congressos, cursos e intercâmbios desportivos bem como a reflexão efetuada pelas primeiras gerações de diplomados pelo Instituto Nacional de Educação Física permitem à disciplina passar por um lento processo de modernização. Os desportos foram cada vez mais introduzidos nas aulas de Educação Física e deixaram de ser subvalorizados em relação à ginástica.

Com e depois do 25 de abril, a Educação Física e o desporto escolar são valorizados. Veja-se, por exemplo, o estipulado no parágrafo 5.º do artigo 48-º da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro): “O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de

hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados”.

Galeria de imagens

[Álbum de fotografias Desportos]

FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO HISTÓRICO

Direcção-Geral do Ensino Liceal da Inspeção do Ensino Liceal da Direcção-Geral do Ensino Liceal: Relatório do Reitor do Liceu Nacional D. João III: ano escolar de 1944/1945. AHME, DGEL/IEL, cx. 24, rel. 148.

Coleção de fotografias da Mocidade Portuguesa: AHME, MP, cx. 2503, mç. 9.

Coleção de fotografias de edifícios escolares do Ensino Técnico e Secundário: AHME, CE ETS AF, doss. 1 a 16.

Coleção de fotografias de mobiliário escolar. AHME, CE ETS AF, cx. 1.

Coleção de fotografias do arquivo da Escola Secundária Mourão Ferreira

Coleção de fotografias do Liceu Passos Manuel, de Lisboa

BIBLIOTECA HISTÓRICA

CAMOESAS, João - “Do âmbito da Educação Física”. In **Educação Social: Revista de Pedagogia e Sociologia**. Lisboa. Ano 3, n.º 2 (15 nov 1926). P. 354-350. ME – BHE ESDMF PP 35.

CALADO, Benjamin Jorge – *Uma lição de Educação Física: a propósito dos erros contidos num projecto de reforma apresentado na sessão de 2 de abril de 1935 da Assembleia Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1935. ME – BHE FV1472

Idem – “Relatório do Director dos Serviços de Educação Física”. In **Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública**. Lisboa. Ano 6, fasc. 3 e 4. P. 351-389. ME – BHE IAACF PP 16.

COELHO, Luís Furtado – “Educação Física” in **Revista Escolar: Publicação Mensal de Educação e Ensino**. Lisboa. Ano 5, n.º 8 (out 1925). P. 331-339. ME – BHE FV PP 28.

COELHO, Luís Furtado (1907) – *A gymnastica sueca*. Porto: Magalhães e Moniz. ME – BHE MIP 207.

CRESPO, Jorge – “A Educação Física no Ensino Secundário”. In **Palestra: Revista de Pedagogia e Cultura**. N.º 42 (1973). P. 141-170. ME – BHE IAACF PP 1.

LEFEBURE, Clément – *Méthode de gymnastique éducative suédoise : cours professé à l'Institut Militaire de L'Education Physique*. Paris ; Bruxelles: Félix Alcan, 1922. ME – BHE BMEP 4281.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS - *Relatório dos trabalhos realizados: 1940*. Lisboa: Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, 1940. CE 4106/A.

MIRANDA, Francisco Pinto – *Preceitos de Educação Física: (lições sobre ginástica sueca)*. Lisboa: Simões, Marques, Santos e Ca., 1926. ME – BHE ERS 2628

OLIVEIRA, António Leal de (1931) – A Educação Física escolar e militar na Bélgica e alguns dos seus aspectos em Portugal. Lisboa: Cooperativa Militar. ME – BHE BMEP 4295.

OLIVEIRA, António Leal de (1946) – “Construção e conservação dos ginásios e do respectivo material didáctico” In *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Ano III, Fascículos I e II, pp. 5-38

PEREIRA, Celestino Feliciano Marques – *A Educação Física na Suécia e Dinamarca e contribuições para o seu estudo em Portugal: relatório-extractos*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional: Ministério da Guerra, 1939. ME – BHE BMEP 4322.

Idem – *Programas de Educação Física para a juventude em idade escolar (10 anos em diante)*. [S.l. : s.n.] 1946 ([Vila Nova de Famalicão: -- Grandes Of. Gráf. "Minerva" de Gaspar Pinto de Sousa]). ME – BHE MP 284

Plano de desenvolvimento da Educação Física e Desportos. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, [D.L. 1973]. ME – BHE BMEP 4317.

PORTUGAL, Mocidade Portuguesa (1960) – *Directivas para o Ensino*, Lisboa: Mocidade Portuguesa.

PORTUGAL. Mocidade Portuguesa (1942) – *Manual de jogos da Mocidade Portuguesa*. Lisboa: Direcção dos Serviços de Educação Física e Desportos. MP 43.

PORTUGAL. Mocidade Portuguesa Feminina (1961) – *Manual de Jogos educativos*. Lisboa: Mocidade Portuguesa Feminina. MP 12

Regulamento oficial de Educação Física: ginástica educativa, jogos, ginástica aplicada. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920. ME – BHE FG 880.

VASCONCELOS, Faria de (1928) – “O que é e o que deve ser a Educação Física”. In **Revista Escolar**. Vila Franca de Xira. Ano 8, n.º 4-5 (abr-maio 1928). P.113-126.

FONTES MUSEOLÓGICAS

Espólio Museológico da Escola Secundária Sebastião e Silva, Oeiras:

- Conjunto de duas raquetas pertencentes à Mocidade Portuguesa, Liceu Nacional de Oeiras. N.º de inventário: ME/400439/189.
- Bola utilizada nas aulas de Educação Física, Liceu Nacional de Oeiras. N.º de inventário: ME/400439/194.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave (2012) – *Arquitetura Escolar. O Edifício Liceu em Portugal (1882-1978)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.

BRÁS, José Gregório Viegas (2008) – “A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova alma”. In **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa. Vol. 12, n.º 12. P.113-138.

BRÁS, José Gregório Viegas; GONÇALVES, Maria Neves (2009) – “Os saberes e poderes da reforma de 1905”. In *Revista Lusófona da Educação*. Lisboa. Vol. 13, n.º 13. P.101-121.

CARVALHO, Luís Miguel (2005) – “Explorando as transferências educacionais nas primeiras década do século XX”. In **Análise Social**. Lisboa. Vol. XL (176). P.499-518.

CARVALHO, Luís Miguel; CORREIA, António Carlos (2015) – “A recepção da ginástica sueca em Portugal nas primeiras décadas do século XX: conformidades e dissensões culturais e políticas”. In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*.

DIAS, Gonçalo Patrício Fontes; MONTEIRO, Maria Dolores Alves Ferreira (2000) – *A evolução do desporto em Portugal*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

FAUSTINO, António José Domingues – “Uma Educação Física/Ginástica: uma associação com raízes no tempo”. In **EDUCARE-EDUCERE. Revista da Escola Superior de Educação de Castelo Branco**. Castelo Branco. Ano 1, n.º 1 (Jun 1995). P. 57-64.

FEREIRA, Gomes António (2004) – “O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo”. In **Revista Perspectiva**. Florianópolis, Brasil. Vol. 2, n.º especial. P.197-224.

GONÇALVES, Fernanda Sofia da Silva (2010) – *A Educação Física em Portugal: contributo da obra pedagógica de Manuel Sérgio no âmbito do ensino da Educação Física no Ensino Básico, Secundário e Superior*. Dissertação de Mestrado em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário. Vila Real.

MOREIRA, J. António; FEREIRA, António Gomes (2012) – “Professores de Educação Física em Portugal: entre a formação inicial e o exercício profissional”. In **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Coimbra. N.º 46-2. P.69-90.

MOREIRA, J. António; FEREIRA, António Gomes; MENDES, Alexandra (2012) – *Rumos pedagógicos da Educação Física em Portugal*. Santo Tirso: De Facto.

MORENO, Andrea (2015) – “A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa”. In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*.

NÓVOA, António (Dir.) – *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: ASA, 2003.

PEREIRA, António Manuel de Almeida (2001) – *A excelência profissional em Educação Física e Desporto em Portugal. Perfil a partir de sete histórias de vida*. Dissertação apresentada às provas de doutoramento em Ciências do Desporto na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

SILVA, Carlos Manique (2002) – *Escolas belas ou espaços sãos? Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa – 1860-1920*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo
Miguel Rui Infante

ORGANIZAÇÃO, PESQUISA E CONTEÚDOS

Catarina Rodrigues
Françoise Le Cunff

Junho 2015

**Apêndice E – Quadro comparativo de Secretarias-Gerais
(PREMAC)**

Ministério da Administração Interna (MAI)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 29/2012, de 13 de março
Organismo responsável	Divisão de Documentação e Arquivo (pertencente à Direção de Serviços de Documentação e Relações Públicas)
<i>Site</i>	http://www.sg.mai.gov.pt/Paginas/default.aspx
Recursos (referidos no <i>site</i>)	Base de dados de Arquivos de Governos Cívicos
Difusão cultural (<i>online</i>)	Lista de documentos mais consultados
Consultado em:	29.11.2015

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM. ex-MAMAOT)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 2/2014, de 9 de abril
Organismo responsável	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (assume competências de SG)
<i>Site</i>	www.gpp.pt
Recursos (referidos no <i>site</i>)	Base de dados bibliográfica, de imagem e de arquivo histórico; Serviço de reprodução de documentos; Acesso ao acervo fotográfico;
Difusão cultural (<i>online</i>)	“Apontamentos Históricos”
Consultado em:	29.11.2015

Ministério da Defesa Nacional (MDN)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 7/2012, de 18 de janeiro
Organismo responsável	Direção de Serviços de Comunicação e Relações Públicas
Site	www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-defesa-nacional.aspx
Recursos (referidos no <i>site</i>)	Regulamento do Arquivo da Defesa Nacional – Arquivo Histórico; Sala de leitura; Serviço de Referência; Serviço de reprodução de documentos;
Difusão cultural (<i>online</i>)	Folhetos informativos: “Difusão. ADN” e “Atividades. ADN”
Consultado em:	29.11.2015

Ministério da Economia (ex-MEE)	
Diplomas	Decreto-Lei n.º 76/2015, de 12 de maio
Organismo responsável	Núcleo de Documentação e Arquivo (integrado na Divisão de Comunicação e Informação que, por sua vez, pertence à Direção de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas)
Site	http://www.sg.min-economia.pt/
Recursos (referidos no <i>site</i>)	Sala de leitura; Serviço de Referência; Regulamento da Sala de Leitura; Serviço de reprodução de documentos; Pesquisa de catálogos (biblioteca e arquivo)
Difusão cultural (<i>online</i>)	Secção de "Divulgação"
Consultado em:	29.11.2015

Ministério da Educação e Ciência (MEC)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 18/2012, de 31 de janeiro
Organismo responsável	Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo
Site	http://www.sec-geral.mec.pt/
Recursos (referidos no site)	Sala de Leitura; Inventário <i>online</i> do Património Museológico da Educação; Repositório Digital da História da Educação;
Difusão cultural (online)	Museu Virtual; Várias exposições “virtuais”;
Consultado em:	29.11.2015

Ministério das Finanças (MF)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 112/2012, de 27 de abril
Organismo responsável	Divisão de Arquivos (pertencente à Direção de Serviços de Arquivos e Documentação)
Site	http://www.sgmf.pt/
Recursos (referidos no site)	Arquivo e Biblioteca Digital; Sala de leitura; Serviço de leitura de microfilmes; Serviço de reprodução e de documentos (fotocópias e digitalização); Serviço de Referência;
Difusão cultural (online)	<i>Newsletter</i> (periodicidade trimestral)
Consultado em:	29.11.2015

Ministério das Justiça (MJ)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 162/2012, de 31 de julho
Organismo responsável	Direção de Serviços de Apoio Especializado, Recursos Documentais e Relações Públicas
<i>Site</i>	www.sg.mj.pt
Recursos (referidos no <i>site</i>)	Sala de leitura; Regulamento do Arquivo Histórico; Serviço de reprodução e documentos;
Difusão cultural (<i>online</i>)	Eventos Culturais no <i>Espaço Justiça</i> *
Consultado em:	29.11.2015

* Apesar de não sabermos a que serviço do Ministério da Justiça estes eventos pertencem, consideramo-los nesta lista enquanto atividades de difusão cultural, tendo por base a explicitação, que aparece no *site* da SGMJ, de que estas iniciativas são “promovidas pelos Serviços do Ministério, quer resultantes de parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, bem como de particulares”.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 10/2012, de 19 de janeiro
Organismo responsável	Divisão de Arquivo e Biblioteca (unidade orgânica pertencente ao Instituto Diplomático – Serviço da SGMNE)
<i>Site</i>	http://idi.mne.pt/pt/
Recursos (referidos no <i>site</i>)	Sala de Leitura; Catálogo <i>online</i> ;
Difusão cultural (<i>online</i>)	“Primeira Guerra Mundial”; “Segunda Guerra Mundial”; “Documentos e Efemérides”; “Vidas Pougadas”;
Consultado em:	29.11.2015

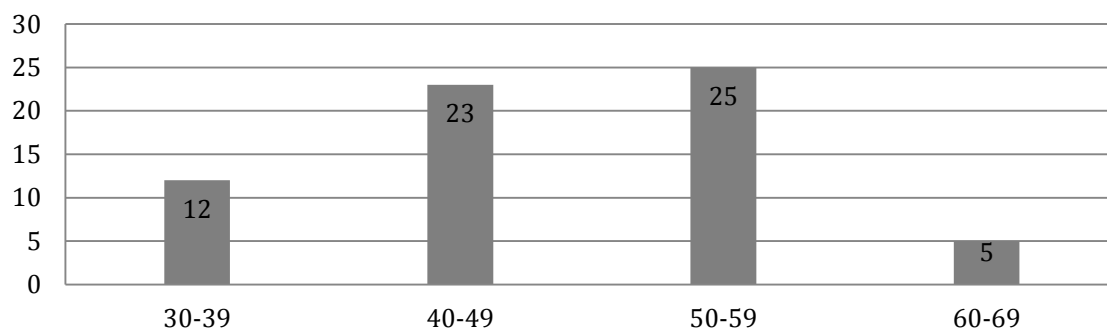
Ministério da Saúde (MS)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 23/2012, de 9 de fevereiro
Organismo responsável	Divisão de Arquivo e Sistemas da Informação (pertencente à Direção de Serviços de Gestão, Informação, Relações Públicas e Arquivo)
<i>Site</i>	www.sg.min-saude.pt/sg/default.htm
Recursos (referidos no <i>site</i>)	Não encontrado
Difusão cultural (<i>online</i>)	Não encontrado
Consultado em:	29.11.2015

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS. ex-MSSS)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 5/2014, de 30 de outubro
Organismo responsável	Núcleo de Arquivo e Documentação (pertencente à Direção de Serviços Comuns);
<i>Site</i>	www.sg.msss.pt/
Recursos (referidos no <i>site</i>)	Não encontrado
Difusão cultural (<i>online</i>)	Não encontrado
Consultado em:	29.11.2015

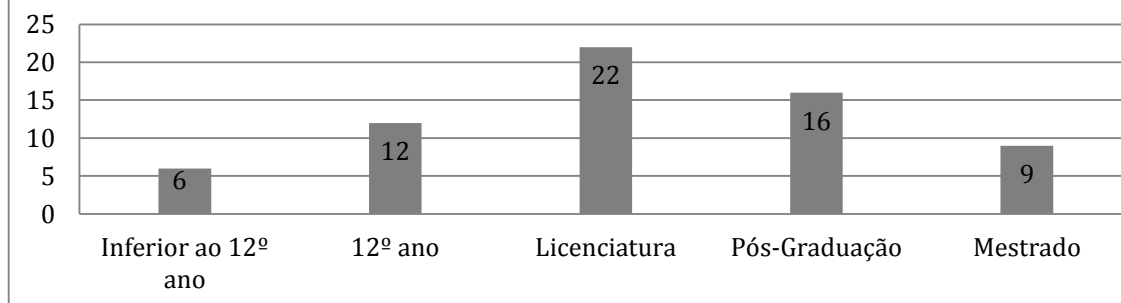
Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE. ex-MAMAOT)	
Diplomas	Decreto Regulamentar n.º 54/2014, de 9 de abril
Organismo responsável	Núcleo de Documentação e Arquivo (pertencente ao Gabinete de Sistemas de Informação, Documentação e Comunicação)
Site	http://www.sg.maote.gov.pt/
Recursos (referidos no <i>site</i>)	Não encontrado
Difusão cultural (<i>online</i>)	Não encontrado
Consultado em:	29.11.2015

Apêndice F – Questionário ao público interno

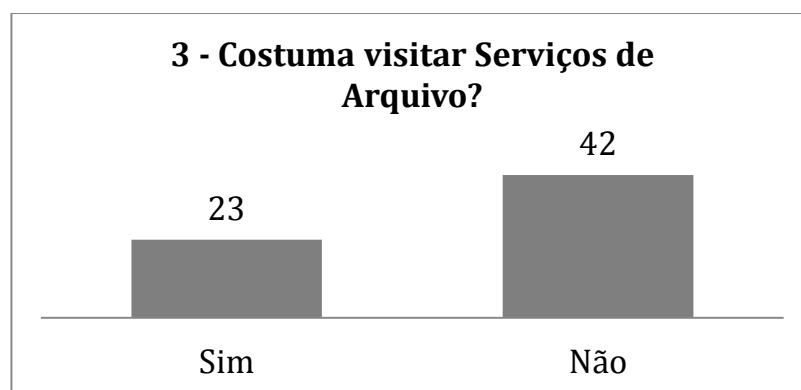
1 - Intervalos de idade



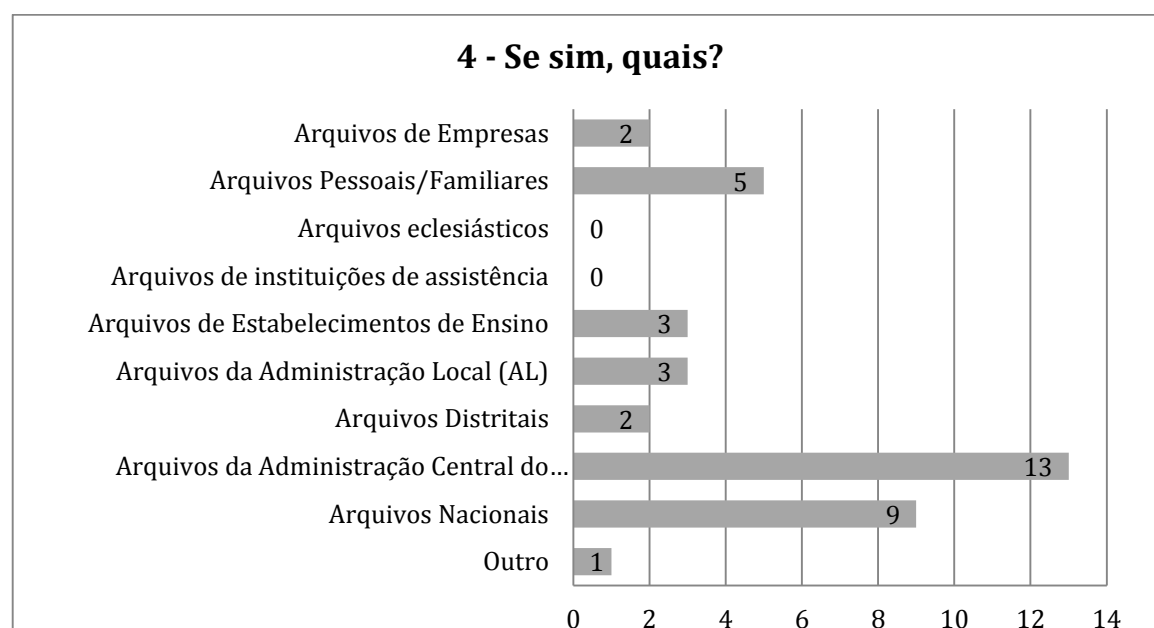
2 - Habilitações Literárias



Nas perguntas 1 a 2 procurámos conhecer o perfil do colaborador da SGMEC, mais precisamente saber a sua faixa etária e ainda as suas habilitações literárias. Deste modo, pudemos constatar que a maioria dos utilizadores que responderam se encontra na faixa etária dos 50-59 (25 respostas), seguida das faixas 40-49 (23 respostas), 30-39 (12 respostas) e, por fim, 60-69 (5 respostas). Pudemos igualmente comprovar que a maioria, constituída por 22 colaboradores, possui uma licenciatura. Em contagem inferior, seguem-se 16 utilizadores que têm pós-graduações, 12 que têm o ensino obrigatório, 9 colaboradores que têm um mestrado e, por último, 6 utilizadores que têm uma formação inferior ao 12º ano.

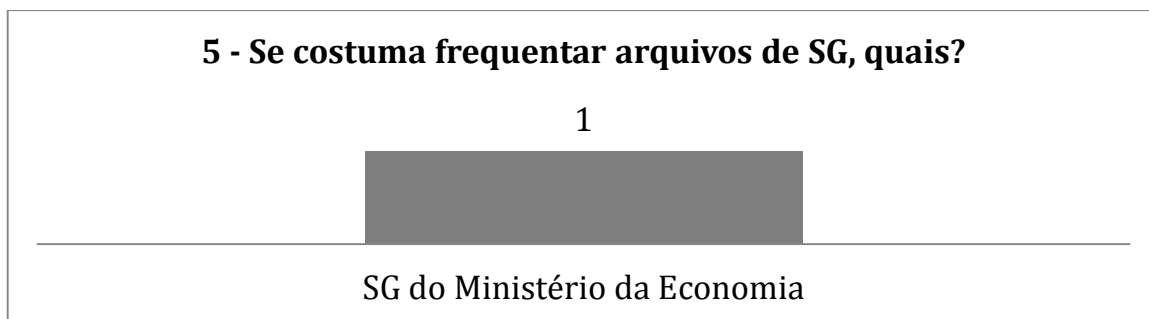


Na pergunta n.º 3 pretendemos averiguar a frequência dos colaboradores da SGMEC relativamente aos Serviços de Arquivo nos últimos 3 anos. A esta pergunta, 42 inquiridos admitiram não frequentar Serviços de Arquivo. Apenas 23 colaboradores responderam afirmativamente a esta pergunta.

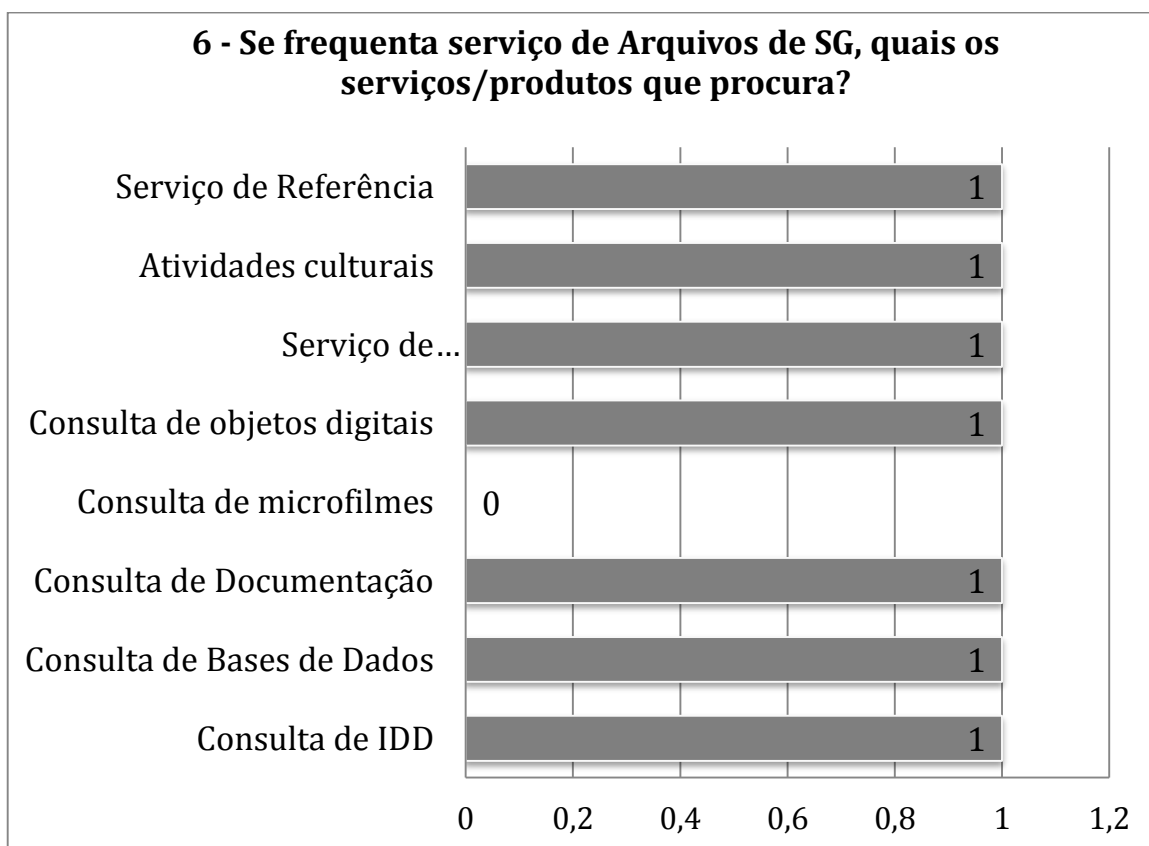


Destinada aos colaboradores que na pergunta anterior responderam positivamente, procurámos saber quais as categorias de arquivos que mais frequentam. Sendo uma pergunta de resposta múltipla, os arquivos da ACE aparecem em primeiro lugar, com um total de 13 respostas. De seguida, surgem os Arquivos Nacionais, com 9 respostas.

Em número inferior, constam os arquivos pessoais/familiares, com 5 respostas, os arquivos de Estabelecimentos de Ensino e os Arquivos da AL, ambos com 3 respostas cada, e ainda os Arquivos Distritais e os Arquivos de Empresas, com 2 respostas cada. A opção “Outro” foi preenchida por 1 dos colaboradores da SGMEC, adicionando à lista de opções a categoria de Arquivos Militares.

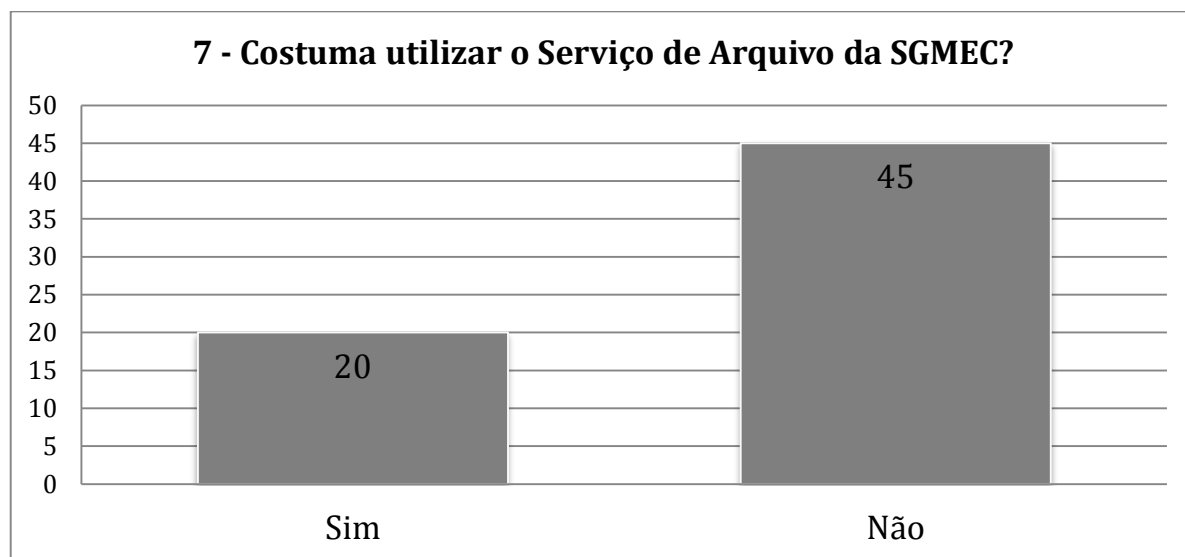


Aos 13 colaboradores que na pergunta anterior selecionaram a opção de frequência de Serviços de Arquivo da ACE, procurámos saber especificamente se costumavam frequentar Serviços de Arquivo de Secretarias-Gerais, à exceção da SGMEC. Apenas um colaborador respondeu que frequentava o Serviço de Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

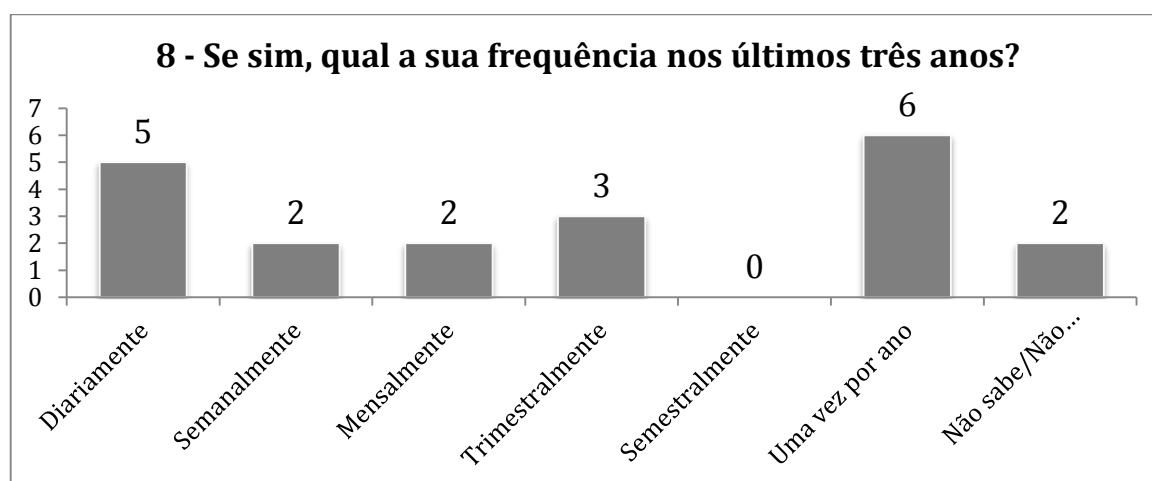


Dado que apenas um colaborador respondeu à pergunta anterior, e visto esta pergunta referir-se aos tipos de produtos/serviços que são mais procurados nos Serviços de Arquivos de outras Secretarias-Gerais, permitindo assim resposta múltipla,

consideramos que esta única resposta não é tão reveladora quanto pretendíamos que fosse. Contudo, podemos observar que, à exceção da consulta de microfilmes, este colaborador procura todos os produtos/serviços que listámos enquanto opções.

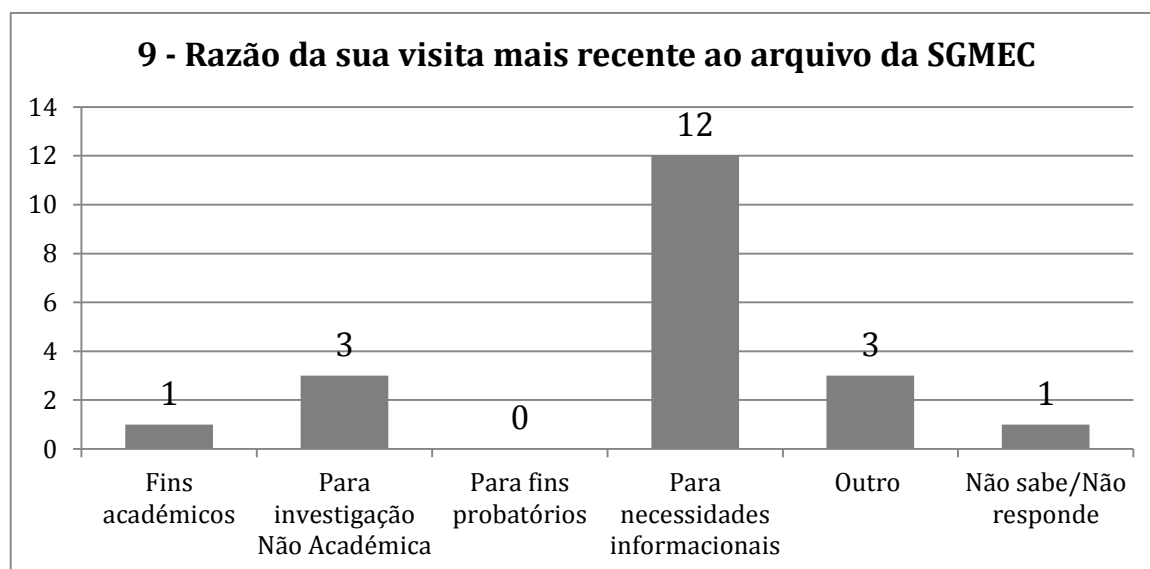


Direcionando as perguntas para o microambiente da SGMEC, com a pergunta n.º 7 procurámos saber quantos colaboradores costumam utilizar o Serviço de Arquivo do seu Ministério. Neste sentido, 20 colaboradores (31%) utilizam o Serviço de Arquivo ao passo que a maioria, cerca de 45 colaboradores (69%) afirmam que não fazem uso desse serviço.



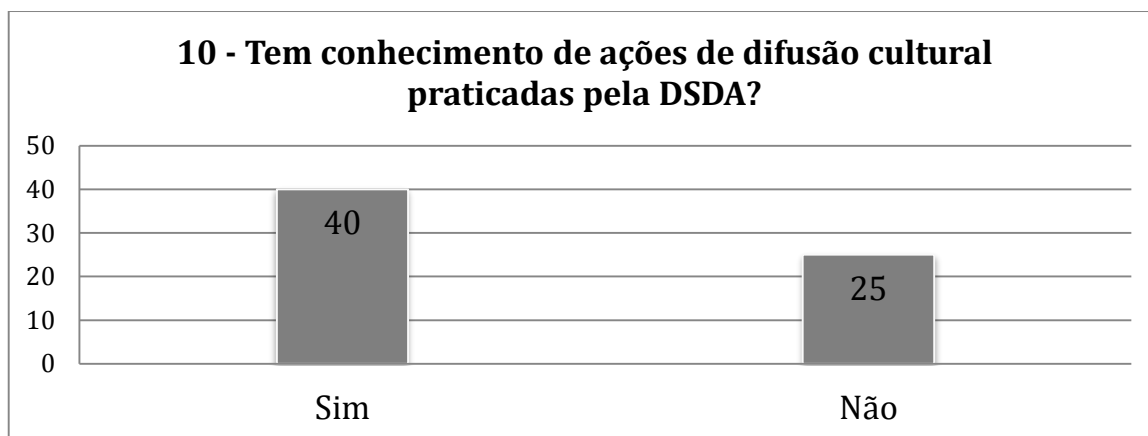
Aos 20 utilizadores que na pergunta anterior afirmaram utilizar o Serviço de Arquivo da SGMEC, procurámos saber com que frequência o fazem. A maioria, contando com 6 colaboradores, assume que apenas visita o arquivo da SGMEC anualmente. Contrariamente, 5 colaboradores afirmam que o visitam diariamente. De seguida, 3 colaboradores declaram que utilizam o Serviço de Arquivo trimestralmente. Em igual

número, apresentam-se os colaboradores que visitam o arquivo semanal e mensalmente, contando com 2 colaboradores cada. Por fim, temos 2 colaboradores que não sabem precisar a sua frequência e/ou preferem não responder.



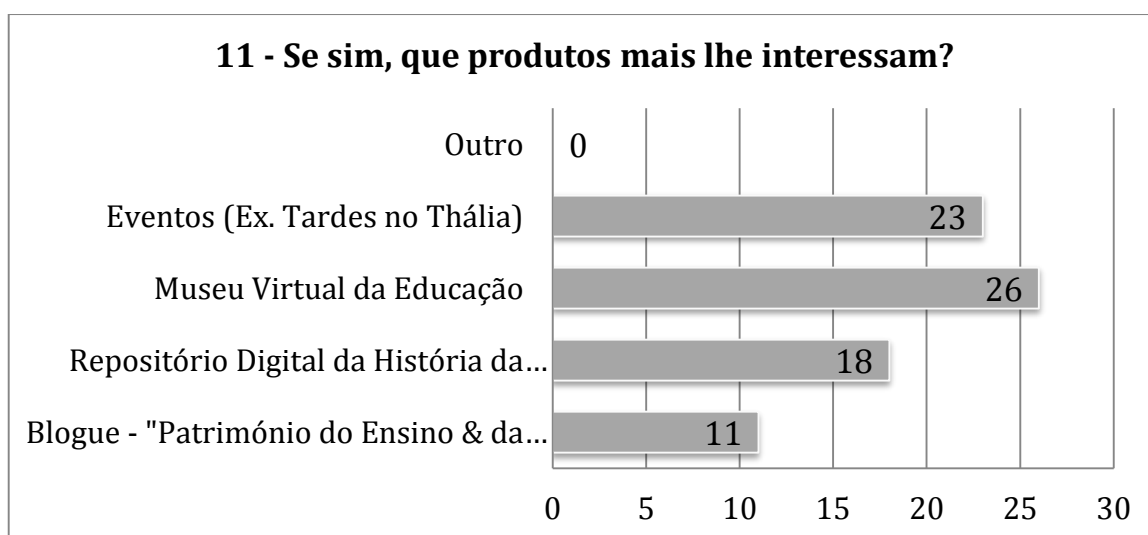
Ainda direcionada aos colaboradores que frequentam o arquivo da SGMEC, indagámos a razão pela qual procuraram, na sua mais recente visita, o respetivo serviço. A maioria das respostas, composta por 12 colaboradores, afirmou visitar o arquivo da SGMEC para colmatar necessidades informacionais de carácter profissional.

Em número significativamente inferior, 3 colaboradores afirmam utilizar o arquivo para fins de investigação não académica. Também com 3 respostas apresenta-se a opção “Outro” que, constituindo um campo de escrita livre, pudemos constatar que 2 dessas respostas se prendem com o exercício de funções no próprio arquivo e 1 se prende com a “consulta de processos”, não deixando claro se essa consulta se destina para fins académicos, para fins de investigação não académica ou para fins de exercício da própria profissão. Por último, 1 dos colaboradores não soube especificar ou preferiu não responder a esta questão.

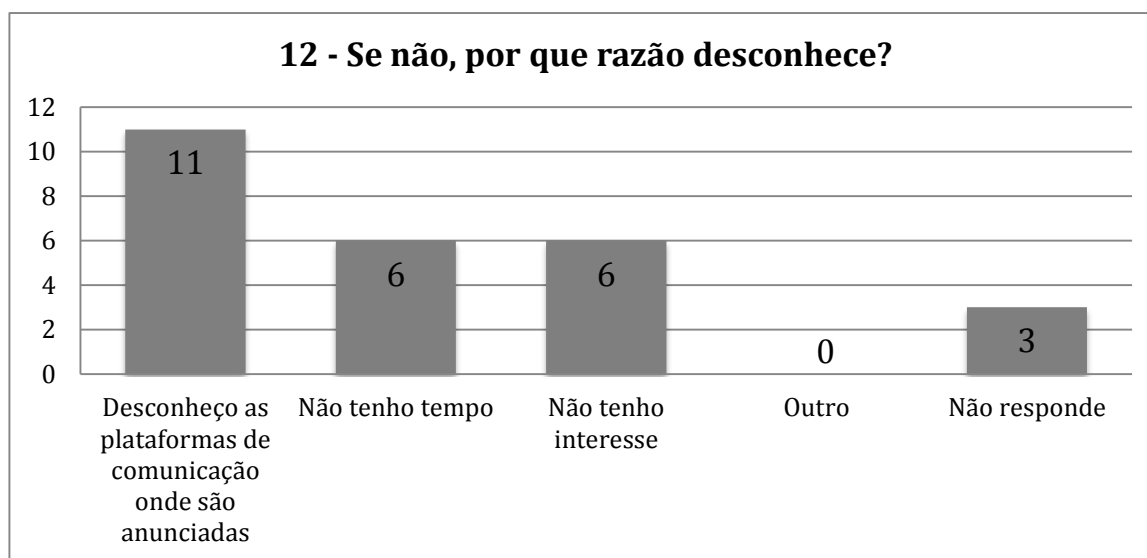


Novamente direcionada para a totalidade dos colaboradores, pretendemos verificar se existe um reconhecimento das ações de difusão cultural praticadas pela Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo (DSDA) que, tal como a sua designação o indica, é responsável pelo arquivo da SGMEC.

Tal como se pode confirmar no gráfico, 40 colaboradores (cerca de 62 %) reconhecem as ações de difusão cultural, contrastando com 25 colaboradores (cerca de 38 %) que não conhecem as respetivas ações.



Aos colaboradores que conheciam as ações de difusão cultural da DSDA, procurámos saber quais os produtos que achavam mais interessantes. Sendo uma pergunta que permitia resposta múltipla, as respostas evidenciaram uma preferência pelo Museu Virtual da Educação, com um total de 26 resposta. Muito perto da liderança, encontram-se os Eventos, como as Tardes no Thália, com 23 respostas. De seguida, o Repositório Digital da História da Educação com 18 respostas e, por último, o Blogue “Património do Ensino & da Educação”, com apenas 11 respostas.



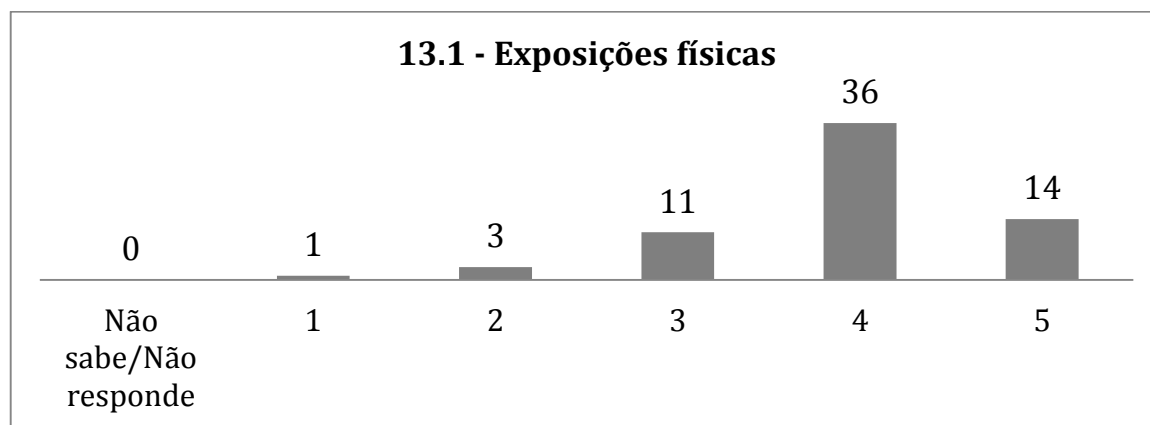
Aos colaboradores que desconheciam as ações de difusão cultural da DSDA, procurámos perceber o porquê. Sendo igualmente uma pergunta que permitia resposta múltipla, a maioria dos colaboradores, contando com 11 respostas, afirmou não conhecer as plataformas de comunicação utilizadas pela DSDA para anunciar as suas atividades.

As opções que se seguem, mais concretamente “não tenho tempo” e “não tenho interesse”, registam-se de forma empatada, ambas com 6 respostas.

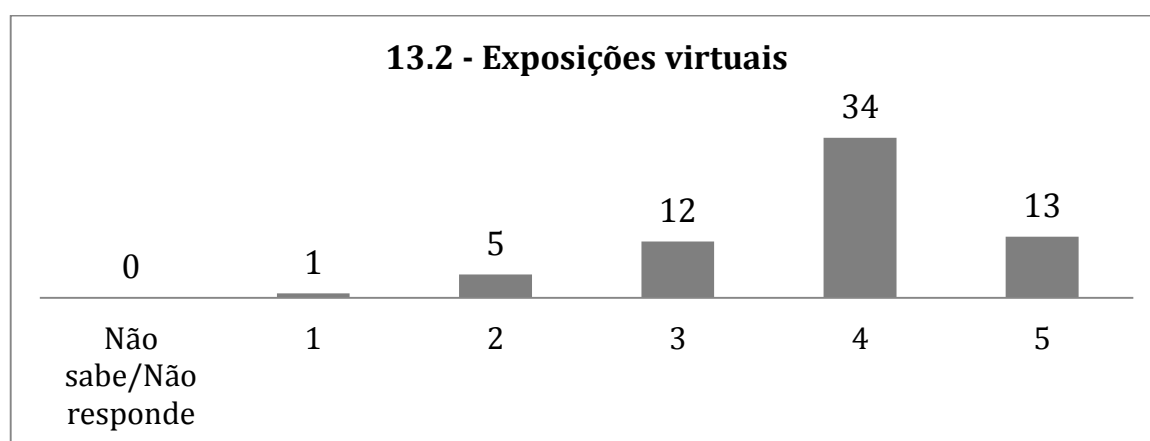
Por fim, temos ainda 3 colaboradores que optaram por não responder a esta questão, pelo que a razão do seu desconhecimento das ações de difusão cultural da DSDA permanece uma incógnita.

13 – Qual o seu interesse pelas seguintes ações de difusão cultural:

A pergunta n.º 13 tornou-se uma das perguntas mais importantes de todo este questionário. É uma pergunta que se desmultiplica em outras dez e nas quais convidámos o colaborador da SGMEC a avaliar algumas ações de difusão cultural. Para tal pedimos aos inquiridos que avaliassem de 1 a 5 todas as opções listadas, sendo que por 1 se considera “não tenho interesse algum” e por 5 se entende “tenho muito interesse”



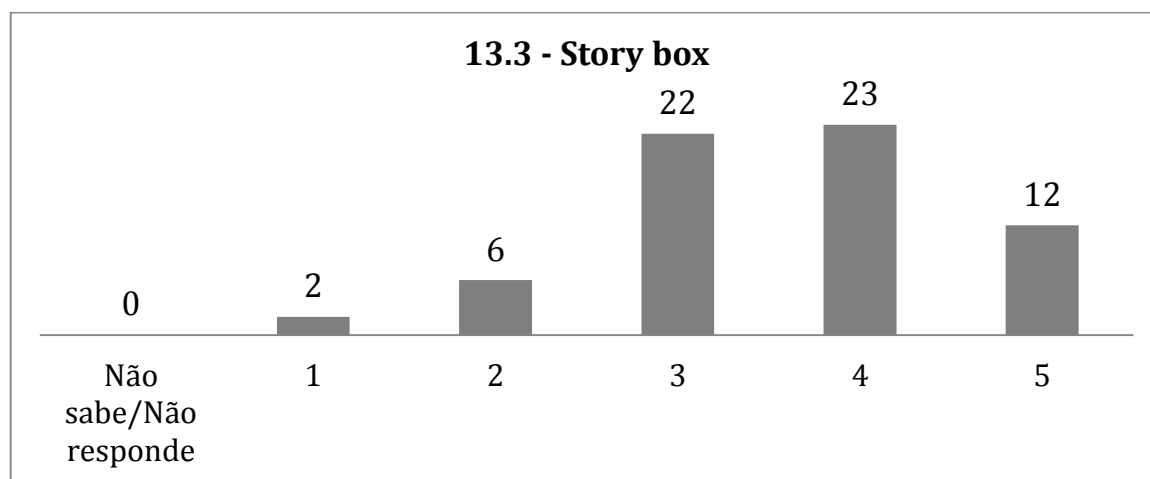
Na pergunta 13.1 questionámos o interesse sobre exposições físicas. O *feedback* que obtivemos foi bastante positivo, pois 36 colaboradores (55%) afirmam ter algum interesse por este tipo de ação. Seguem-se 14 colaboradores (22%) que assinalaram ter muito interesse. Em nota menos positiva seguem-se 11 colaboradores (17%) que são indiferentes, 2 (3%) que afirmam ter pouco interesse e 1 (2%) que declara não ter qualquer interesse por este tipo de iniciativa.



O *feedback* foi igualmente positivo no que respeita às exposições virtuais. Relativamente ao gráfico anterior verificou-se uma pequena descida de 36 para 34 colaboradores (52%) que afirmam ter algum interesse por este tipo de exposição.

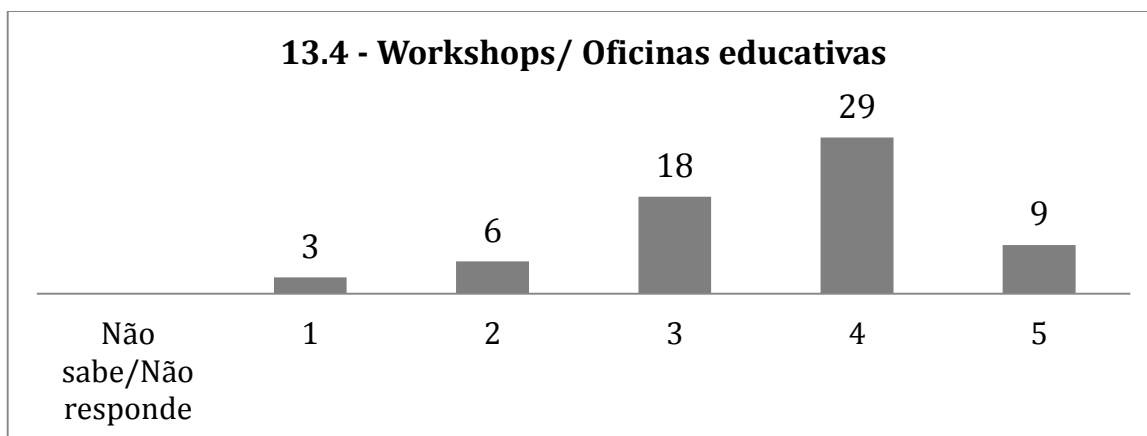
Verifica-se igualmente uma pequena descida relativamente aos utilizadores que deram a pontuação máxima a esta ação de difusão cultural, passando de 14 para 13 colaboradores (20%).

Por outro lado, a indiferença, com 12 votos (18%), e o pouco interesse, com 5 votos (8%), subiram ligeiramente. O desinteresse total por este tipo de exposição virtual manteve-se com a votação de 1 colaborador (2%).



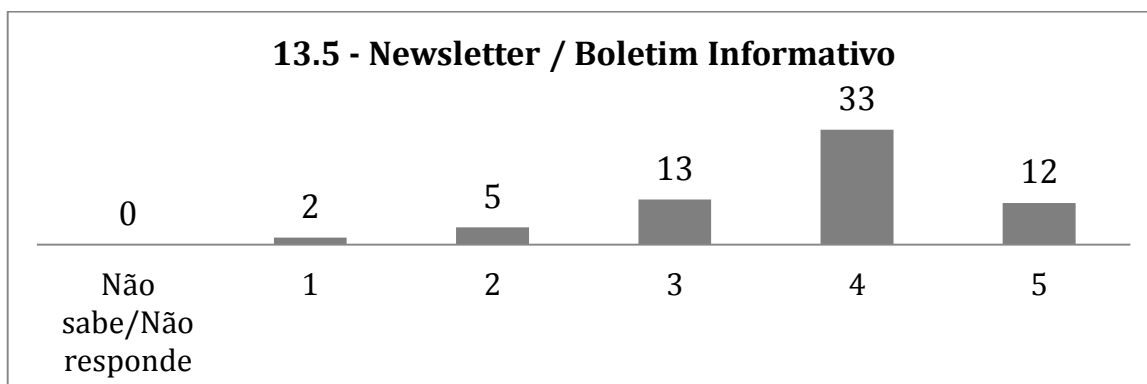
Relativamente à *story box*, um conceito utilizado pelos Arquivos Nacionais Britânicos que consiste na realização de pequenas tertúlias gratuitas sobre um determinado tema, pudemos constatar que o nível de indiferença (34%) aumentou cerca de 50% relativamente às duas ações de difusão cultural anteriores. Podemos, no entanto, afirmar que ainda assim existe uma maioria composta por 23 colaboradores (35%) que tem algum interesse e também um grupo de 12 colaboradores (18%) que tem muito interesse nesta atividade.

Contrariamente, existem 6 colaboradores (9%) que afirmam ter pouco interesse nesta iniciativa e também 2 colaboradores (3%) que não têm interesse algum por estas *story box*.



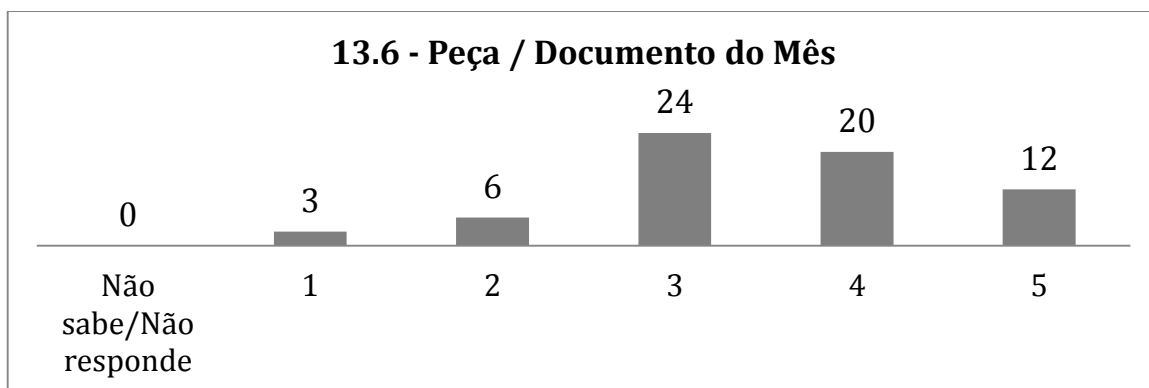
Relativamente aos *Workshops* / Oficinas educativas conseguimos identificar uma maioria, constituída por 29 colaboradores (45 %), que tem algum interesse nestas atividades e ainda um núcleo de 9 colaboradores (14%) que tem muito interesse.

O nível de indiferença continua a ser significativo (28%), porém não tanto quanto o observado na iniciativa *story box*. Contudo mantém-se o pouco interesse registado no gráfico anterior (9%) e aumentou, em cerca de 1 colaborador, o desinteresse por esta atividade (5%).



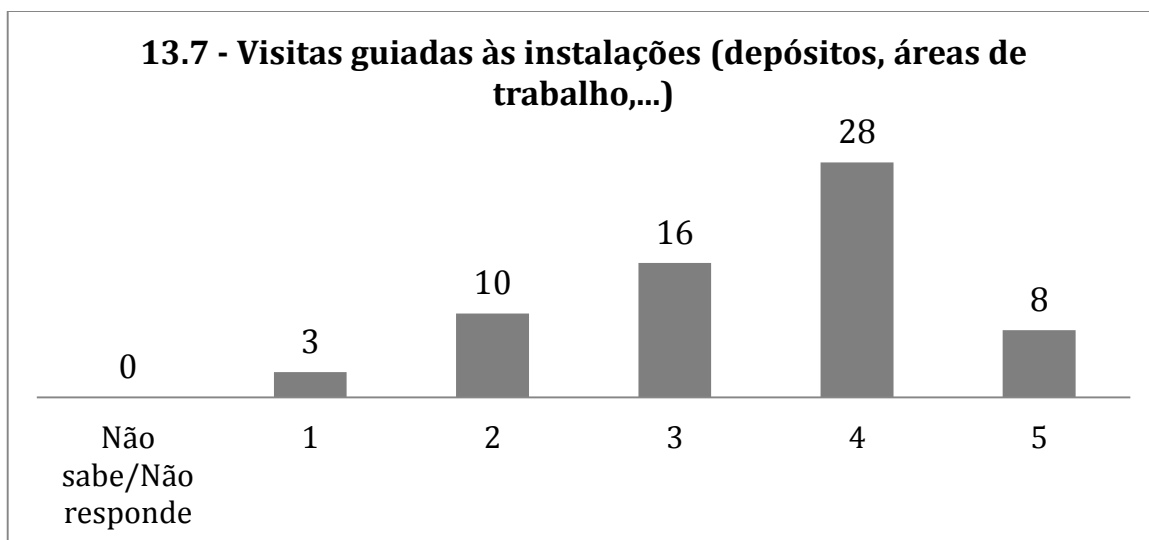
Relativamente às *Newsletters* / Boletim Informativo, conseguimos rapidamente identificar uma maioria composta por 33 colaboradores (51%) que parece ter algum interesse por este tipo de iniciativas. Ainda no nível positivo da avaliação, encontramos cerca de 12 colaboradores (18%) que afirmam ter muito interesse neste tipo de produto.

No que respeita ao nível de indiferença, é possível verificar que houve uma descida significativa relativamente ao gráfico anterior, de 18 colaboradores (cerca de 28 %) para os atuais 13 (20 %). Os níveis 1 e 2 das opções de avaliação também sofreram uma ligeira descida relativamente ao gráfico anterior, contando agora com 2 (3%) e 5 colaboradores (8%), respetivamente.



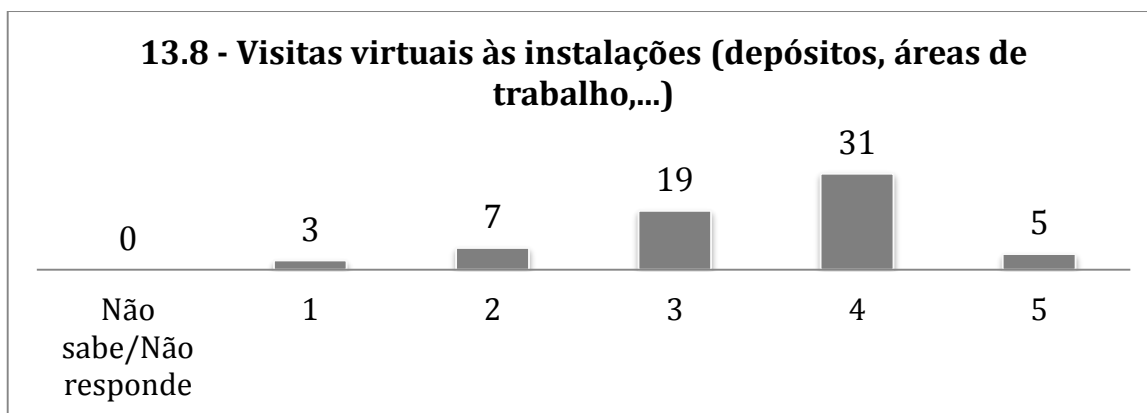
Relativamente à peça/documento do mês, é notório reparar que o nível de indiferença é o mais elevado de todas as opções listadas até agora, contando com a votação de 24 colaboradores (37%). Contudo, não deixamos de verificar que ainda existem colaboradores interessados nesta iniciativa, nomeadamente 20 que a avaliam com 4 (31 %) e 12 colaboradores que avaliam com 5 (18%).

Quanto às pontuações negativas, registamos uma pequena subida em cada uma delas relativamente ao gráfico anterior, mais concretamente 3 colaboradores (5%) afirmam não ter interesse algum por esta atividade e 6 colaboradores (9%) declaram ter pouco interesse por esta iniciativa.



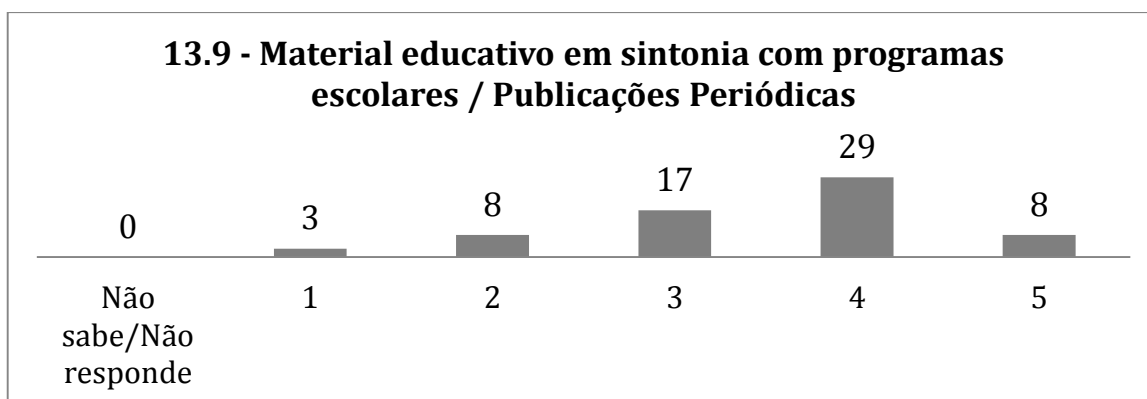
No que respeita às visitas guiadas às instalações do arquivo da SGMEC, verificamos que existe uma maioria, constituída por 28 colaboradores (43 %), têm algum interesse neste tipo de iniciativa e apenas 8 têm muito interesse (12%).

Por outro lado, existem também 16 utilizadores que são indiferentes (25%), 10 colaboradores que têm pouco interesse (15%) e ainda 3 colaboradores que não têm qualquer interesse nesta iniciativa (5%).

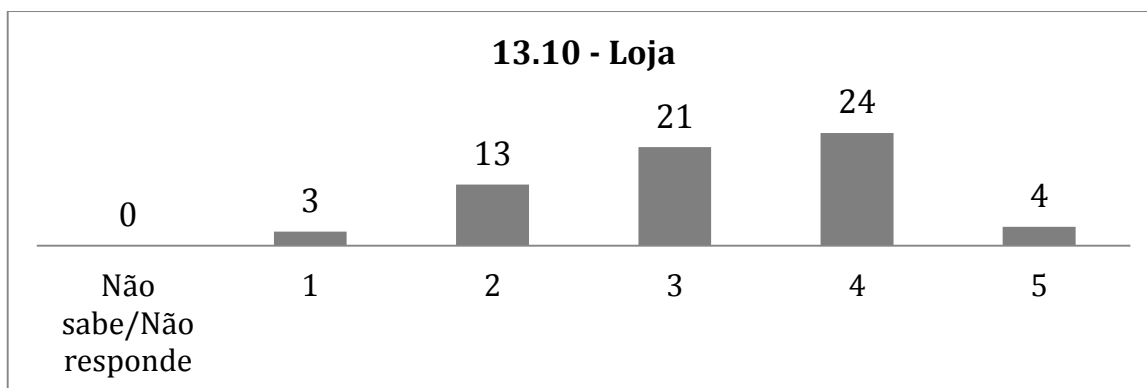


Ainda relativamente às visitas às instalações, mas desta vez feitas de forma virtual, pudemos constatar que o nível de algum interesse, votado por 31 colaboradores (48%), subiu relativamente ao gráfico anterior, porém o nível de muito interesse desceu ligeiramente, de 8 utilizadores para os atuais 5 (8%). Reparámos ainda que o nível de indiferença também subiu ligeiramente, de 16 para 19 votos de utilizadores (29%).

Das votações negativas destacamos a ligeira descida dos colaboradores que têm pouco interesse nesta iniciativa, contabilizando um total de 7 colaboradores (11%). Por último, manteve-se o mesmo número de utilizadores que não tem qualquer por este tipo de visitas virtuais (5%).



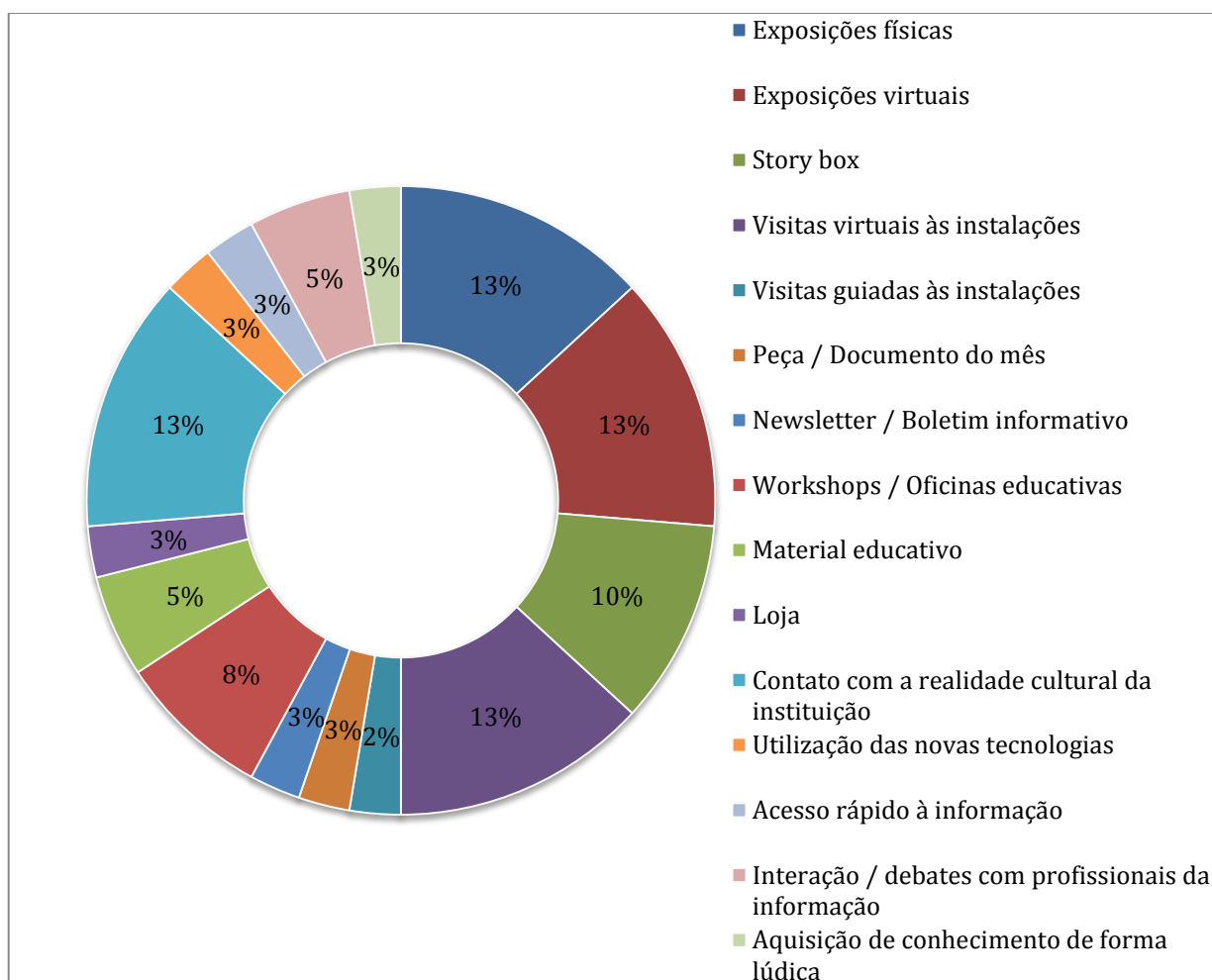
Relativamente a este tipo de iniciativa, registamos uma maioria que parece ter algum interesse, contabilizando um total de 29 colaboradores (45%). De seguida, registamos o nível de indiferença dos colaboradores, contando-se um total de 17 votos (26%). Em igualdade, contabilizamos o pouco interesse e o muito interesse votado por um total de 16 colaboradores, sendo que cada uma destas opções recebeu o voto de 8 colaboradores (12%). E, por último, mantém-se o mesmo nível de total desinteresse por parte de 3 colaboradores d SGMEC.



Relativamente à iniciativa de loja, idealizada enquanto um espaço no qual se pudesse fazer uma difusão cultural de alguns documentos relevantes do património histórico da educação, notamos uma maioria que parece ter algum interesse neste tipo de iniciativa, contando com 24 votos (37%). Muito perto da liderança vemos igualmente um elevado nível de indiferença por este tipo de espaço, contando com 21 votos por parte dos colaboradores da SGMEC (32%). A partir deste gráfico conseguimos ainda identificar que o número de utilizadores (4) que votou com a pontuação máxima para esta iniciativa (6%) baixou consideravelmente em relação a todas as outras iniciativas, sendo mesmo aquela que regista um menor número de votos de nível 5. A argumentar o “desencanto” por esta iniciativa registam-se 13 votos de colaboradores que afirmam ter pouco interesse (20%) e ainda 3 votos de colaboradores que não têm qualquer interesse (5%).

14 – Das atividades de difusão cultural acima referidas, especifique o que mais lhe agrada

A pergunta 14 foi construída para dar oportunidade aos colaboradores da SGMEC de expressarem a sua opinião sobre as iniciativas e ações de difusão cultural aqui propostas. Dado tratar-se de uma pergunta aberta, constatámos que as respostas recolhidas tanto podem ser a indicação de uma ou mais opções anteriormente mencionadas como também qualidades mais gerais das respetivas opções. E dado tratar-se de uma pergunta de cariz opcional, verificamos uma baixa taxa de resposta face ao número de inquiridos — num universo de 65 respostas válidas a este inquérito, nesta pergunta apenas registamos o *feedback* de 22 colaboradores (38 % das respostas).

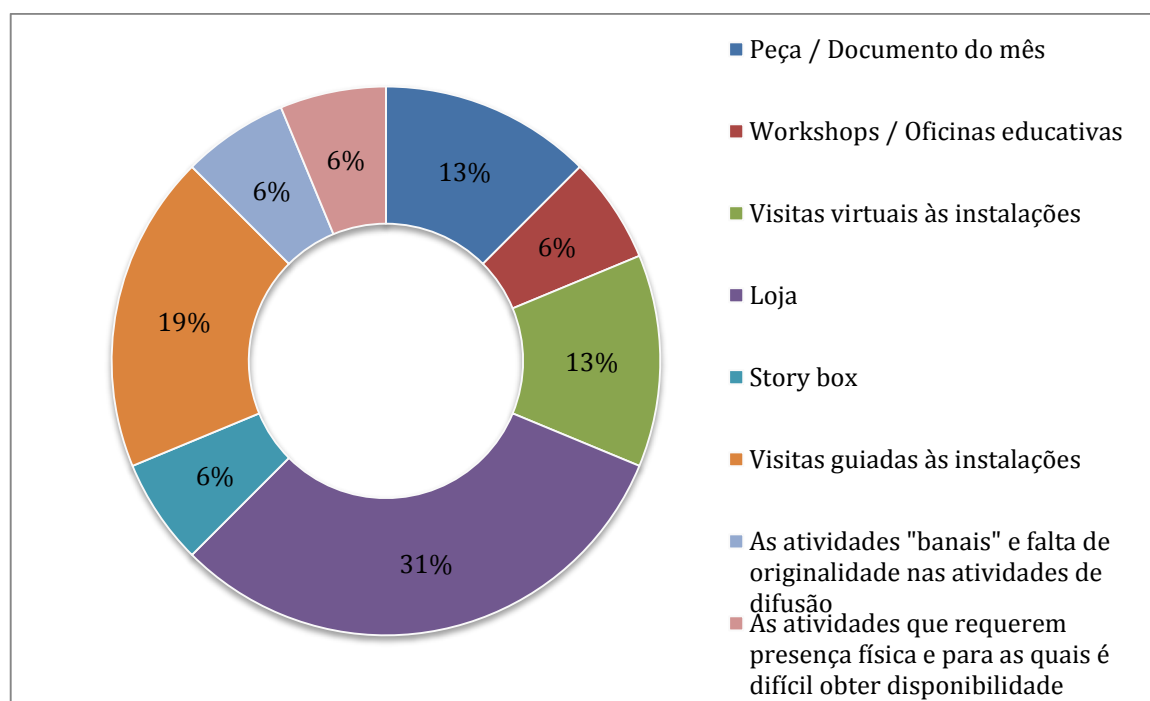


Podemos constatar que as atividades de maior interesse para os colaboradores da SGMEC são as exposições físicas e virtuais e as visitas virtuais às instalações, cada uma contando com 5 nomeações (13%). As *story box* contam com 4 votações (10%), os *workshops/oficinas* educativas com 3 (8%), o material educativo com 2 (5%) e as restantes opções com 1 nomeação cada – *newsletter*/boletim informativo, peça/documento do mês, loja e as visitas guiadas às instalações (3%).

Relativamente a atributos mais gerais das atividades de difusão cultural, consideramos o contacto com a realidade cultural da instituição a característica de maior interesse para os colaboradores da SGMEC, contando com 5 votações (13%). Com duas respostas (5%) registamos a interação/debates com os profissionais da informação e por último, contando com um número igual de respostas, registam-se a utilização de novas tecnologias, o acesso rápido à informação e a aquisição de conhecimento de forma lúdica com 1 votação cada (3%).

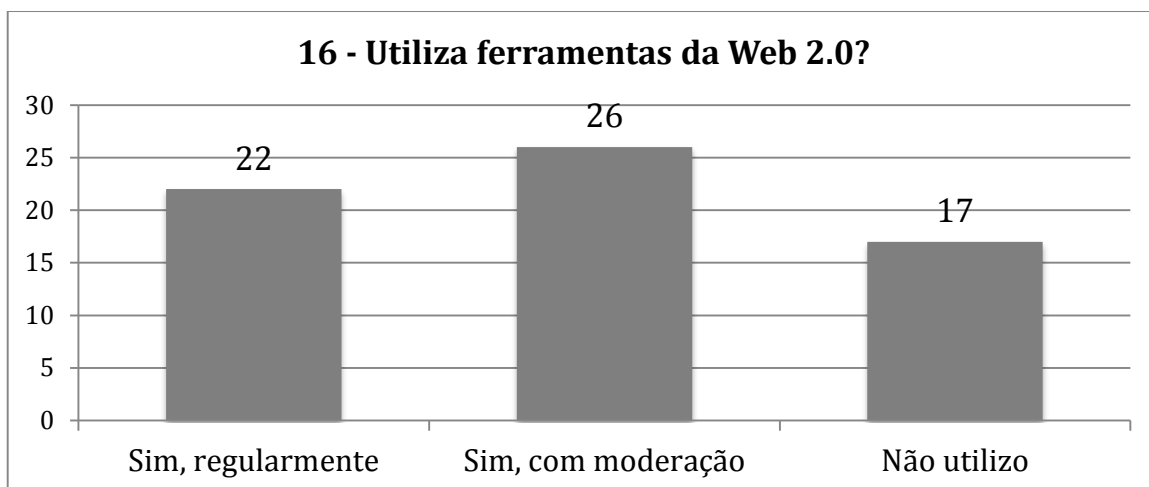
15 – Das atividades de difusão cultural acima referidas, especifique o que lhe desagrada

À semelhança da pergunta anterior, também a pergunta n.º 15 é aberta e de cariz opcional, o que se constata nas 14 respostas obtidas (22%). Assinalamos igualmente que as respostas aqui registadas tanto são de carácter nominativo quanto qualitativo.

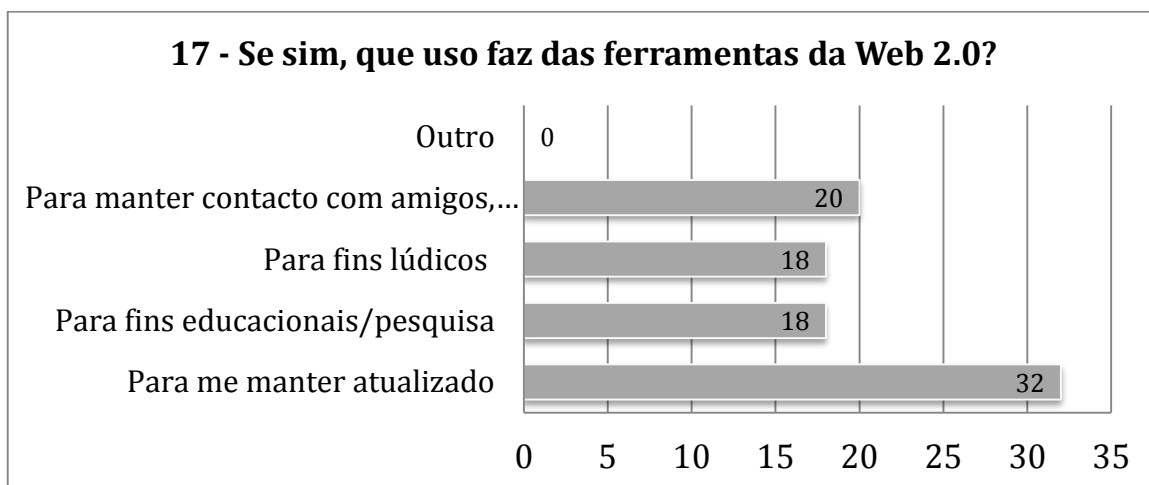


Destacamos, de forma notória, o grande desinteresse pela opção “Loja”, contando com cinco votações dos colaboradores da SGMEC (31%). De seguida registamos o desinteresse pelas visitas guiadas às instalações com 3 votações (19%), da peça/documento do mês e das visitas virtuais às instalações, ambas com 2 respostas (13%). Por último, também empatados, encontram-se os *workshops*/oficinas educativas e as *story box* com 1 resposta cada (6%).

Em termos de características destacamos as “atividades banais” e a falta de originalidade e ainda o facto de nem sempre se ter disponibilidade para comparecer às várias atividades de difusão cultural presenciais, ambas com 1 resposta cada (6%).

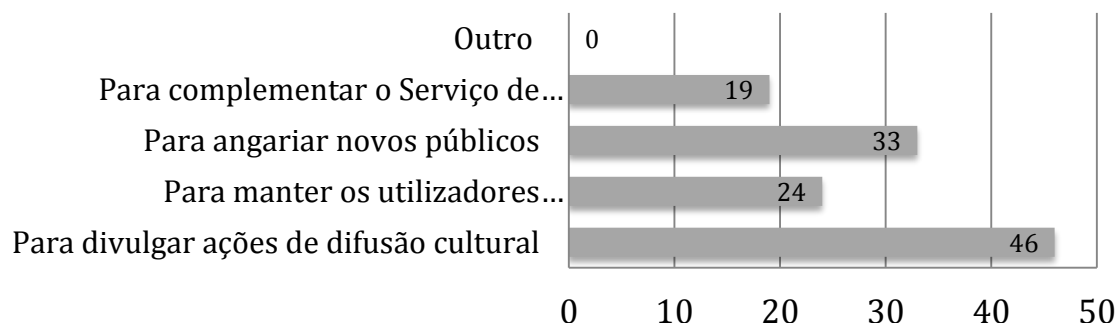


Tendo em conta que uma grande parte da difusão cultural passa, atualmente, pela utilização das ferramentas da Web 2.0, procurámos saber quantos colaboradores da SGMEC fazem uso destas ferramentas. Ao visualizarmos o gráfico, percebemos que existe uma maioria, composta por 26 colaboradores (40%), que utiliza estas aplicações com moderação, um segundo grupo composto por 22 colaboradores que as utiliza regularmente (34 %) e, por fim, um grupo constituído por 17 funcionários que não as utiliza (26%).



Aos colaboradores que na pergunta anterior responderam que usam ferramentas da Web 2.0, num total de 48 funcionários, procurámos saber a razão pela qual as utilizam. Sendo uma pergunta que permitia resposta múltipla, ao visualizar o gráfico notamos que a maioria, composta por 32 colaboradores, utiliza-as para se manter atualizado. De seguida, observamos que cerca de 20 colaboradores utilizam estas ferramentas para manter contacto com amigos e colegas. Por último, o gráfico mostra-nos ainda a igualdade entre os fins lúdicos e os fins educacionais/pesquisa, contando com 18 votações cada.

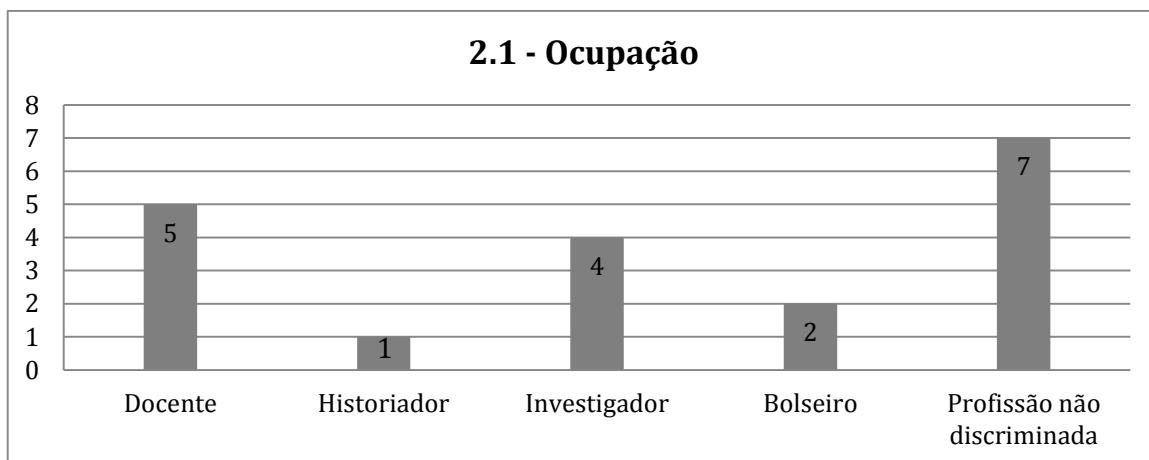
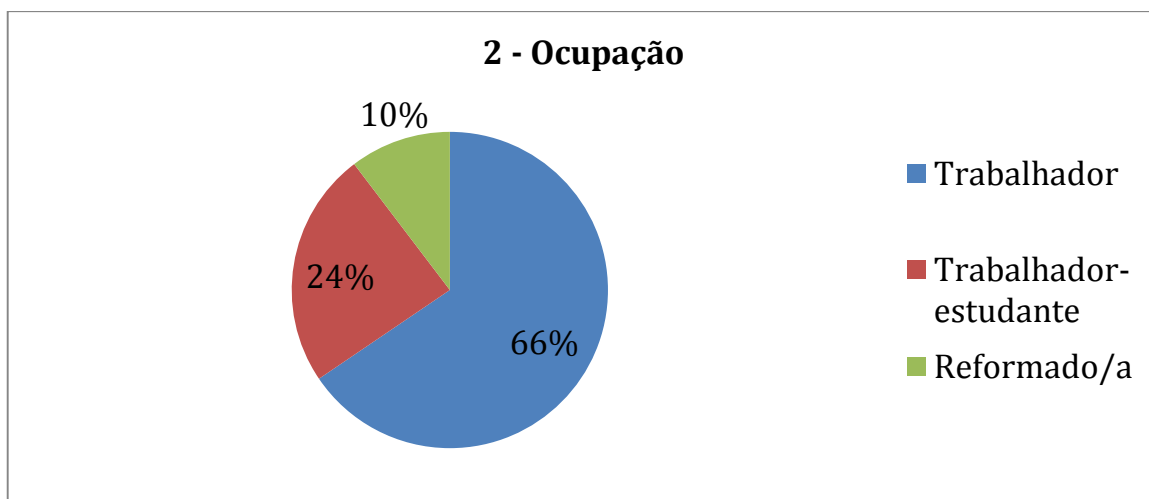
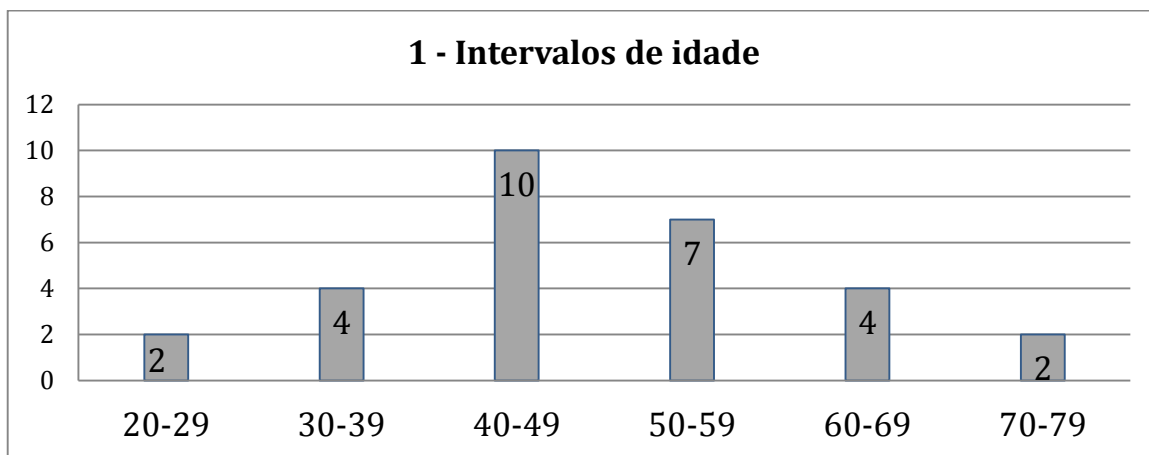
18 - De que forma o Arquivo da SGMEC pode beneficiar da utilização das ferramentas da web 2.0?

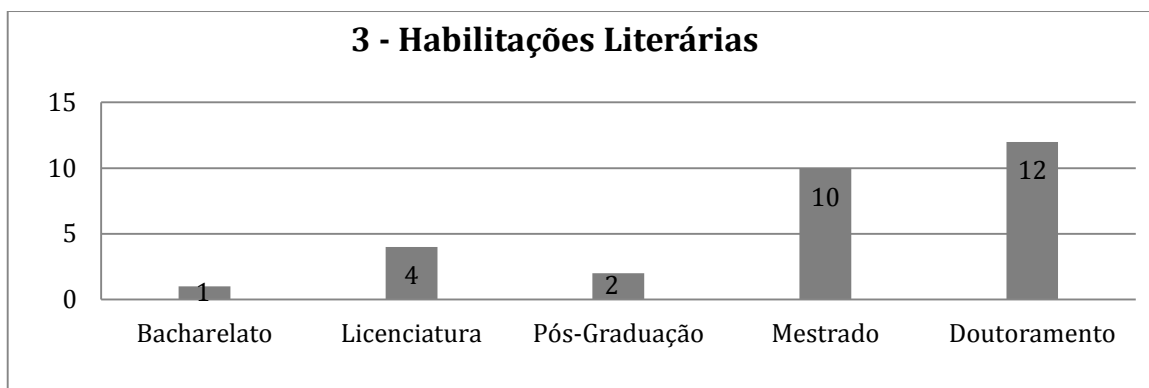


A última questão, direccionada para todos os funcionários da SGMEC, pretendeu saber de que forma a SGMEC, mais precisamente a DSDA, pode beneficiar da utilização deste tipo de ferramentas. Sendo também uma pergunta que permitia a resposta múltipla, podemos observar através do gráfico que a maioria dos utilizadores (48) acha que estas ferramentas podiam auxiliar no que respeita à divulgação de ações de difusão cultural. Uma opção também bastante votada por metade do total dos inquiridos (33) foi a possibilidade de angariar novos públicos. De seguida notamos a capacidade de manter os utilizadores interessados, votada por 24 funcionários, podendo assim manter um diálogo institucional mais próximo dos seus atuais utilizadores. E, por último, a possibilidade de complementar o Serviço de Referência, mencionada por 19 colaboradores da SGMEC.

Apêndice G – Questionário ao público externo

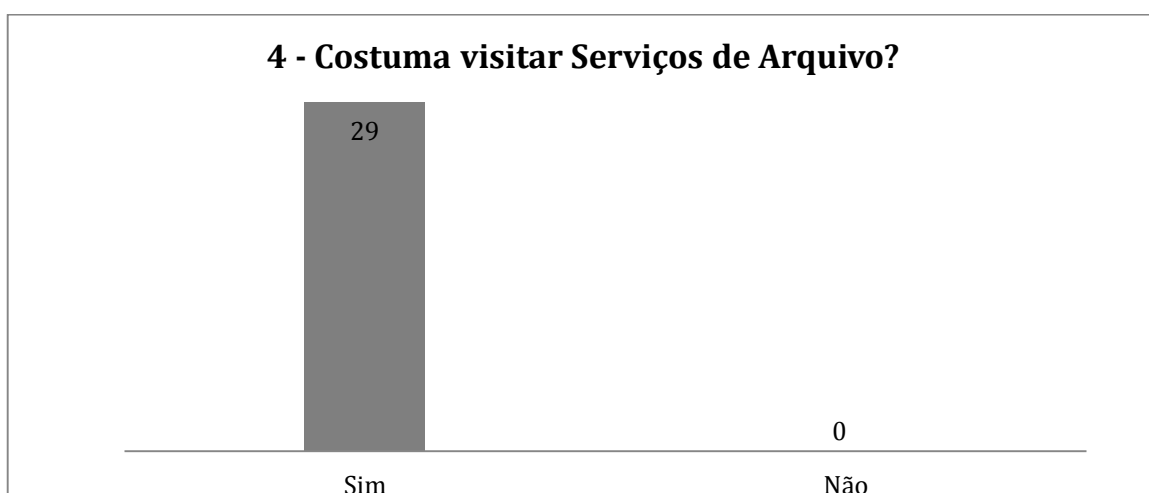
Nas perguntas 1 a 3 pretendemos caraterizar o utilizador externo. Estas primeiras perguntas destinam-se a averiguar a sua faixa etária, a sua ocupação e ainda as suas habilitações literárias.





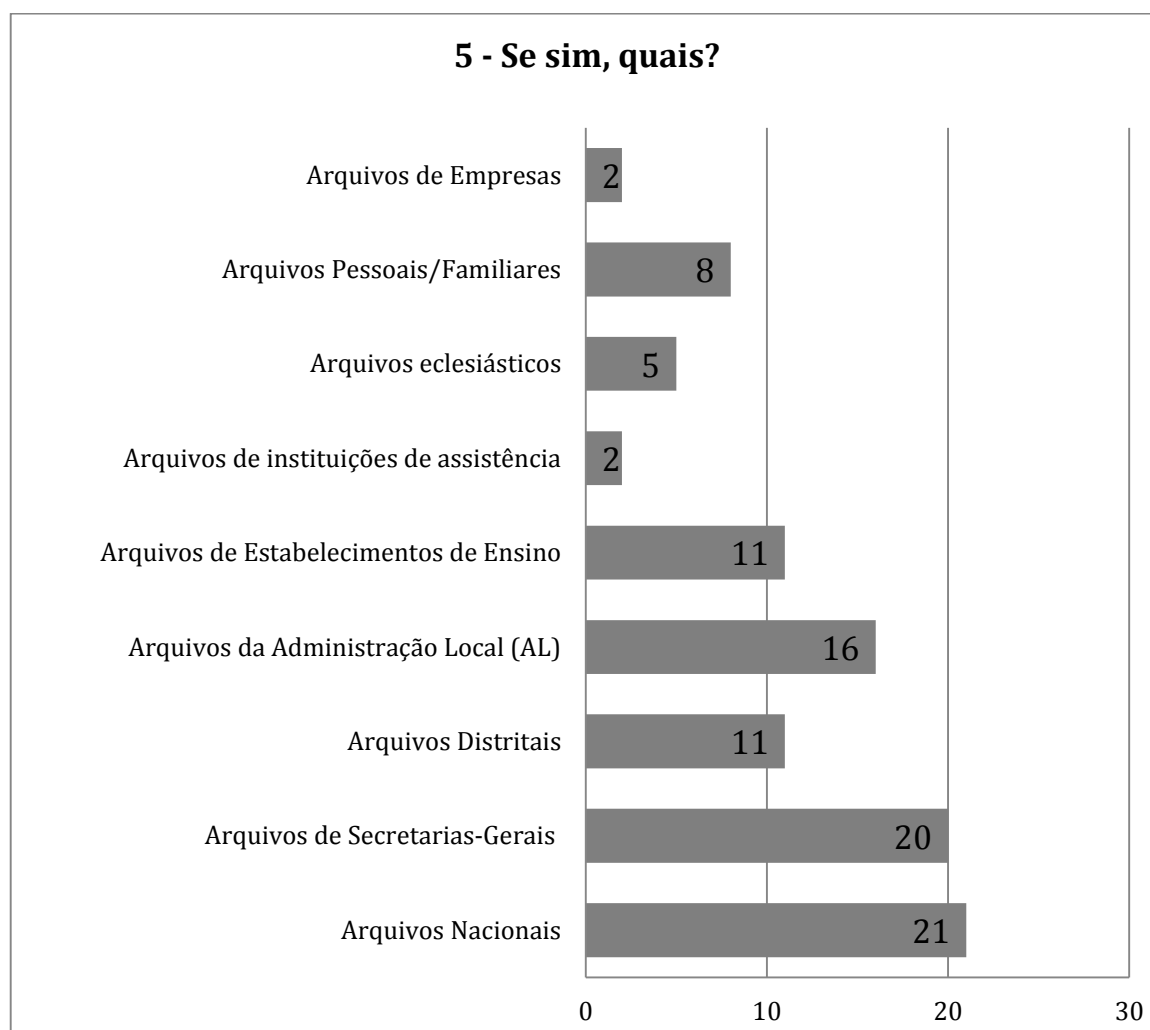
Nestas perguntas introdutórias pudemos constatar que a maioria dos utilizadores (10) se encontra na faixa etária dos 40-49 anos, seguida da faixa etária dos 50-59 anos (7). Segue-se um empate das faixas etárias 30-39 e dos 60-69 (4) e, por último, igualmente empatadas, as faixas etárias 20-29 e 70-79 (2). Pudemos igualmente verificar que a maioria dos utilizadores, cerca de 66 %, tem uma ocupação ativa. Incluímos nesta percentagem tanto os 7 utilizadores que não especificaram a sua ocupação como também aqueles que o fizeram, sendo que 5 são docentes, 4 são investigadores, 2 são bolseiros e 1 é historiador.

Relativamente às habilitações literárias, pudemos constatar que existe uma predominância do curso de doutoramento com cerca de 12 utilizadores, seguido pelo curso de mestrado que conta com 10 utilizadores. Seguem-se, em contagem inferior, os 4 utilizadores que têm licenciatura, 2 que têm pós-graduação e, por fim, 1 que tem bacharelato.

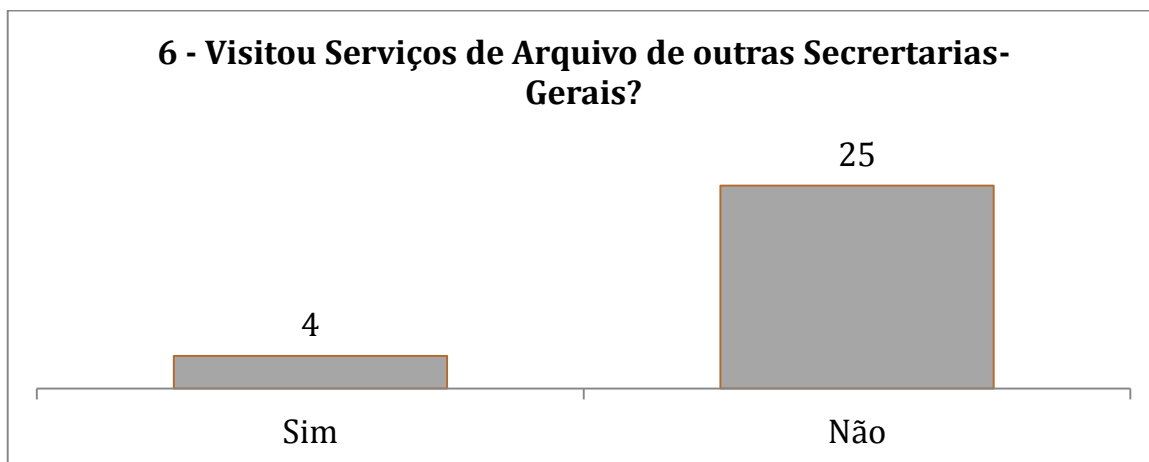


Na pergunta n.º 4 pretendemos averiguar a frequência dos utilizadores, durante os últimos três anos, no que respeita aos Serviços de Arquivo. Através do gráfico

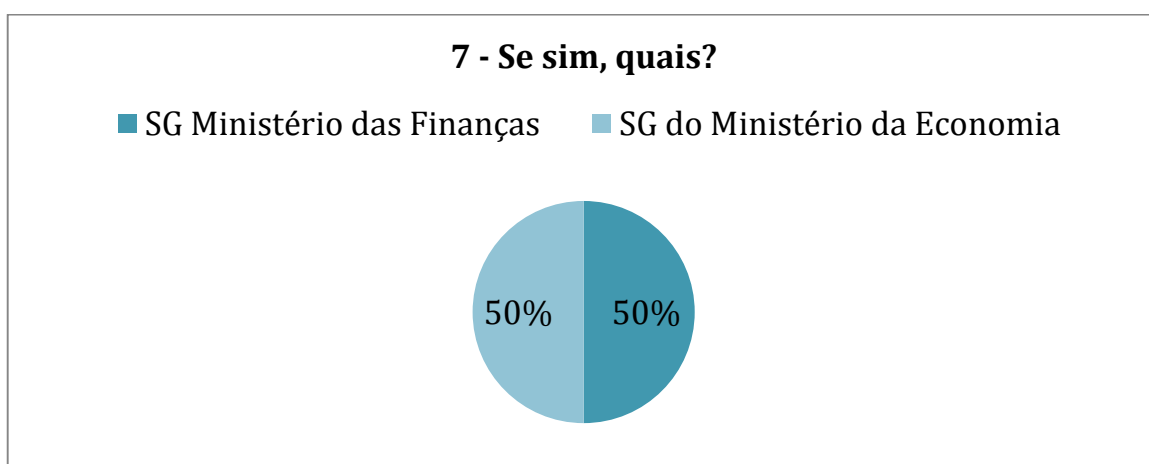
conseguimos verificar que todos os 29 utilizadores do arquivo da SGMEC frequentaram Serviços de Arquivo.



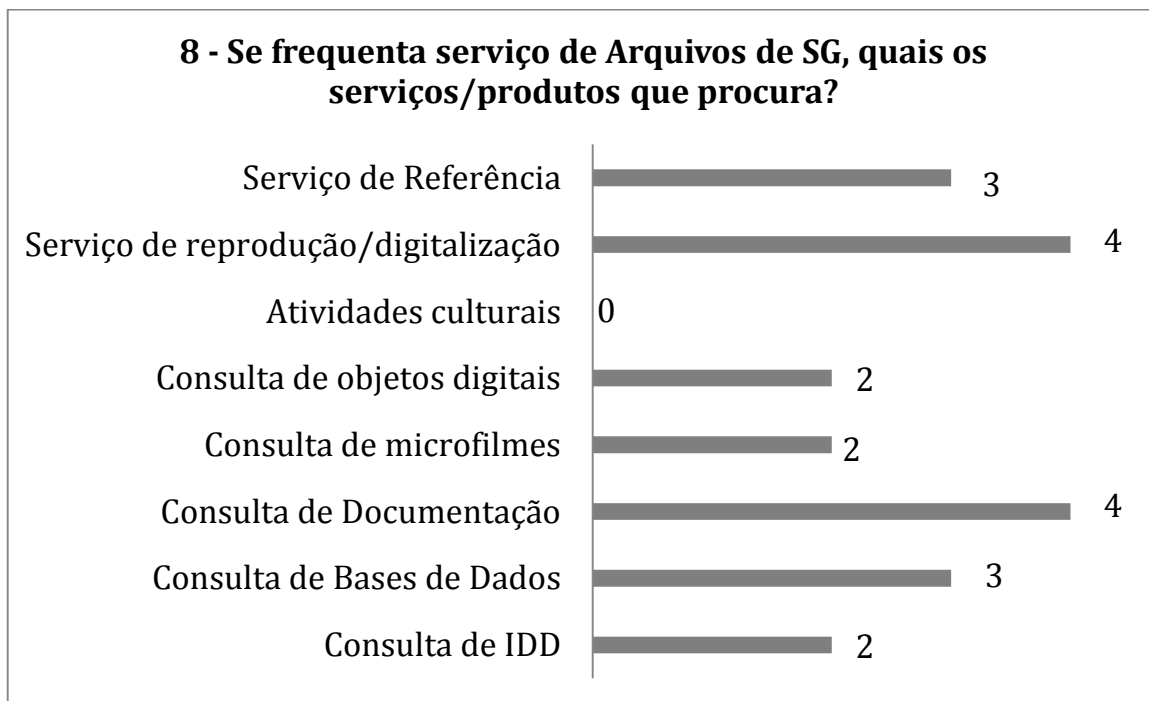
Destinada aos utilizadores que na pergunta anterior responderam positivamente, procurámos saber quais as categorias de arquivos que mais frequentam. Sendo uma pergunta de resposta múltipla, os Arquivos Nacionais aparecem em primeiro lugar, com um total de 21 respostas. Muito perto deste número, encontramos os arquivos de Secretarias-Gerais, com 20 respostas. De seguida, encontramos também os Arquivos da AL com 16 respostas e ainda os Arquivos de estabelecimentos de ensino e os arquivos distritais, ambos com 11 respostas cada. Em número inferior, constam os arquivos pessoais/familiares, com 8 respostas, os arquivos eclesiásticos com 5 respostas e, por último, os arquivos de empresas e os arquivos de instituições de assistência empatados com 2 respostas cada.



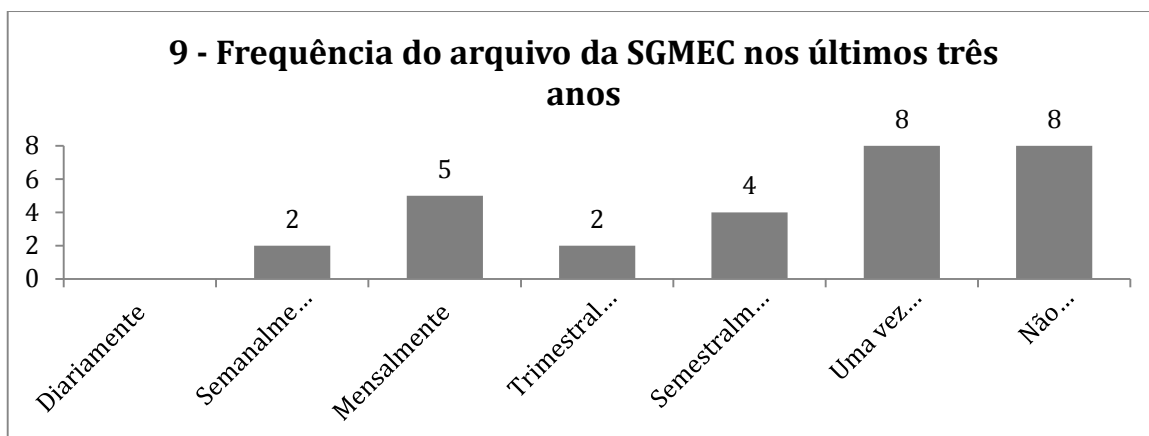
Dado que os utilizadores já frequentaram o serviço de arquivo da SGMEC, procurámos saber se já tinham frequentado arquivos de outras Secretarias-Gerais. A maioria, constituída por 25 utilizadores, assumem não ter visitado nenhum outro arquivo de SG's. Já os restantes quatro utilizadores responderam positivamente.



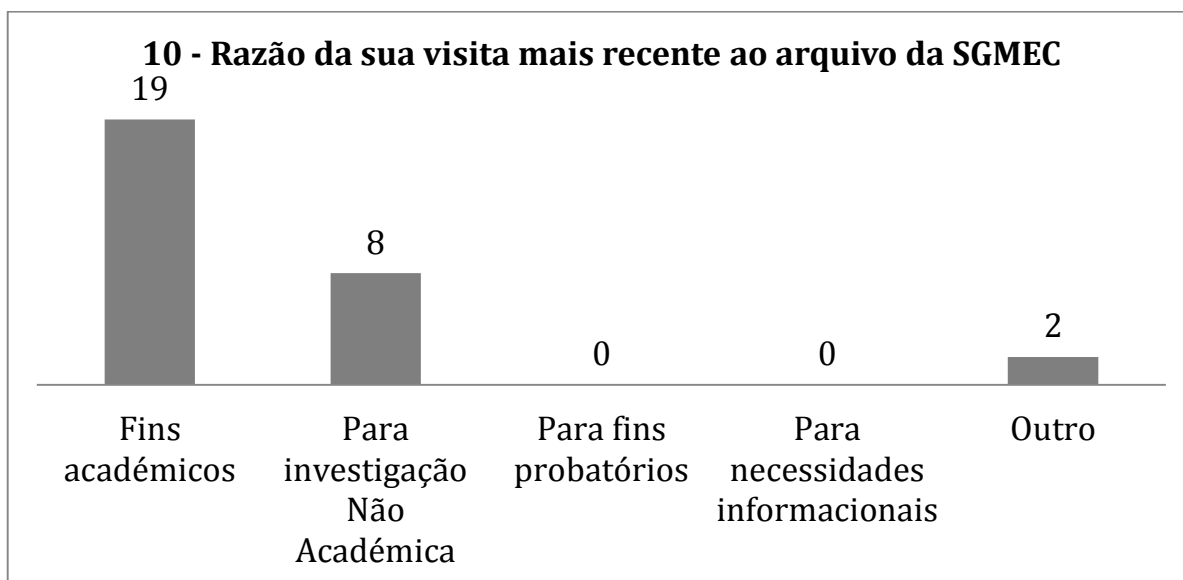
Aos utilizadores que na pergunta anterior responderam de forma positiva, procuramos saber quais os arquivos de SG's que visitaram. Metade dos utilizadores afirmou já ter recorrido ao arquivo da SG do Ministério das Finanças enquanto a outra metade afirma ter visitado o arquivo da SG do Ministério da Economia.



Aos utilizadores que na pergunta anterior afirmaram frequentar serviços de arquivo de SG's, procuramos saber que tipo de serviços procura. Ao permitir uma resposta múltipla, todos os utilizadores consultam documentação do respetivo arquivo e também usufruem do serviço de reprodução/digitalização. A maioria utiliza também o Serviço de Referência e ainda a consulta de bases de dados, ambas com 3 votações. E cerca de metade dos utilizadores utilizam objetos digitais, consultam microfilmes e ainda consultam Instrumentos de Descrição Documental. De assinalar que nenhum dos utilizadores afirmou procurar atividades culturais oferecidas pelos arquivos de SG's, o que nos leva a considerar que não sabem da sua existência ou então não estão interessados nessas mesmas atividades.

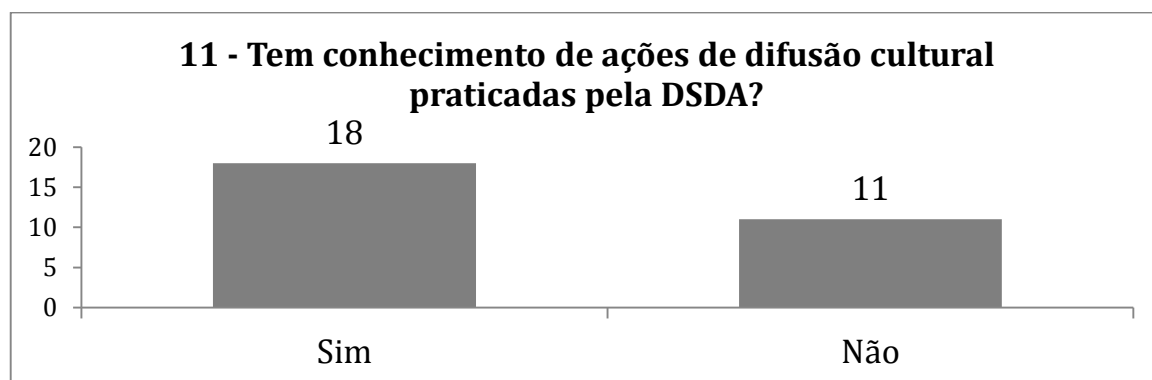


Direcionando as perguntas para o universo da SGMEC, procuramos saber a frequência de visita dos utilizadores neste arquivo. Como podemos constatar, existem 8 utilizadores que visitam este arquivo uma vez por ano e outros 8 que não saber precisar ou preferem não responder a esta questão. De seguida, existem 5 utilizadores que o visitam mensalmente e 4 que visitam semestralmente. Também empatadas, com 2 utilizadores cada, são as opções de semanal e trimestralmente.

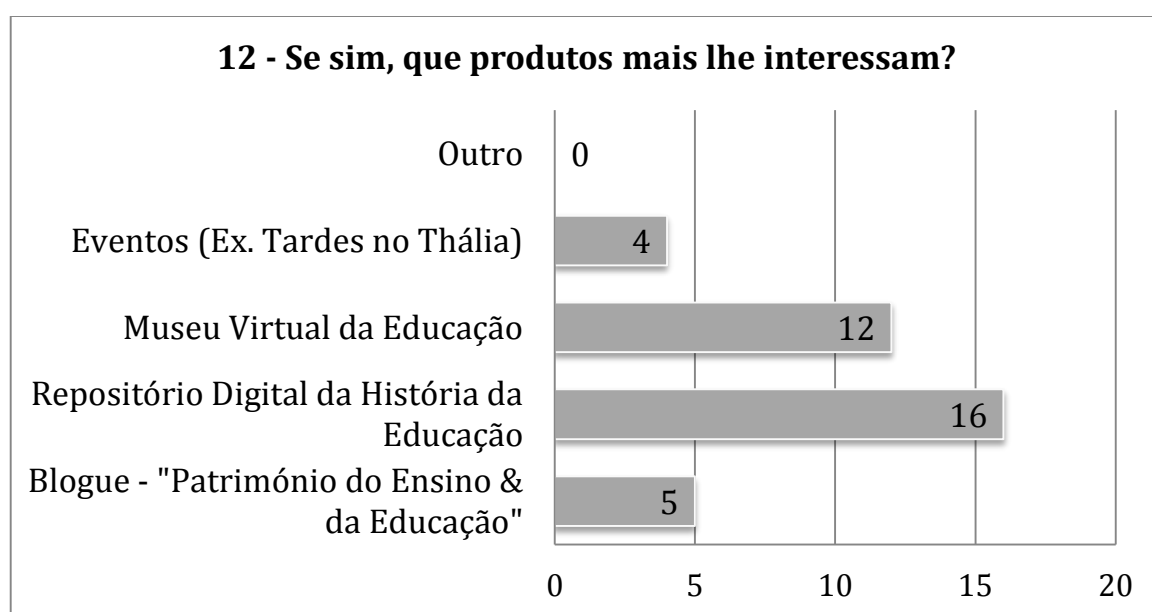


Ainda direcionada aos utilizadores que visitam o arquivo da SGMEC, procuramos saber qual a razão pela qual procuraram, mais recentemente, o respetivo arquivo. A maioria das respostas, contando com 19 utilizadores, afirmou visitar o arquivo para fins académicos. Em número significativamente inferior, 8 utilizadores afirmaram utilizar o arquivo para investigação não académica.

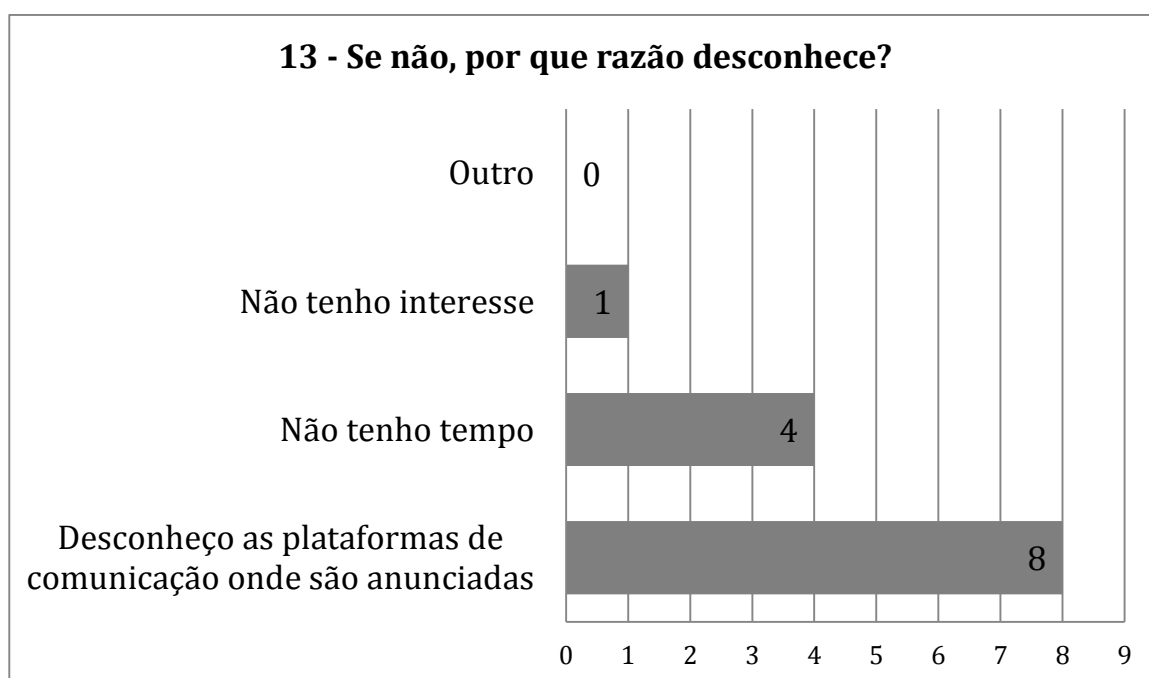
Curiosamente obtivemos 2 respostas assinaladas como “outro” em que um dos utilizadores afirma visitar o arquivo por ser um autodidata e pela “facilidade e acessibilidade transitória na sala de leitura”. O outro utilizador afirma utilizar o arquivo da SGMEC para fazer investigação “da história de uma escola em Lisboa”, pelo que ficamos sem saber se se trata de uma investigação para fins académicos, probatórios ou outra das opções assinaladas.



Direcionando as questões para as atividades de difusão cultural da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, procurámos saber quantos utilizadores as conheciam. Tal como se pode verificar pelo gráfico, existem 18 utilizadores (62%) que conhecem estas atividades e 11 utilizadores (38%) que não conhecem as respetivas atividades.



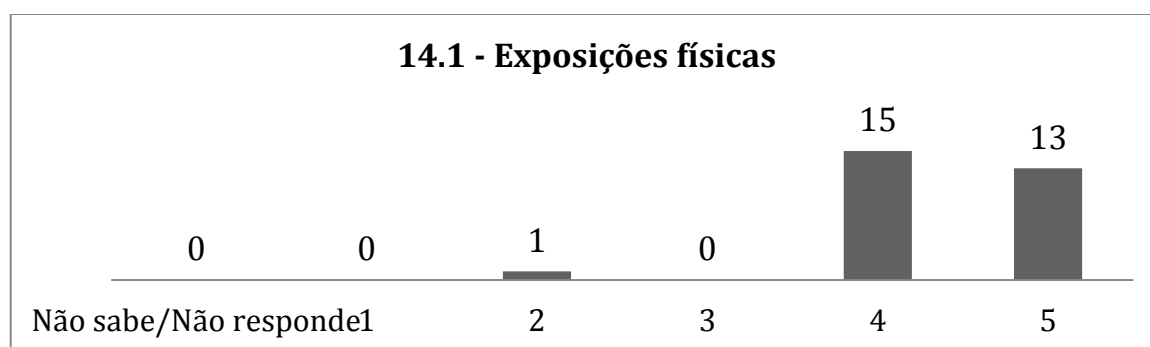
Aos colaboradores que na resposta anterior afirmaram conhecer as ações de difusão cultural praticadas pela DSDA, nesta pergunta pedimos para que especificassem quais os produtos que conhecem. Sendo uma pergunta que permitia escolha múltipla, as respostas evidenciaram uma preferência pelo Repositório Digital da História da Educação, com um total de 16 respostas. O Museu Virtual da Educação aparece em segundo lugar, com o total de 12 respostas. Em número significativamente inferior registamos o blogue, com 5 respostas e os eventos com 4 respostas.



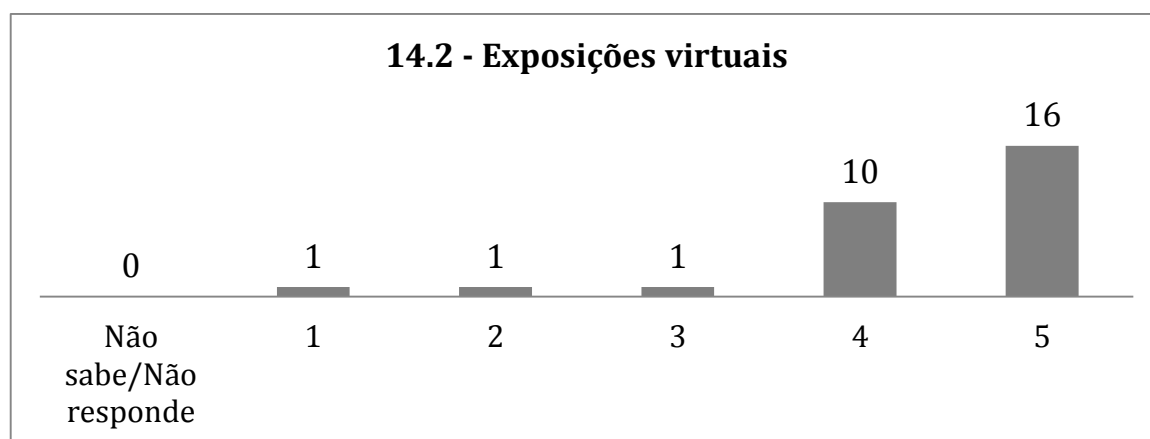
Da mesma forma que perguntámos aos utilizadores que ações de difusão conheciam, perguntámos aos restantes utilizadores quais as razões pelas quais desconheciam as referidas ações. Sendo igualmente uma pergunta que permitia a resposta múltipla, a maioria dos utilizadores, contando com 8 respostas, afirma desconhecer as plataformas de comunicação onde estas ações são anunciadas (Ex. Blogue). Em Segundo lugar, registam-se 4 respostas que assinalam a opção de não ter tempo e, por ultimo, um utilizador que afirma não ter interesse neste tipo de ações de difusão cultural.

14 – Qual o seu interesse pelas seguintes ações de difusão cultural:

A pergunta n.º 14 tornou-se uma das perguntas mais importantes de todo este questionário. É uma pergunta que se desmultiplica em outras dez e nas quais convidámos o colaborador da SGMEC a avaliar algumas ações de difusão cultural. Para tal pedimos aos inquiridos que avaliassem de 1 a 5 todas as opções listadas, sendo que por 1 se considera “não tenho interesse algum” e por 5 se entende “tenho muito interesse”.

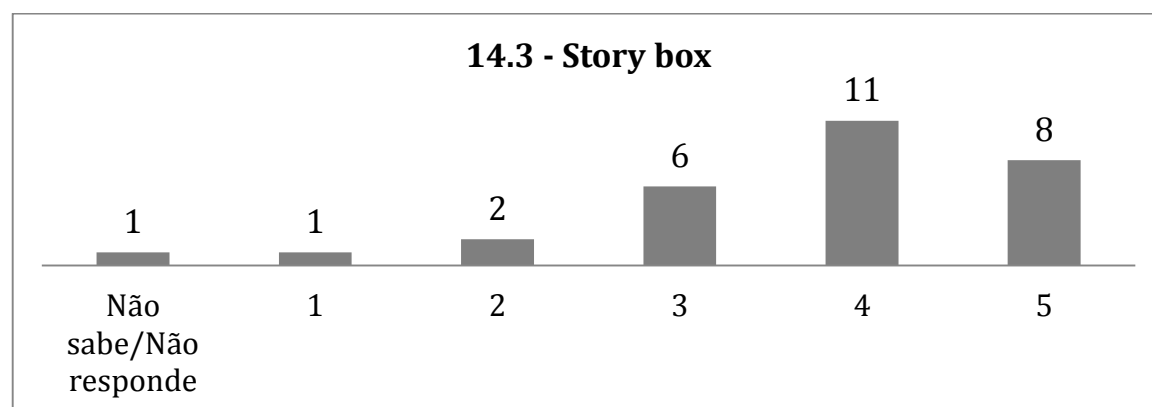


Na pergunta 14.1 questionámos o interesse dos utilizadores quanto às exposições físicas. O *feedback* nesta questão foi bastante positivo, sendo que a maioria, composta por 15 utilizadores (52%) parece ter algum interesse neste tipo de ação. Também bastante positivo foram as respostas para “tenho muito interesse”, contabilizando-se 13 respostas (45%). Apenas um utilizador parece ser indiferente a este tipo de ação de difusão cultural.



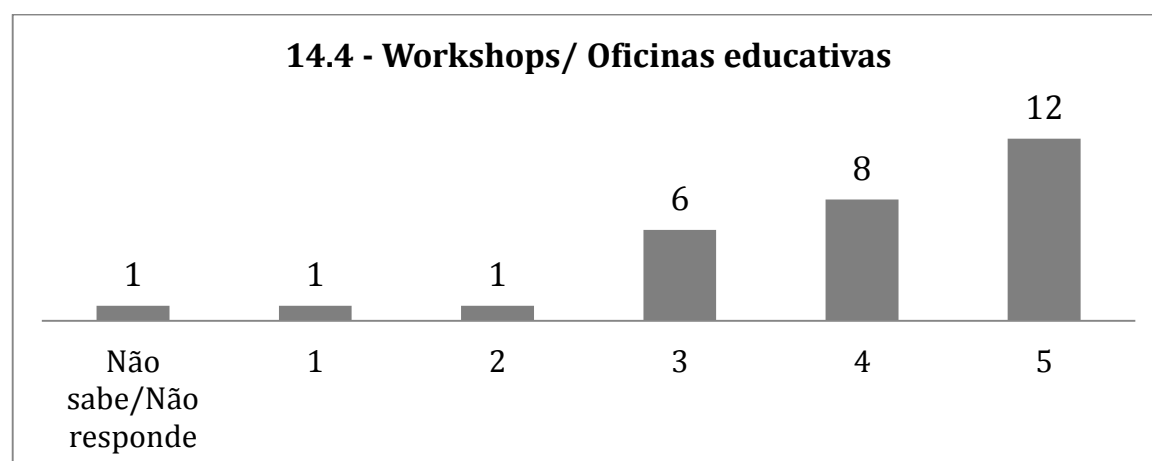
Igualmente positivo foi o interesse demonstrado pelas exposições virtuais. Pelo gráfico podemos registar que 16 utilizadores (55%) têm muito interesse neste tipo de ação e 10 utilizadores (34%) têm algum interesse. Porém, relativamente ao gráfico anterior, existem utilizadores com percepções mais negativas, havendo 1 utilizador (3%) que é

indiferente, 1 utilizador (3%) que tem pouco interesse e, por fim, 1 utilizador (3%) que não tem interesse algum por este tipo de ação de difusão cultural.



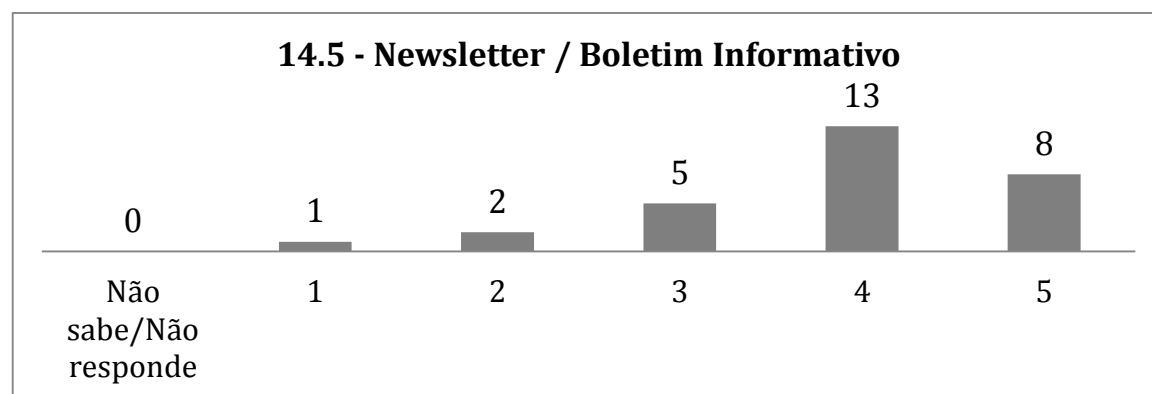
Relativamente à *story box*, um conceito utilizado pelos Arquivos Nacionais Britânicos que consiste na realização de pequenas tertúlias gratuitas sobre um determinado tema, pudemos constatar que cerca de 11 utilizadores (38%) têm algum interesse por esta iniciativa e 8 utilizadores (28%) têm muito interesse.

Contrariamente, as taxas de desinteresse aumentaram significativamente, contando com a resposta de 6 utilizadores (21%). Também o pouco interesse parece ter aumentado para 2 utilizadores (7%). Manteve-se o nenhum interesse para 1 utilizador (3%) e, por fim, 1 utilizador (3%) não sabe/não responde.

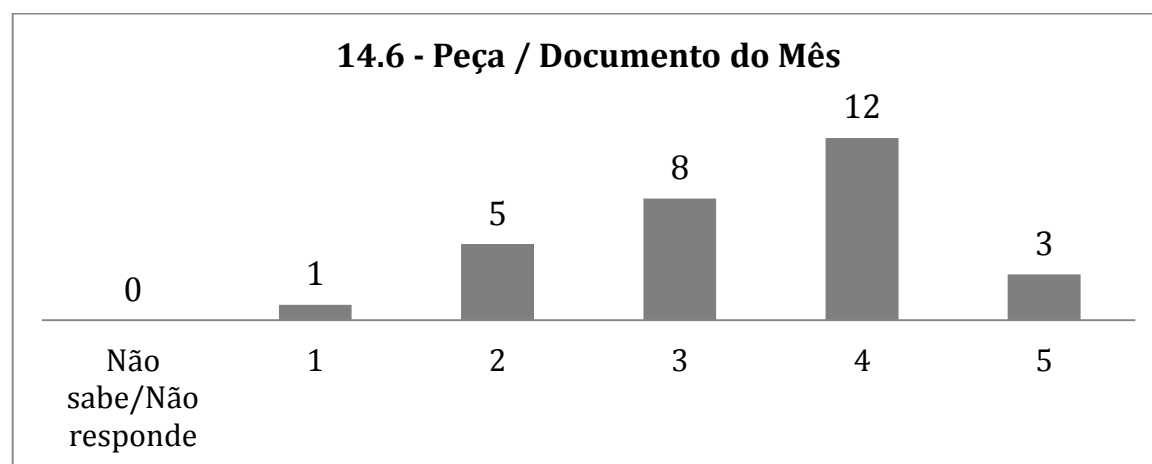


Relativamente aos *Workshops* / Oficinas educativas conseguimos identificar uma maioria, constituída por 12 utilizadores (41 %), que tem muito interesse nesta atividade, seguido de 8 utilizadores (28%) que têm algum interesse.

O desinteresse parece manter-se para cerca de 6 utilizadores (21%), bem como o nenhum interesse para 1 utilizador (3%). O pouco interesse é assinalado por 1 utilizador (3%) e denota-se a existência de 1 utilizador (3%) que não sabe/não responde a esta pergunta.

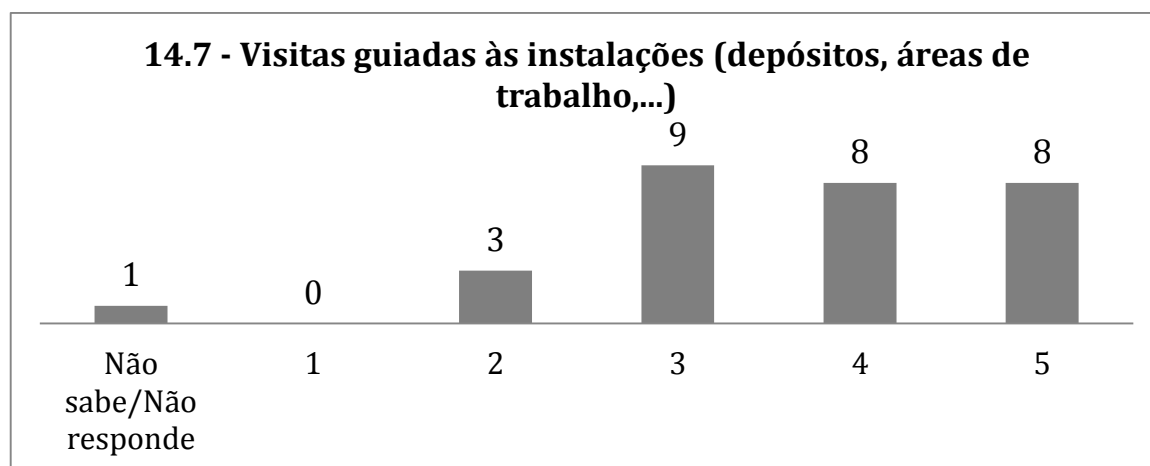


Relativamente às *Newsletter* / Boletim Informativo, conseguimos rapidamente identificar que a maioria, composta por 13 utilizadores (45%), tem algum interesse por este tipo de iniciativa. Ainda no nível positivo, registamos as 8 respostas (28%) que têm muito interesse por este tipo de produto. No que respeita ao nível de indiferença, é possível verificar a existência de 5 utilizadores (17%). Existem ainda 2 utilizadores (7%) que têm pouco interesse e 1 utilizador (3%) que não tem interesse algum por este tipo de iniciativa.

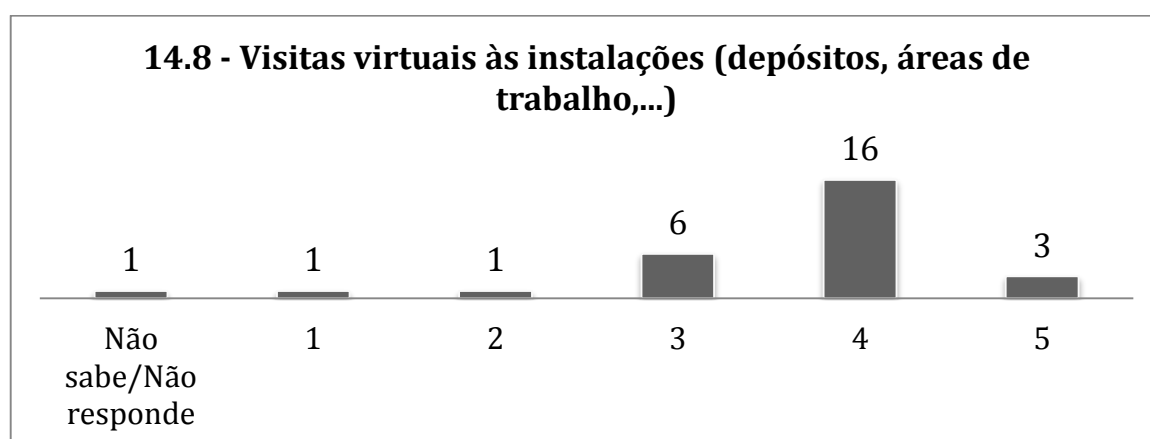


Relativamente à peça/documento do mês, é notório o interesse por parte de 12 utilizadores (41%). Registrando uma descida significativa são os cerca de 3 utilizadores (10%) que têm muito interesse neste tipo de iniciativa.

O nível de desinteresse é significativo, registando uma subida relativamente ao gráfico anterior, contando com a resposta por parte de 8 utilizadores (28%). Também significativo é o pouco interesse registado por 5 utilizadores (17%) e o nenhum interesse apontado por 1 utilizador (3%).

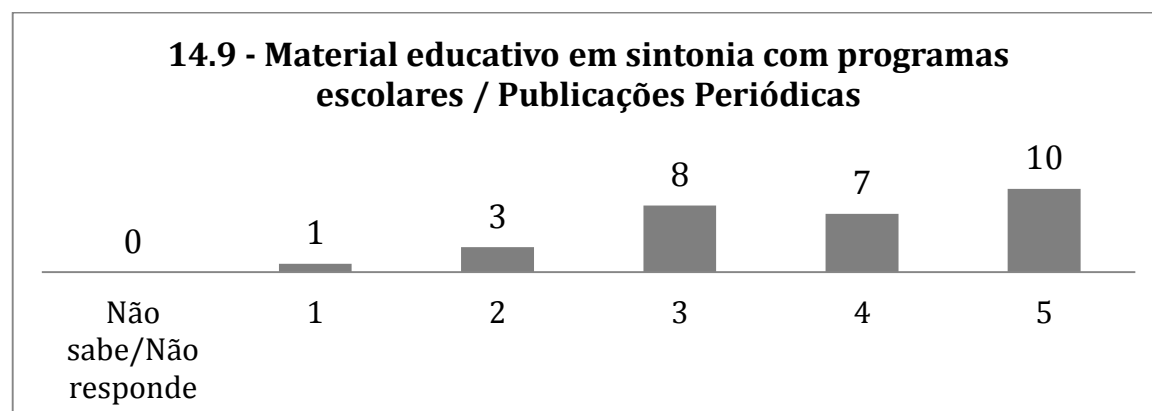


No que respeita às visitas guiadas às instalações, os resultados do gráfico representam para nós uma surpresa pois existe um significativo número de respostas onde desinteresse é a opção mais votada por parte de 9 utilizadores (31%). Em nota mais positiva, registamos o empate com 8 utilizadores cada (28%) das opções de algum interesse e de muito interesse. Registamos ainda o pouco interesse por parte de 3 utilizadores (10%) e 1 utilizador (3%) que não sabe/não responde a esta pergunta.

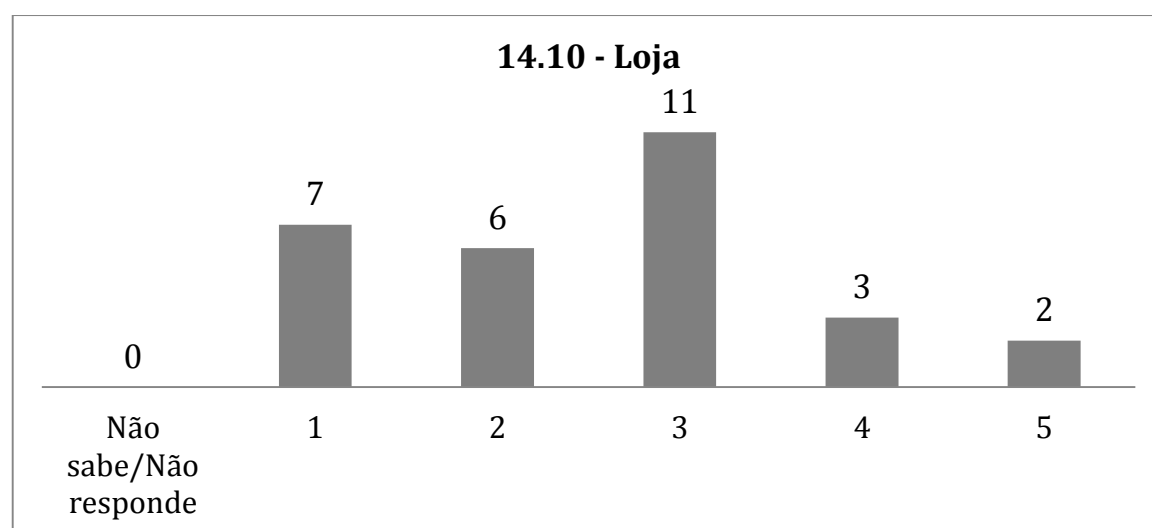


Relativamente à versão virtual das visitas aos depósitos, parece ser mais apelativo para os utilizadores, registado pelas 16 respostas (55%) correspondendo a algum interesse. O nível de desinteresse, apesar de ter baixado relativamente à opção anterior, regista agora 6 respostas (21%) dos utilizadores. Em número inferior registamos as 3 respostas (10%) que assinalam o muito interesse nesta iniciativa. Assinalamos ainda a

opinião de 1 utilizador (3%) que tem pouco interesse, de 1 utilizador (3%) que não tem interesse algum e, por último, de 1 utilizador (3%) que não sabe/não responde.



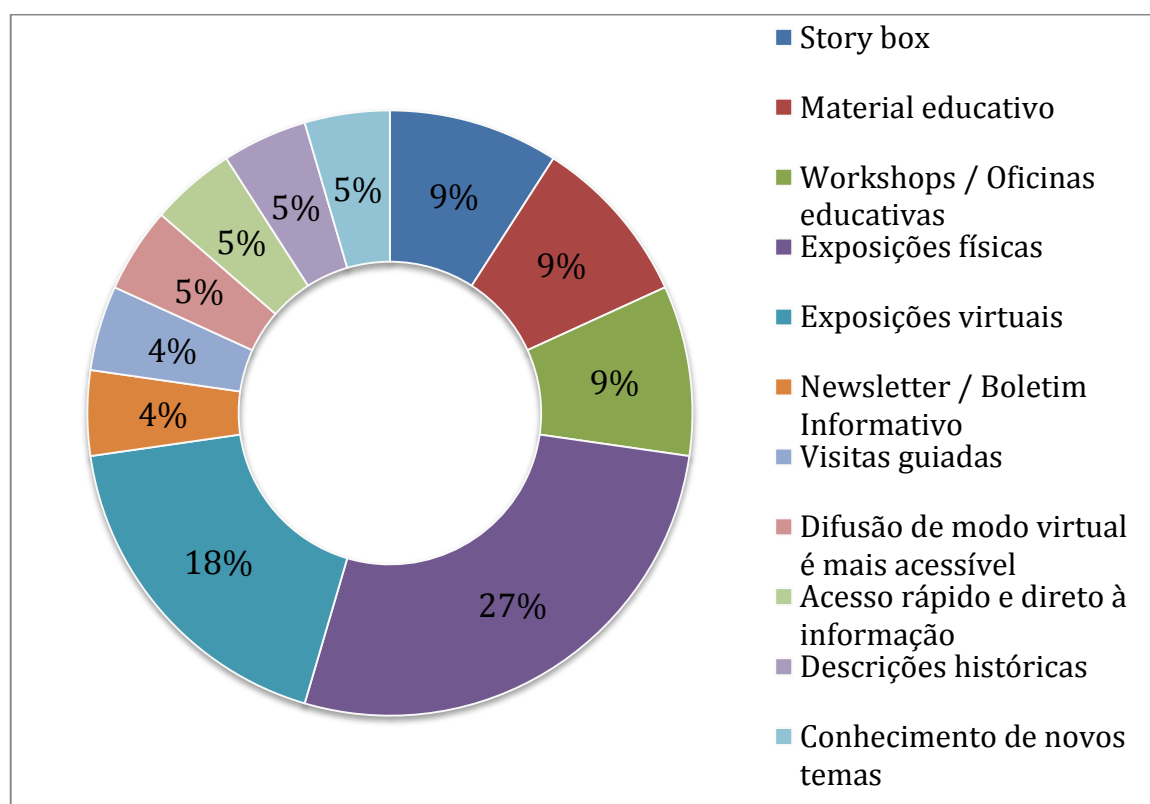
Relativamente a este tipo de iniciativa, registamos uma maioria composta por 10 utilizadores (34%) que assinala algum interesse por este tipo de produto. Ainda num nível positivo, assinalamos algum interesse por parte de 7 utilizadores (24%). Num nível menos positivo, registamos o desinteresse por parte de 8 utilizadores (28%), o pouco interesse por parte de 3 utilizadores (10%) e o nenhum interesse por parte de 1 utilizador (10%).



Relativamente à opção de Loja, é aquela em que registamos maior número de utilizadores desinteressados (38%). É também a opção que regista uma maior taxa negativa, tanto nos 6 utilizadores (21%) que têm pouco interesse como nos 7 utilizadores (24%) que não têm interesse algum. Ainda assim, existem 3 utilizadores (10%) com algum interesse nesta iniciativa e 2 utilizadores (7%) com muito interesse.

15 – Das atividades de difusão cultural acima referidas, especifique o que mais lhe agrada nas opções que pontuou

A pergunta 15 foi construída para dar oportunidade aos utilizadores externos de expressarem a sua opinião sobre as iniciativas e ações de difusão cultural aqui propostas. Dado tratar-se de uma pergunta aberta, constatámos que as respostas recolhidas tanto podem ser a indicação de uma ou mais opções anteriormente mencionadas como também qualidades mais gerais das respetivas opções. E dado tratar-se de uma pergunta de cariz opcional, verificamos uma taxa de resposta inferior face ao número total de inquiridos — num universo de 29 inquiridos, obtivemos o *feedback* de 16 utilizadores, ou seja, cerca de 55%.

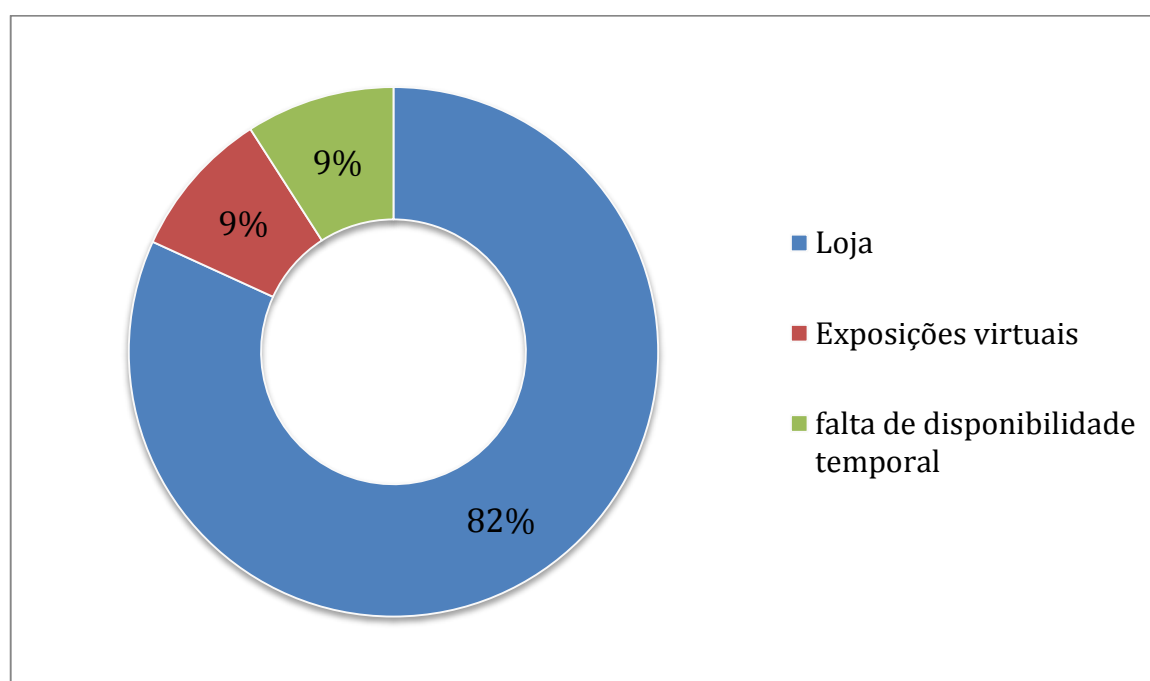


Através do gráfico podemos constatar que as atividades de maior interesse para os utilizadores são as exposições físicas, com 6 respostas (27%) e, muito perto da liderança, com 4 respostas (18%) são as exposições virtuais. Assinalamos ainda as *story box*, com 2 respostas (9%), o material educativo, também com 2 respostas (9%) e ainda os *workshops*, também contabilizando 2 respostas (9%). Em número inferior, apenas com 1 resposta cada (4%), registamos as *newstletters* e as visitas guiadas.

Relativamente a atributos mais gerais das atividades de difusão cultural, registamos a opinião de quatro utilizadores onde, para os próprios, é importante a difusão de modo virtual pois é mais acessível (5%), o acesso rápido e direto à informação (5%), o conhecimento de novos temas (5%) e, por último, as descrições históricas (5%). Relativamente às descrições históricas, podemos consegui-las em variados produtos de difusão aqui mencionados, pelo que esta resposta é um pouco ambígua.

16 – Das atividades de difusão cultural acima referidas, especifique o que lhe desagrada

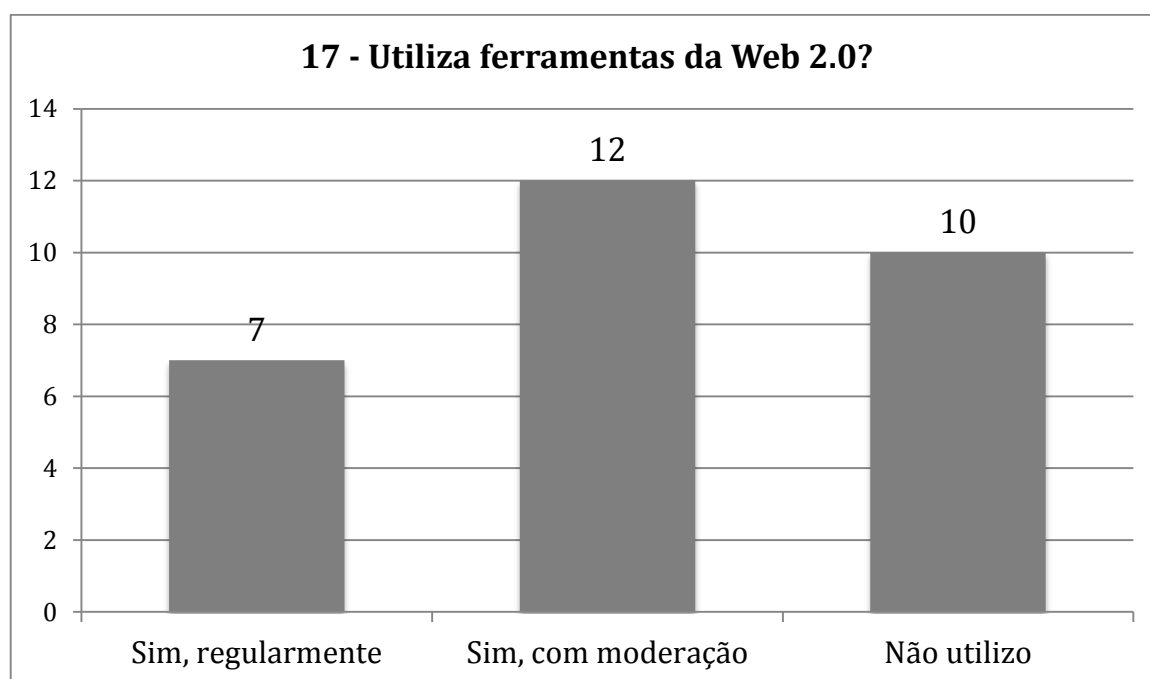
À semelhança da pergunta anterior, também a pergunta n.º 16 é aberta e de cariz opcional, o que se constata nas 11 respostas obtidas (38% do universo total de inquiridos). Assinalamos igualmente que as respostas a esta pergunta tanto refletem um carácter nominativo, no qual são indicadas as opções, como qualitativo, indicando características das opções.



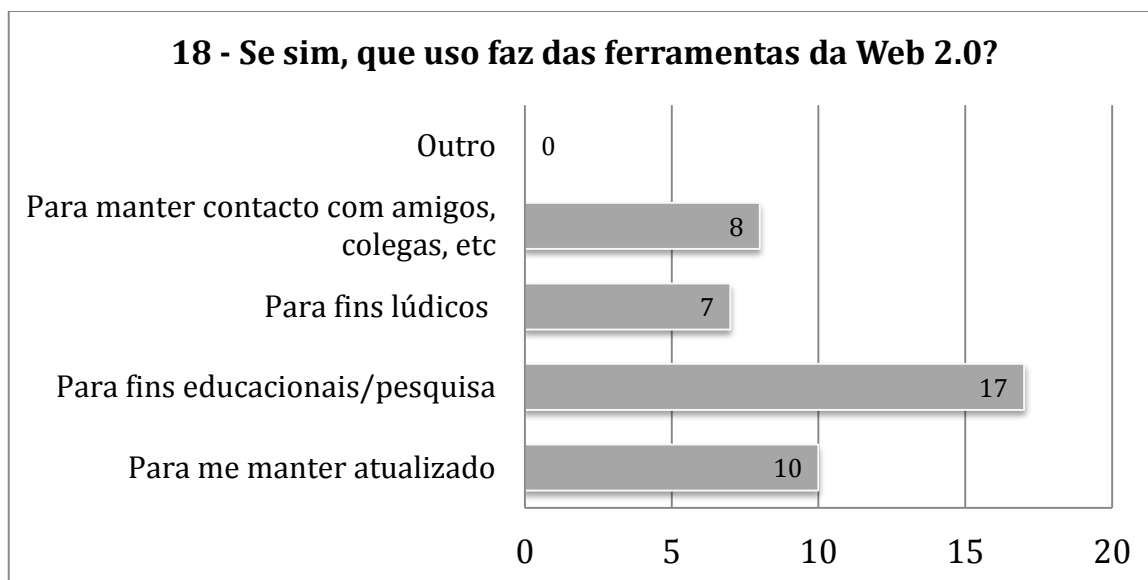
Através do gráfico conseguimos verificar um grande descontentamento relativamente à opção “loja”, correspondendo a um total de 11 respostas (82%). Um dos utilizadores que referiu esta opção justifica dizendo que não tem interesse pela aquisição de objetos/souvenirs e que apenas estaria interessado se os mesmos fossem oriundos de

museus e/ou galerias de arte. Outra das opções que mereceu a menção de um utilizador foram as exposições virtuais, justificando que o que se encontra presente no *site* da SGMEC é um trabalho em progresso e que seria necessário uma maior atividade a este nível para cativar mais o público.

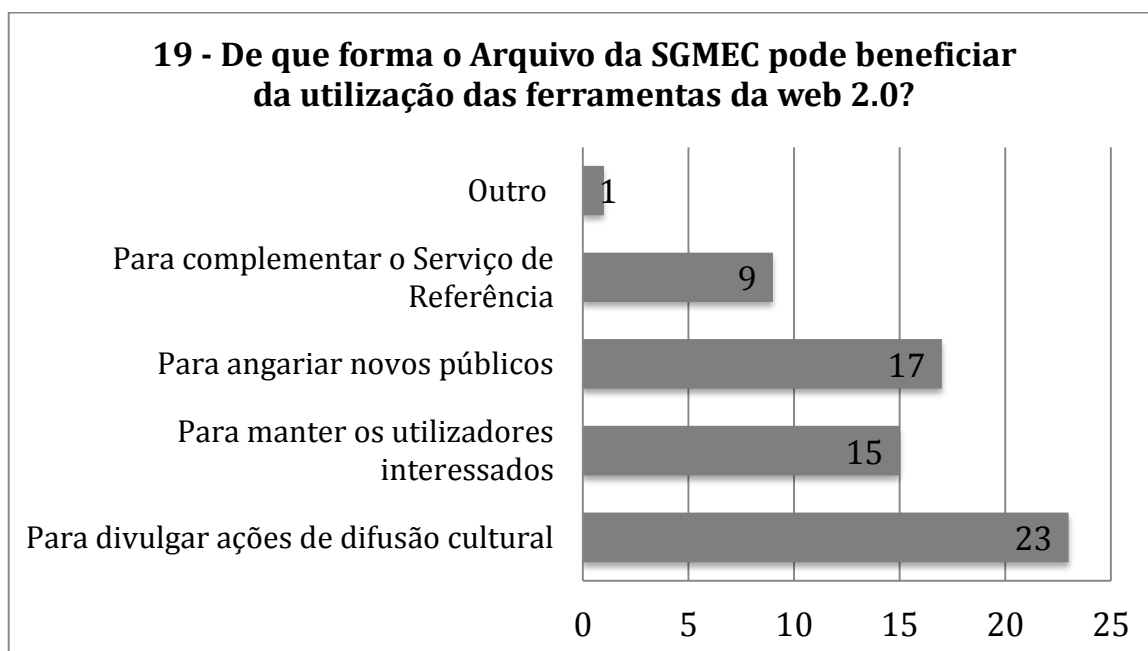
Quanto às características, foi apenas mencionado a falta de disponibilidade temporal que associamos aos tipos de produtos de difusão cultural que requerem a presença dos utilizadores, como as *story box*, as exposições físicas, os *workshops* e as visitas guiadas.



Tendo em conta que uma grande parte da difusão cultural passa, atualmente, pela utilização das ferramentas da Web 2.0, procuramos saber quantos utilizadores fazem uso destas ferramentas. Ao visualizarmos o gráfico, percebemos que existe uma maioria, composta por 12 utilizadores (41%), que utiliza estas aplicações com moderação. De seguida, perto da liderança existe um grupo composto por 10 utilizadores (34%) que afirma não utilizar e, por último, um grupo de 7 utilizadores (24%) que afirma utilizar com regularidade.



Aos utilizadores que na pergunta anterior responderam que usam ferramentas da Web 2.0, num total de 18 (62%), procurámos saber a razão pela qual as utilizam. Sendo uma pergunta que permitia resposta múltipla, podemos comprovar que a grande maioria, composta por 17 utilizadores (59%) utiliza estas para fins educacionais/pesquisa. Com respostas significativamente inferiores, contabilizando 10 utilizadores (34%), regista-se a opção de atualização, que tanto pode ser em ambiente pessoal, quando profissional. Existem também os utilizadores, cerca de 8 (28%), que afirmam utilizar estas ferramentas para manter contacto com os amigos, colegas e familiares e ainda aqueles, correspondendo a 7 utilizadores (24%), que utilizam estas ferramentas para fins lúdicos.



A última questão, direcionada para o universo total de inquiridos, pretende saber de que forma, do ponto de vista do utilizador, a SGMEC, mais concretamente a DSDA, pode beneficiar da utilização deste tipo de ferramentas. Sendo também uma pergunta de resposta múltipla, através do gráfico podemos considerar que a maioria, composta por 23 utilizadores (79%) afirma que a DSDA pode utilizar estas ferramentas por forma a divulgar as ações de difusão cultural. Existe também um grupo, composto por 17 utilizadores (59%), que afirma que estas ferramentas podem ajudar a angariar novos públicos. Muito próximo do nível da anterior opção, existem cerca de 15 utilizadores (52%) que justificam que estas ferramentas podem ajudar a manter os atuais utilizadores interessados nas atividades que são criadas para esta função. Uma outra opção mencionada por 9 utilizadores (31%) é a capacidade que estas ferramentas têm de complementar o serviço de referência.

Curiosamente, 1 último utilizador (3%) assinalou que estas ferramentas poderiam ser úteis para perceber as necessidades informacionais dos utilizadores.

Apêndice H – Entrevista do Diretor de Serviços da DSDA

Entrevista realizada ao Dr. Miguel Infante no dia 29 de julho de 2015

CR – Dr. Miguel, eu queria saber, em primeiro lugar, de que forma é que viu e se relacionou, ao longo da sua atividade profissional, com a função de difusão cultural?

MI – Primeiro preciso de saber uma coisa, o que é que entendes por difusão cultural?

CR – Por difusão cultural eu entendo a criação de programas consistentes e sistemáticos de atividades para o público — exposições, palestras, conversas com o público, chamar o público à nossa instituição. Aquilo que permite a usufruição dos arquivos enquanto algo de interesse cultural e que permite um envolvimento desse mesmo público com o património cultural para além do que é expectável no âmbito do serviço de arquivo mais tradicional (o acesso e consulta dos documentos de arquivo). É isso o que eu entendo por difusão cultural.

MI – Sendo assim, é lógico que ao longo da minha vida profissional, já tive várias vezes implicado em atividades de difusão cultural, não é? Principalmente, na altura em que eu trabalhava ao nível dos arquivos históricos, no Arquivo Histórico Ultramarino. Aí é que fazíamos muita coisa de difusão cultural. O que é que era essa muita coisa? Era exposições, tínhamos sempre um dia aberto no arquivo, para as pessoas conhecerem o arquivo e portanto as pessoas iam lá e visitavam o arquivo e depois colaborávamos sempre com.. É uma difusão cultural mais direcionada, mas por exemplo, nos congressos da BAD, etc, chegámos a ter *stands* do arquivo e portanto o meu contacto durante a minha atividade profissional com a difusão cultural foi este, ok? Foi mais no AHU. Quando me virei mais a trabalhar com as Secretarias-Gerais, não tanto, não é? A não ser que consideremos, de uma forma mais alargada de difusão cultural, todas as iniciativas feitas no sentido de divulgar e de disponibilizar a documentação que temos. E aí, claro, que se continua a fazer essa.. a ter essa vertente. A minha atividade está a ter também essa vertente. Mas na realidade onde teve mais vertente foi no AHU. Tínhamos e organizávamos várias exposições, não só de documentação, exposições gerais, exposições no âmbito do Instituto, dentro de exposições que o Instituto queria organizar e que nós

participávamos, ou exposições temáticas dirigidas a uma visita em que tínhamos sempre um séquito de pessoas atrás.. Assim virado a essas coisas.

CR – Mas era algo sistemático, não era?

MI – Sim, sistemático. Tínhamos muita coisa, já era quase uma atividade “corriqueira” ... É lógico que temos também participações em congressos que aí tínhamos e fazíamos difusão do arquivo.. Como agora vamos tendo e vamos fazendo difusão. Da altura da Economia, fazia difusão lá e agora fazemos aqui da Educação e Ciência, mas isso é uma gota de água no oceano das atividades.

CR – A segunda pergunta, tem mais a ver com a sua percepção dos seus colegas... qual a sua... Como é que os seus colegas encaravam este tipo de atividades nas suas instituições? Se era sempre bem visto?

MI – Normalmente, quer dizer, as pessoas quando fazem estas coisas, metem as suas melhores peças.. é sempre um chamariz. Acaba por ser elogiado o trabalho das pessoas. E portanto era sempre bem visto por todos os funcionários. Quando era preciso fazer uma exposição, entrava toda a gente. Não era só duas ou três pessoas, era a equipa toda, eram os setores todos. Porque na realidade temos documentação muito importante, documentação muito bonita.. E tínhamos um setor de restauro muito bom e que, portanto, qualquer coisa que se fizesse em torno do setor de restauro, era logo um chamariz. A nível.. De qualquer das maneiras, dos sítios por onde tenho passado, qualquer atividade que se faça a nível de difusão, não vejo muita gente a encará-la como um frete ou como uma chatice. É sempre encarado como uma coisa positiva, uma forma de valorizarmos o nosso trabalho, marcarmos a nossa razão de ser. E chamarmos utilizadores e novos públicos para consultar a nossa documentação, que é para isso que nós cá estamos e é por isso que nós existimos.

CR – Ainda relacionado com esta pergunta anterior, havia alguém só com esta incumbência? Era sempre feito a par de outras funções?

MI – Não havia um setor de Extensão cultural ou de difusão cultural que tratasse só disso. Era feito por todos. Quando havia visitas ao arquivo, era distribuído por dois ou três técnicos superiores que acompanhavam. Normalmente depois vinha o técnico da cartografia para falar da cartografia, vinha o técnico da microfilmagem para falar da

microfilmagem, vinha o técnico do restauro para falar do restauro. Acabava por entrar a equipa toda.

CR – E isso era bastante benéfico, mostrar a perspetiva de todas as áreas envolvidas no arquivo, não é?

MI – Ora bem.

CR – Agora que é Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, fale-nos um pouco sobre os seus projetos da DSDA e mais especificamente aqueles que possam ser relacionados com este tipo de atividades de difusão.

MI – É assim, eu neste momento, a nível de imediato, não tenho grandes projetos de difusão cultural. Pronto. Não tenho porquê? Porque estou noutra fase. Não estou ainda nessa fase. Neste momento estamos numa fase de criar as infraestruturas. Depois disso será outra fase. Como sei que não podemos abandonar essa função, é lógico que se tem mantido as exposições virtuais, a peça do mês no blogue, uma forma de difusão cultural que as pessoas até gostam. E nós vimos quando o site esteve em baixo, em reformulação, tivemos logo pessoas a perguntar quanto tempo ia estar e porquê, e porque gostavam de ver e queriam ver... O caso das exposições virtuais, havia um grupo no Brasil que queria também implementar um modelo de exposições virtuais e baseava-se no nosso e portanto qualquer coisa baseava-se no nosso.. E se agora não tinha no site, não podia aceder... É lógico que continuamos com essa linha no entanto a nível de difusão, eu abri uma linha nova que é difundir Instrumentos de Descrição.. Agora quando houver a nova versão do site, já lá vão estar dois ou três. E já está até contratualizado com os funcionários, todos eles vão ter de produzir um instrumento de descrição, nas áreas todas, nas três áreas (biblioteca, arquivo e museologia). E depois na realidade tinha um projeto que começou a ser feito, aproveitando a importância da nossa documentação, termos dois espaços lindíssimos – o Palácio das Laranjeiras e o Teatro Thália – e fazer, aí sim, serviço cultural. E esse serviço implicaria visitas, ao palácio, ao teatro, aqui ao edifício. Implicaria criar uma coisa, que eu sempre quis mas acabei por nunca conseguir, que é criar um roteiro junto das escolas, desde o ensino básico até ao secundário, a explicar, consoante os vários graus de ensino, o que é um arquivo, o que é o trabalho de arquivo, o que é que os arquivistas fazem, pronto, e eles verem a nossa documentação e as nossas funções. Isso era algo que estava a ser desenvolvido. Cheguei a ter uma técnica a

trabalhar só nisso, chegámos a fazer um regulamento para isso que propusemos à direção mas pronto, por vicissitudes de mobilidade do Teatro Thália, do Palácio, e isto ficou em *stand-by*. Não está abandonado mas sim em *stand-by*. Este serviço de difusão cultural é precisamente, não só centralizar tudo o que for relacionamento da nossa Direção de Serviços com o público no sentido de publicação de exposições, publicação de IDD, etc, mas também esta coisa, as visitas aos espaços, preparar visitas das escolas aos depósitos, ver o que faz o arquivista, ver o que faz um bibliotecário, e aí temos milhares de coisas. Não só explicar o que fazemos mas ter por exemplo “um dia na biblioteca”, para os alunos estarem connosco e ver estas coisas e aproveitar, na realidade, as sinergias do Teatro Thália, onde está um potencial enorme a nível de exposições e de fazer atividades, e o Palácio das Laranjeiras... Mas isso será quando tivermos pleno poder e raio de manobra nestes dois espaços que neste momento não temos.

CR – Eu sei que o Dr. Miguel tem um projeto em vista, que era o reaproveitamento de uma escola para novas instalações do Arquivo. Eventualmente se esse projeto se concretizasse, eu gostaria de saber se eventualmente haveria um espaço dedicado só para esta função?

MI – Eu não sei.... É assim, tudo depende. O projeto que nós tínhamos e que eu queria inicialmente implementar era o reaproveitamento de uma escola. Que seria uma escola industrial que teria fechado. E aí sim, estava programado o quê? Centralizar lá tudo, não só depósitos, atendimento, trabalho de técnicos.... Então iríamos aproveitar as infraestruturas escolares que ainda existiam – laboratórios, etc - para criarmos o tal circuito museológico e fazer as tais atividades com as escolas, etc. E aí sim estava programado uma zona específica dentro da chamada função cultural, aquilo que nós chamamos Serviços Culturais de apoio às escolas, etc. Hoje em dia, não sei qual será a viabilidade disso, dos espaços disponíveis e a quantidade de documentação que nós temos... Não sei se nós vamos conseguir um sítio que tenha esta valência. Se calhar vamos conseguir um sítio só de depósito. E aí não se abandona a questão da difusão cultural. Fica é à espera dos moldes que tinha falado. Toda aquela sinergia de reconstituir uma sala de aulas, até porque temos as peças e tínhamos o espaço in locu da escola, de reconstituir o circuito de um aluno por exemplo do ensino industrial, oficina de eletricidade, oficina de mecânica, etc. E isso nós não poderemos fazer, estando dependente do espaço que iremos encontrar. Mas aí a ideia inicial era essa, aproveitando

uma escola.. a primeira escola que nós vimos que era a escola Afonso Domingues tinha todo este potencial, já estava tudo delineado... Aproveitar estas coisas, portanto a parte de laboratórios para constituir isso, laboratório de física e o laboratório de química, depois nós temos os equipamentos e era fácil... Por exemplo, a biblioteca, que era aquela a biblioteca de escola datada, com os armários em madeira e reconstituir isso e estava programado.

CR – Esta pergunta já me respondeu mais ou menos nesta resposta anterior, por isso não a vou repetir.... Passando agora um bocadinho para as TIC, e ainda há pouco mencionou o blogue, não é? Queria que me contasse um bocadinho o que pensa fazer em relação ao blogue. Porque eu tive oportunidade de rever a sua apresentação do colóquio realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [Encontro de Arquivos da Administração Pública, dias 2 e 3 de julho de 2015], e falou sobre abrir o blogue à comunidade e eu achei isso muito interessante.

MI – É assim, nós aqui vamos fazer mesmo. Relativamente às TIC, a nível de difusão do que nós temos, portanto, vamos partir em duas partes: uma já está a ser implementada, que é o tal Balcão Eletrónico de acesso a toda a informação que nós temos, quer na Direção de Serviços quer outra informação que seja informação histórica de outras Direções de Serviços, nomeadamente os repositórios do CIREP, através de *softwares* agregadores que vão permitir as pesquisas selecionadas ou em conjunto, etc. Todo esse *software* e toda essa sala de leitura virtual já foi adquirida e está neste momento em fase de montagem. E depois é a outra parte, aproveitar aquilo que temos. E se neste momento temos o blogue, que quem alimenta o blogue é exclusivamente a DSDA, no entanto nós estamos a perder uma sinergia muito grande que é, nós temos muitos investigadores que depois publicam coisas, conhecem muito bem a documentação que estudam cá e que podem fazer, não quer dizer que publiquem cá as teses ou as coisas deles, mas que publiquem determinados artigos, ou determinados apontamentos sobre documentação importante que nós temos, abrimos o blogue a isso, e abrir uma coisa que neste momento não está que são os comentários. Neste momento as pessoas veem mas não podem comentar. E aí não, fazer comentários, com certeza que são moderados. Moderados no sentido em que não vão para lá vender coisas e aí nesse sentido são eliminados. Mas só nesse sentido. Mas se houver um artigo sobre uma peça que nós cá temos ou sobre documentação que nós cá temos que se expresse uma opinião que algum investigador que

tenha conta, pode repostar e nesse debate de ideias surgir uma luz nova. Não quer dizer que seja para nós mas para a comunidade que vai investigar, que lê aquilo e diz “deixa cá ver que pode ser outra fonte interessante para pesquisar”. Não faz sentido o blogue estar fechado como tem estado até agora.

CR – Mas há alguma razão para os comentários estarem agora fechados?

MI – Não sei, não sei... Sempre tiveram, foi o que me disseram... Mas eu acho que não faz sentido. Não sei se é por ser uma coisa institucional não querem que as pessoas ponham lá pois podem confundir e começar, sei lá... está aberto ao público e lá pode ir malta que interessa como podem ir lá pessoas a dizer mal do ministro... Mas isso é a razão pela qual os comentários têm de ser moderados. Mas aquilo que eu já decidi é que não vou permitir comentários anónimos... vale o que vale, porque qualquer pessoa pode criar um perfil completamente falso... mas pronto... Anónimo não, para as próprias pessoas terem noção de que existe uma certa moderação e que as coisas são lidas por nós, vão ser moderadas. As pessoas vão ter de criar, vão ter de criar um perfil qualquer... É um risco que se tem de correr, mas acho que sim.

CR – Agora mais uma pergunta que eu me lembrei e que não tinha pensado antes desta entrevista. Como é que o Dr. Miguel vê a utilização de ferramentas da web 2.0, o Facebook, como o blogue até, mas agora mais especificamente o Facebook.. O Dr. Miguel acha que existe alguma possibilidade de eventualmente criar uma conta no Facebook para criar estas... para publicitar as atividades de difusão do Ministério?

MI – É assim, eu não tenho nada contra a utilização de todas essas ferramentas que nos ajudem a divulgar o serviço... O Facebook, o Instagram, o Twitter, o que for. Há-de haver milhares deles que eu nem sei que existem... Tudo o que for, não vejo problema nenhum nisso. Aquilo que eu acho é que... A instituição não pode criar o Facebook e depois mete lá uma coisa e depois mete outra coisa dali a sete meses... Se é para meter, então tem de ter uma atividade constante. Porque senão também desmotiva a pessoa... e até se esquece que pôs “gosto”... Portanto, eu acho que essas ferramentas são importantes a nível de difusão, tem é que haver duas coisas: estar integradas numa política da casa, ou seja, uma política da instituição. Não quer dizer que seja só desta área, mas se o Diretor de Serviços acha que é muito importante mas se a política da casa achar que não, não, pronto... Acabou-se... E também não há drama nisso, existindo outras formas de difusão. Isso deve

estar integrado numa política da instituição. E depois é ter uma estrutura que a alimente de uma forma viva... Porque se é para dizer só que se tem, não vale a pena... E nós neste momento, já é difícil manter essa estrutura do blogue, quanto mais estar a abrir em várias frentes... Aí já não concordo ter aquela coisa que é “disparamos” para o blogue e ter aquilo programado para disparar automaticamente para o Facebook ou para o twitter.. Para isso não vale a pena... Para isso temos o blogue e acabou a conversa, porque o blogue também é acedido por toda a gente, não é? Às vezes as pessoas metem um gosto aqui, e ele réplica no twitter, no facebook... isso a nível institucional também acho que não resulta. Acho que devem existir ferramentas, até porque depois podemos colocar informações diferentes e direccionadas a públicos diferentes, mas deve haver uma estrutura que mantenha aquilo... E que neste momento não há humanamente essa estrutura. Mas não tenho nada contra.

CR – Pronto, Dr. Miguel. Era só isto. Já terminou. Agradeço o tempo disponibilizado para esta pequena entrevista. Obrigada, mais uma vez.